



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SOCIAL**

**CLARIANA DE CARVALHO MOTA**

**ESTUDO SOBRE OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS DE PESSOAS**  
**EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Salvador

2024

**CLARIANA DE CARVALHO MOTA**

**ESTUDO SOBRE OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS DE  
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Grace Kelly Marques Rodrigues

Salvador

2024

Escola de Administração - UFBA

M917 Mota, Clariana de Carvalho.

Estudo sobre os vínculos familiares e comunitários de pessoas em situação de vulnerabilidade social. / Clariana de Carvalho Mota. – 2024.

119 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Grace Kelly Marques Rodrigues.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia,  
Escola de Administração, Salvador, 2024.

1. Assistência social – Política governamental.  
2. Vulnerabilidade social - Relações com a família. 3. Gestão social.  
4. Comunidades sociais – Estudo e ensino. 5. Afetividade -  
Família. 6. Tecnologia apropriada. I. Universidade Federal da  
Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 361.61



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL (PPGDGS), realizada em 30/09/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social no. 56, área de concentração Desenvolvimento e Gestão Social, do(a) candidato(a) CLARIANA DE CARVALHO MOTA, de matrícula 2022119741, intitulada ESTUDO SOBRE OS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Às 14:30 do citado dia, UFBA - Escola de Administração, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof<sup>ª</sup>. Dra. GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES que apresentou os outros membros da banca: Prof<sup>ª</sup>. Dra. ANA CRISTINA MUNIZ DECIA, Prof. Dr. FLORIANO BARBOZA SILVA, Prof. Dr. MARCUS QUINTANILHA DA SILVA e Prof<sup>ª</sup>. MSc. ELIZABETH SOUZA DE OLIVEIRA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

**Dr. MARCUS QUINTANILHA DA SILVA, UFPB**

Examinador Externo à Instituição



Documento assinado digitalmente

**MARCUS QUINTANILHA DA SILVA**

Data: 04/10/2024 20:54:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

**ELIZABETH SOUZA DE OLIVEIRA**

Data: 09/10/2024 15:05:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MSc. ELIZABETH SOUZA DE OLIVEIRA**

Examinadora Externa à Instituição



Documento assinado digitalmente

**ANA CRISTINA MUNIZ DECIA**

Data: 02/10/2024 20:59:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. ANA CRISTINA MUNIZ DECIA, UFBA**

Examinadora Interna

**Dr. FLORIANO BARBOZA SILVA, UFBA**

Examinador Interno



Documento assinado digitalmente

**FLORIANO BARBOZA SILVA**

Data: 08/10/2024 17:12:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dra. GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES, UFBA**

Presidente



Documento assinado digitalmente

**GRACE KELLY MARQUES RODRIGUES**

Data: 09/10/2024 07:51:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CLARIANA DE CARVALHO MC**

Mestrando(a)



Documento assinado digitalmente

**CLARIANA DE CARVALHO MOTA**

Data: 07/10/2024 10:13:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que surgiram na estrada da minha vida, cada um contribuiu de alguma forma para eu estar nesse momento de hoje, para eu ter escrito e pensado em tudo que dispus nesse trabalho de pesquisa. O agradecimento especial vai para minha família, que é a base do que sou e do que pretendo ser enquanto cidadã e ser construtora desse mundo. Contudo, não posso deixar também de enfatizar o agradecimento aos meus mestres e doutores do PDGS e aos colegas da Turma 9 do Mestrado de Desenvolvimento e Gestão Social, esses atores tornaram essa caminhada, que parecia ser árdua, em um caminho muito especial e iluminado. Por fim, faço das palavras do mestre Gonzaguinha as minhas...

“Há muito tempo que eu saí de casa  
Há muito tempo que eu caí na estrada  
Há muito tempo que eu estou na vida  
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz

Principalmente por poder voltar  
A todos os lugares onde já cheguei  
Pois lá deixei um prato de comida  
Um abraço amigo, um canto pra dormir e sonhar

E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas

É tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
É tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração

E é tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração”  
(GONZAGUINHA<sup>1</sup>, 1982)

---

<sup>1</sup> Música “Caminhos do Coração” do artista Gonzaguinha, lançada em 1982.

“[...] pode- se afirmar que entender o mundo e atuar sobre ele é possível  
somente por meio de relações sociais.”

(Brasil, 2017, p.20)

**MOTA, Clariana de Carvalho. Estudo Sobre os Vínculos Familiares e Comunitários de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social. Orientadora: Grace Kelly Marques Rodrigues. 119 f. il. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.**

## **RESUMO**

O projeto ora apresentado nasceu da identificação de uma lacuna entre a oferta de serviços socioassistenciais e os dados que compõem o diagnóstico socioterritorial, especificamente no que diz respeito à dimensão dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade social. A presente pesquisadora, implicada profissionalmente com o objeto de pesquisa, decidiu transformar percepções e inquietações de uma prática profissional em objeto de pesquisa científica. Para tal fim, foram utilizados importantes teóricos das ciências humanas, como Enrique Pichon-Riviere, Robert Castel, Carla Akotirene, Silvio de Almeida, entre outros, bem como o arcabouço legal, institucional e normativo que compõem a Política Pública de Assistência Social. Esse arcabouço teórico sustenta a segurança de convivência alicerçada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a qual refere-se ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Contudo, apesar de prevista na política pública e preconizada por importantes pesquisadores das ciências humanas, a segurança de convivência não é traduzida em dados para composição dos diagnósticos socioterritoriais. A ausência de indicadores de convivência para compor os referidos diagnósticos pode provocar menor reconhecimento social dos serviços socioassistenciais, como o SCFV. Além disso, quando comparado ao reconhecimento social dos benefícios socioassistenciais, como os programas de transferência de renda, os serviços socioassistenciais possui menor valorização e capilaridade na sociedade. A secundarização dos elementos relacionais e de convivência na análise da situação de vulnerabilidade social pode gerar invisibilização de importantes elementos mitigadores das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, como rede de apoio fortalecida, promoção de autoestima, cidadania, protagonismos e participação social. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo propor uma tecnologia de gestão social para diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários dos usuários da assistência social. A pesquisa foi conduzida por uma abordagem metodológica qualitativa, por meio da pesquisa documental e análise de conteúdo realizada sobre os prontuários SUAS de uma unidade socioassistencial localizada na cidade de Salvador-BA. Ao final da investigação científica, foi possível validar a tecnologia de gestão social proposta, bem como demonstrar a importância da incorporação dos dados sobre vínculos familiares e comunitários dos usuários da assistência social para maior eficácia da implementação dos serviços socioassistenciais, eficiência dos investimentos públicos nesses serviços e efetividade dos seus resultados.

**Palavras-chave:** Vínculos Familiares e Comunitários. Política de Assistência Social. Gestão Social.

**MOTA, Clariana de Carvalho. Study on the Family and Community Bonds of People in Situations of Social Vulnerability. Advisor: Grace Kelly Marques Rodrigues. 119 f. ill. Dissertation (Master in Development and Social Management) - School of Administration, Federal University of Bahia, Salvador, 2024.**

## **ABSTRACT**

The project presented here was born out of the identification of a gap between the provision of social assistance services and the data that make up the socio-territorial diagnosis, specifically with regard to the dimension of family and community ties of people in situations of social vulnerability. This researcher, professionally involved with the research object, decided to transform the perceptions and concerns of a professional practice into the object of scientific research. To this end, important human sciences theorists were used, such as Enrique Pichon-Riviere, Robert Castel, Carla Akotirene, Silvio de Almeida, among others, as well as the legal, institutional and normative framework that make up the Public Social Assistance Policy. This theoretical framework supports the security of coexistence guaranteed by the National Social Assistance Policy (PNAS), which refers to the strengthening of family and community ties. However, despite being provided for in public policy and advocated by important researchers in the human sciences, security of coexistence is not translated into data for socio-territorial diagnoses. The absence of coexistence indicators in these diagnoses can lead to less social recognition of social assistance services, such as the SCFV. In addition, when compared to the social recognition of social assistance benefits, such as income transfer programs, social assistance services have a lower value and capillarity in society. Second-guessing relational and coexistence elements in the analysis of social vulnerability can make important elements that mitigate situations of vulnerability and social risks invisible, such as a strengthened support network, the promotion of self-esteem, citizenship, protagonism and social participation. The aim of this study is therefore to propose a social management technology for diagnosing the family and community ties of social assistance users. The research was conducted using a qualitative methodological approach, through documentary research and content analysis carried out on the SUAS medical records of a social assistance unit located in the city of Salvador-BA. At the end of the scientific investigation, it was possible to validate the proposed social management technology, as well as to demonstrate the importance of incorporating data on the family and community ties of social assistance users in order to improve the effectiveness of the implementation of social assistance services, the efficiency of public investments in these services and the effectiveness of their results.

**Keywords:** Family and Community Bonds. Social Assistance Policy. Social Management.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Quadro Teórico Conceitual.....	51
Quadro 2	Índices e Categorias para elaboração de Indicadores.....	70
Figura 1	Definição de Indicadores sobre Vínculos Familiares.....	88
Figura 2	Definição de Indicadores sobre Vínculos Comunitários.....	89
Quadro 3	Caracterização dos Indicadores.....	79
Quadro 4	Tabela de Determinação do Valor ao Item.....	84
Figura 3	Gráfico de Classificação dos Vínculos Familiares.....	94
Figura 4	Gráfico de Classificação dos Vínculos Comunitários.....	95
Figura 5	Gráfico de Dados Sociais do Público Estudado – Cor/Raça.....	97
Figura 6	Gráfico de Dados Sociais do Público Estudado – Sexo.....	97
Figura 7	Gráfico de Dados Sociais do Público Estudado - Renda.....	98

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
Cad. Único	Cadastro Único
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CF-88	Constituição Federal de 1988
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
EAUFBA	Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PDGS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PSF	Programa de Saúde da Família
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TGS.DT	Tecnologia de Gestão Social e Desenvolvimento Territorial

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 Apresentação da TGS.DT.....	<b>19</b>
1.2 Estrutura do Trabalho .....	<b>22</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>23</b>
2.1 A Importância dos Vínculos Sociais .....	<b>23</b>
2.1.1 Perspectiva Psicológica .....	<b>25</b>
2.1.2 Perspectiva Sociológica .....	<b>31</b>
2.2 Vínculos Sociais para Política de Assistência Social .....	<b>38</b>
2.3 O Gestor Social e o Fortalecimento de Vínculos .....	<b>43</b>
2.4 Quem é o Público da Assistência Social .....	<b>52</b>
2.4.1 Situando a Pesquisadora .....	<b>52</b>
2.4.2 Vulnerabilização Social e Raça .....	<b>54</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>63</b>
3.1 Metodologia de Pesquisa .....	<b>63</b>
3.2 Técnicas de Coleta e Análise dos Dados .....	<b>64</b>
3.3 Residência Social – Contribuições Empíricas .....	<b>71</b>
<b>4 TGS.DT</b> .....	<b>76</b>
<b>5 DISCUSSÃO</b> .....	<b>88</b>
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>104</b>
<b>APÊNDICE A:</b> Questionário sobre Vínculos Familiares e Comunitários.....	<b>109</b>
<b>APÊNDICE B:</b> Roteiro de Entrevista para Execução Indireta – Espaço de Cidadania/CIEE.....	<b>112</b>
<b>APÊNDICE C:</b> Roteiro de Entrevista para Execução Direta – SCFV ofertado pelo município de Lagarto/SE.....	<b>114</b>
<b>ANEXO:</b> Prontuário SUAS: Seção Convivência Familiar e Comunitária.....	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A compreensão de que os vínculos afetivos e relacionais construídos pelos indivíduos ao longo do seu desenvolvimento impactam suas realidades existenciais não é bem uma novidade. A Política de Assistência Social brasileira já reconhece esse fenômeno ao explicitar em suas normativas a preconização do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários como alternativa à superação da situação de vulnerabilidade social, bem como ao afirmar que as fragilizações e rupturas familiares podem ser associadas às situações de violação de direitos (Brasil, 2011).

Essa compreensão surge antes mesmo do seu reconhecimento pelo campo das políticas públicas, pois, notáveis sociólogos e psicólogos do século passado já haviam realizados diferentes estudos sobre a importância dos vínculos sociais e afetivos para o saudável desenvolvimento interpessoal e intrapessoal. No campo da Psicologia, o psicólogo e psiquiatra social Enrique Pichon-Riviere foi um expoente dos estudos sobre o impacto dos vínculos afetivos sobre a saúde mental do indivíduo. De acordo com Pichon-Riviere, os vínculos afetivos são veículos fundamentais da experiência de adoecimento ou saúde mental. Desde os vínculos primários, construídos a partir das experiências de gratificação e frustração das necessidades do bebê, até os vínculos construídos posteriormente, ao longo do desenvolvimento humano, são estas estruturas vinculares que desencadearão as condições de saúde mental dos indivíduos (Pichon-Riviere, 1991). Pichon-Riviere, a partir do seu postulado sobre os vínculos, reforça a importância das relações sociais e os afetos envolvidos nessas relações para o desenvolvimento intra e inter psíquico.

No campo da sociologia, o sociólogo francês, Robert Castel (2013), ao estudar as mudanças sociais oriundas das transformações econômicas após a Revolução Industrial e a emergência do capitalismo, demonstrou como essas mudanças impactaram no advento do individualismo e na degradação das relações sociais e trabalhistas (Castel, 2013). A partir desse estudo, Castel criou uma hipótese geral sobre a condição social do indivíduo, a qual é determinada pelo nível de integração social promovido pelo trabalho e pela densidade das relações familiares e de sociabilidade. De acordo com seu postulado, Castel

(2013) classificou a vulnerabilidade social como uma situação vivencial formada pela conjunção entre uma inserção precária na área trabalhista e uma inserção relacional fraca na família e comunidade. Apesar de Castel (2013) privilegiar a dimensão do trabalho e a posição do trabalhador em seu estudo, ele deixou muito evidente a importância dos vínculos familiares e comunitários para a superação das zonas de desfavorecimento social.

Ainda no campo da sociologia, antes mesmo de Castel (2013) apresentar sua teorização sobre o peso das relações trabalhistas e sociais sobre a condição de dignidade humana, Emile Durkheim, o expoente da sociologia na França, estudou, no século XIX, a correlação entre os níveis de coesão social e as taxas de suicídio. Ao tipificar o comportamento suicida com base nos níveis de coesão social, Durkheim realiza uma importante investigação científica que revela o quanto o fato social interfere nas condutas individuais e impacta os modos de vida (Quivy; Campenhoudt, 1998).

Então, o valor dos vínculos sociais sobre o desenvolvimento pessoal e social é objeto de diferentes estudos há alguns séculos. Convergindo com as diversas teorias das ciências psicológicas e sociológicas, o valor da coesão social para a garantia da proteção social foi prontamente reconhecido pela política pública de assistência social brasileira. Os legisladores brasileiros trataram de incluir o respeito à convivência familiar e comunitária como um dos princípios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993. A Política Nacional de Assistência Social, instituída no Brasil em 2004, estabelece que “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Brasil, 2005, p. 33).

No entanto, o reconhecimento normativo da importância dos vínculos familiares e comunitários não se traduz de igual forma na implementação dos serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social. Observa-se, na prática da política de assistência social, uma prevalência da superação da vulnerabilidade econômica através da centralidade da execução da política nos benefícios ofertados em pecúnia ou bens. Ou seja, apesar de a política de assistência social brasileira prevê a oferta de serviços socioassistenciais que preconizam o fortalecimento e reconstrução de vínculos familiares e comunitários como forma de superar a situação de vulnerabilidade e risco

sociais, são os benefícios da assistência social, ofertados em formas de bens e pecúnia, que possuem o protagonismo da execução dessa política e são amplamente conhecidos pela comunidade nacional (Araújo, 2017).

Diante dessa realidade, a assistência social brasileira enfrenta o desafio de dar a devida visibilidade e relevância aos serviços socioassistenciais que preconizam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. Afinal, um país que possui uma política pública de assistência social que vem se consolidando desde 1990, que instituiu benefícios socioassistenciais em forma de pecúnia há mais de vinte anos e um amplo programa de transferência de renda que tirou o país do mapa da fome, mas ainda convive com um aumento da população em situação de rua, que de 2012 a 2022 cresceu 211% (Montferre, 2022), com expressivos índices de consumo de álcool e outras drogas entre a população de 25 a 44 anos, com prevalência de usuários de Crack e/ou similares nas capitais da região nordeste (Bastos; Vasconcellos; Boni, Reis; Coutinho, 2017), com significativo contingente de cidadãos em situação de precariedade de acesso a direitos e formando o público usuário da assistência social, revela o quanto o foco na transferência de renda e ampliação de acesso a bens e rendas não têm sido suficientes para mitigar a questão da vulnerabilidade social.

A última pesquisa realizada pelo governo federal, através do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania -MDHC, que apresenta um relatório constando informações sobre a população em situação de rua do país, demonstrou que “Os principais motivos apontados para a situação de rua foram os problemas familiares (44%), seguido do desemprego (39%), do alcoolismo e/ou uso de drogas (29%) e da perda de moradia (23%)” (Brasil, 2023, p.20). Os dados apresentados no referido relatório revelam o quanto a dimensão dos vínculos familiares impacta na situação de risco social. Além dessa dimensão ter sido citada como a causa direta de exposição ao risco, problemas familiares também podem estar relacionados indiretamente aos comportamentos aditivos, como alcoolismo e uso de drogas, pois estes últimos configuram-se como comportamentos decorrentes ou geradores de problemas nos vínculos sociais.

O destaque que o rompimento de vínculos e a fragilidade para reconstruí-los ou criá-los têm na trajetória de vida das pessoas é fundamental para entender o processo de exposição constante a riscos e vulnerabilidades pessoais. O uso

abusivo de substâncias psicoativas apareceu como uma alternativa para muitos dos beneficiários da política de assistência social que atendi no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Centro Histórico, durante a atuação profissional desta pesquisadora como psicóloga de um CRAS localizado em Salvador. Esses beneficiários relatavam que o início do uso abusivo de substâncias psicoativas, ou o agravamento do uso abusivo, decorria de crises nos relacionamentos interpessoais. Quando não o consumo de drogas, a falta de autocuidado e a baixa autoestima estavam sempre presentes nos beneficiários que não possuíam vínculos interpessoais fortalecidos ou rede de apoio emocional. O mais interessante na experiência foi notar como os vínculos rompidos e ou fragilizados tornaram essas pessoas mais vulneráveis e expostas a maiores riscos pessoais e sociais.

Durante o período de atuação profissional no CRAS, conforme citado acima, atendi diversas pessoas que buscavam o CRAS em busca de acesso aos benefícios eventuais ou desligamento de um membro familiar mais jovem do Cadastro Único. Ao realizar uma escuta qualificada, pude notar que a busca pelo benefício eventual, como o benefício eventual alimentação, por exemplo, o qual é ofertado através da entrega de uma cesta básica, não se dava por uma insegurança alimentar provocada apenas pela ausência de renda, mas, principalmente, por uma insegurança alimentar gerada a partir de uma ruptura familiar; ou pela perda de um membro familiar a partir da violência policial, o que desestrutura toda dinâmica familiar e potencialidade intrapessoal dos membros dessa família; ou pelo efeito do racismo estrutural, que dissipa o potencial de autoestima, autoeficácia e protagonismo pessoal. Igualmente, a solicitação de desligamento de um membro familiar do Cadastro Único sempre vinha carregada de uma angústia do responsável familiar para lidar com aquele membro que acabou de sair da adolescência, para lidar com as questões de relacionamento intrafamiliar e que não há suporte comunitário ou de uma rede familiar ampliada, que a rotina de sobrevivência não permite acesso a outras alternativas para lidar com as questões de convivência que não seja a ruptura. Além das situações descritas, diversos casos de expulsão do domicílio ou saída de casa voluntária após uma briga familiar, abandono pelos pares ou pelos responsáveis legais, entre outras vivências relacionadas aos vínculos familiares, eram predominantes nos relatos sobre o início da situação de vulnerabilidade e procura aos benefícios

eventuais ofertados pelo CRAS. Ao final dos atendimentos diários, o que eu constatava era que muitos casos de falta de habitação e insegurança alimentar e de renda estavam relacionados a uma crise familiar anterior.

No entanto, para que os vínculos comunitários e familiares possam adquirir maior relevância na execução da política de assistência social, é necessário que o tema ganhe destaque na agenda pública. Frisa-se que a construção de uma política pública perpassa um ciclo que vai da construção da agenda pública à implementação e avaliação, passando pelas fases de definição de alternativas e tomada de decisão do gestor público (Brasil, 2013c). A desproteção de uma significativa parcela da população brasileira, a qual estava à margem do sistema capitalista e excluída do sistema contributivo da previdência social, fez com que a política de assistência social fosse inserida na agenda pública e alternativas no âmbito dessa política fossem elaboradas e implementadas. Contudo, a inserção da assistência social na agenda pública, devido a fatores como as regras do federalismo brasileiro, a atuação dos empreendedores políticos e a competição política perpetrada pelas lideranças político-partidárias, deu-se de forma a destacar alternativas relacionadas à segurança de renda, com implementação de ações direcionadas a responder ao problema da vulnerabilidade de renda. Essas alternativas atenderam aos interesses dos atores políticos das arenas políticas formais como estratégias particulares de vitórias eleitorais (Hochman; Faria, 2013). Então, a gestão da assistência social no Brasil, apesar dos avanços na direção de tornar-se uma política pública e preconizar a participação popular, ainda é conduzida por interesses particulares de grupos políticos partidários e coalizações governamentais, os quais influenciam os processos de implementação da política e a condução dos trabalhos de seus instrumentos socioassistenciais (Araujo, 2017).

Apesar dos citados fatores políticos que influenciam a implementação da política de assistência social, os quais não serão objeto de estudo do presente trabalho, a elaboração de diagnósticos sociais é outro fator fundamental para elaboração de alternativas e implementação de políticas públicas, uma vez que os agentes políticos respaldam suas proposições nesses instrumentos. Apesar dos interesses particulares, os agentes políticos compreendem que as alternativas definidas para responder a um problema público devem ser

fundamentadas e precedidas por diagnósticos sociais. No caso da Política de Assistência Social, os diagnósticos socioeconômicos e socioterritoriais estão determinados pela Norma Operacional Básica (NOB SUAS) 2012 (Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social), Art. 20, e são ferramentas imprescindíveis para a definição de alternativas, tomada de decisão e implementação de serviços, programas, projetos e benefícios (Brasil, 2013c).

Portanto, conhecer as fontes de informações e dados que subsidiam os diagnósticos socioterritoriais da Assistência Social é substancial fator para compreender a predominância da dimensão material e financeira nas alternativas escolhidas pelo gestor público para enfrentamento da desproteção social. Os diagnósticos socioterritoriais da assistência social utilizam como fonte de dados as produções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Básica de Informações Municipais (MUNIC); a Pesquisa Básica de Informações Estaduais (ESTADIC); o Censo Demográfico; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); dentre outras fontes de dados ministeriais e institucionais. Os dados são compilados e disponibilizados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS. Apesar da diversidade de fontes, os dados referem-se basicamente aos indicadores de saúde, de segurança pública e justiça, de infraestrutura urbana e rural, de renda e desigualdade, e indicadores educacionais e habitacionais, não abrangendo indicadores sobre qualidade dos vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2013c).

Com isso, a partir do entendimento da presente pesquisadora a respeito do diagnóstico socioterritorial como importante fator de mobilização da agenda política, esse estudo debruçar-se-á sobre a pesquisa e proposição de uma Tecnologia de Gestão Social e Desenvolvimento Territorial – TGS.DT que insira as dimensões dos vínculos familiares e comunitários nestes diagnósticos. Portanto, o **problema de pesquisa** que orienta o presente estudo é: **como incluir no diagnóstico socioterritorial da assistência social as dimensões dos vínculos familiar e comunitário das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social?**

Com fins de responder à questão acima exposta, o **objetivo dessa pesquisa** é propor uma tecnologia de gestão social para diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, a fim de potencializar a dimensão dos vínculos sociais no ciclo da política pública de assistência social. Para alcance desse objetivo, serão determinados os seguintes **objetivos específicos**, os quais orientarão a execução do percurso metodológico de pesquisa: selecionar os conteúdos científicos relativos aos vínculos sociais para fundamentar a tecnologia de gestão social proposta; aplicar um método de análise dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social; e elaborar um instrumento de diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

A **justificativa dessa pesquisa** está em ocupar uma lacuna importante, que é tornar o conhecimento sobre os vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social um conhecimento gerencial e estratégico, incluído nos diagnósticos socioterritoriais. A **relevância** dessa inclusão está no potencial de produzir maior efetividade na implementação da política pública de assistência social, maior eficiência nos investimentos públicos dessa política e eficácia nos resultados da execução da política, uma vez que o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o qual está integrado à política através de serviços específicos, documentos oficiais e legislação pertinente, tornar-se-á parte de um sistema de indicadores de diagnóstico socioterritorial, podendo, portanto, aprimorar as ofertas prescritas e superar o atual desafio de tornar a dimensão dos vínculos tão reconhecida socialmente e relevante na execução da política quanto a dimensão da renda.

Portanto, para responder à questão de pesquisa e atender ao objetivo proposto, foram utilizadas técnicas como a pesquisa documental e análise de conteúdo sobre fontes primárias e secundárias de pesquisa, incluindo a análise dos prontuários de usuários da assistência social atendidos no CRAS Centro Histórico. De posse desses dados, foi possível alcançar os objetivos específicos referidos e propor a TGS.DT que compõe essa pesquisa.

O **pressuposto** que sustenta essa pesquisa é que a inclusão da qualidade dos vínculos familiares e comunitários no diagnóstico socioterritorial permitirá o fortalecimento dos serviços socioassistenciais e o adequado

atendimento e observância à dimensão relacional da vulnerabilidade social, a qual é secundarizada pelo modelo atual de execução da política de assistência social. O devido fortalecimento dos serviços socioassistenciais, particularmente os serviços com fins de fortalecimento da convivência e dos vínculos afetivos, assim como o acréscimo de informações sobre a dimensão relacional da vulnerabilidade nos diagnósticos socioterritoriais, tendem a atender de forma mais eficaz a demanda local da execução da política pública, uma vez que a oferta de serviços torna-se mais alinhada com possíveis demandas locais não identificadas anteriormente por ausência de diagnóstico. Além do direcionamento da oferta dos serviços, promovendo maior efetividade na execução da política pública, eficiência na alocação dos recursos e eficácia no atendimento à demanda local, a inclusão da dimensão dos vínculos sociais no diagnóstico socioterritorial aprimora a observância ao objetivo e princípio da LOAS de proteção social à família e respeito à convivência familiar e comunitária, respectivamente. Assim como atende ao princípio da matricialidade sociofamiliar prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e à garantia afiançada de Segurança do convívio ou da vivência familiar, comunitária e social.

É importante elucidar ao leitor que a presente pesquisa encontra algumas **limitações** inerentes ao processo de investigação científica, como a restrição do *locus* de estudo, estabelecimento de prazos acadêmicos e a indisponibilidade da pesquisadora para dedicação exclusiva ao estudo. A restrição do campo de pesquisa foi imposta pela impossibilidade de acesso da presente pesquisadora a prontuários SUAS de usuários cidadãos de outros CRAS, uma vez que os prontuários possuem caráter sigiloso e acesso restrito. No entanto, no caso do CRAS Centro Histórico, devido ao fato de a pesquisadora ser profissional atuante nesse CRAS e ter livre acesso aos prontuários das pessoas atendidas pela mesma, não existe o impeditivo citado. As outras limitações acima referidas impõem-se por essa pesquisa configurar-se como tarefa imposta por um programa de mestrado profissional, o qual possui prazos para conclusão do curso, e que tem como público-alvo profissionais de diferentes áreas, ou seja, oportuniza alunos que terão que conciliar trabalho e estudo. Esta pesquisadora, por ser profissional da área de assistência social e atuar profissionalmente no CRAS Centro Histórico, possui uma limitação de carga horária para dedicar-se à pesquisa.

## 1.1 APRESENTAÇÃO DA TGS.DT

O objetivo geral desta pesquisa visa propor uma Tecnologia de Gestão Social e Desenvolvimento territorial - TGS.DT que será descrita nos próximos capítulos do presente trabalho. Contudo, destaca-se que a TGS.DT, de acordo com a determinação do programa de mestrado ao qual esta pesquisa está submetida, deve ser uma produção técnica e/ou tecnológica que se apresente como solução a um problema de gestão social e desenvolvimento territorial, e deverá zelar por alguns princípios. Desta forma, a TGS.DT a ser apresentada zelará pelos princípios abaixo dispostos conforme a seguinte descrição:

- I. Ética, respeitando os sujeitos e organizações envolvidas na TGS.DT durante o processo de pesquisa, inclusive, optando por metodologias de pesquisa que não possa expor os sujeitos envolvidos a sofrimento psíquico e prezando pela parceria, respeito e anuência das instituições públicas envolvidas;
- II. Interdisciplinaridade, utilizando dos saberes de diferentes áreas de conhecimento e práticas, especialmente da ciência Psicológica e Sociológica, e das produções práticas da área da saúde pública e da gestão social;
- III. Inovação Social, através do desenvolvimento de um instrumento promotor de ações inovadoras para os profissionais que atuam em equipamentos e/ou ofertam serviços socioassistenciais, com potencial de propor mudanças sociais a partir do aprimoramento da compreensão de um problema público vivenciado pelas pessoas em situação de vulnerabilidade e risco sociais;
- IV. Posicionalidade, assumindo que a pesquisadora e a pesquisa não são neutras, pois partem de uma realidade vivenciada empiricamente pela pesquisadora, portanto, a pesquisa emerge de um olhar e uma atuação profissional atentos às questões que perpassam os sujeitos da pesquisa, bem como às limitações e impotências sentidas pelos profissionais que atendem esses sujeitos, incluindo a presente pesquisadora. É uma pesquisa implicada e aplicada com os sujeitos de pesquisa;
- V. Reflexividade, exame crítico e contínuo a cada etapa de elaboração da TGS.DT, pois a pesquisa envolve o comprometimento da pesquisadora

- como sujeito ativo de uma proposição de mudança social, como uma profissional que entende que o conhecimento científico tem que andar de mãos dadas com as práticas profissionais, principalmente no âmbito público, para a promoção de uma racionalidade científica comprometida com a transformação social e avanço das práticas profissionais e cidadãs;
- VI. Aplicabilidade, através da proposição de uma TGS,DT facilmente aplicável e compreensível para todos os sujeitos envolvidos, sejam sujeitos institucionais e sujeitos da sociedade civil;
  - VII. Replicabilidade, através da possibilidade de aplicação da TGS.DT proposta em diferentes contextos territoriais, organizacionais e grupos sociais, pois, apesar de elaborada e testada dentro da realidade de um território localizado na cidade de Salvador-BA, a TGS.DT da presente pesquisa foi elaborada para ser utilizada em todo território nacional pelos atores institucionais da política de assistência social;
  - VIII. Aderência, pois a TGS.DT proposta é o resultado da interlocução entre as demandas sociais identificadas através da atuação profissional da presente pesquisadora e a linha de pesquisa “Escalas de Poder, Desenvolvimento e Qualificação Sócio-Territorial” do Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, ao qual essa pesquisa está submetida. A referida linha de pesquisa tem como objetivo analisar as intervenções em diferentes recortes territoriais, identificando áreas de convergências de interesses da sociedade e dos setores governamentais, para subsidiar estratégias de gestão que utilizam tecnologias sociais inovadoras. O tema “Políticas Públicas de Cuidado e Sistemas de Proteção” está inserido na referida linha de pesquisa. Portanto, a TGS.DT proposta aprimora a coleta de dados socioterritoriais sobre um público que deve estar incluído nos sistemas de proteção básica e especial da política de assistência social, atendendo ao interesse público em ter uma oferta socioassistencial condizente com suas demandas, e à orientação da linha de pesquisa em analisar um recorte territorial para subsidiar a proposta de elaboração de instrumento de gestão social inovador;
  - IX. Acessibilidade, pois a TGS.DT trata-se de um instrumento acessível a diferentes sujeitos sociais, pressupondo a participação efetiva de pessoas marcadas por interseccionalidades que as tornam ainda mais vulnerável

socialmente e expostas aos riscos sociais, para, dessa forma, fundamentar ações públicas que visem mitigar os efeitos dessa exposição social;

- X. Sustentabilidade, afinal, a TGS.DT proposta atende às demandas públicas atuais sem implicar qualquer comprometimento danoso às futuras gerações, ou aos aspectos ambientais, sociais, organizacionais, econômicos, financeiros, culturais, políticos e institucionais do território;
- XI. Impacto, pois a TGS.DT proposta visa influenciar positivamente a vida das pessoas, territórios e organizações, a partir de melhorias sociais e culturais decorrentes de um diagnóstico socioterritorial aprimorado, constando aspectos relacionados aos vínculos sociais das pessoas em vulnerabilidade e riscos sociais, ou seja, aspectos envolvidos com o bem-estar coletivo e promotor de saúde mental. O diagnóstico socioterritorial mais completo e aprimorado servirá para condução de ofertas socioassistenciais mais aderentes ao contexto e necessidades socioterritoriais, o que poderá reduzir a exposição a riscos sociais, fortalecer o protagonismo e coesão comunitária, e promover as melhorias sociais e culturais no território.

Nota-se, a partir dos princípios descritos, que a TGS.DT dessa pesquisa possui uma relevância social ao incorporar uma dimensão social não incluída nos diagnósticos socioterritoriais, mas que está presente nas demandas sociais do público da política pública de assistência social, e uma relevância institucional ao propor criação de dados para inclusão nos sistemas de indicadores e diagnósticos que embasam decisões públicas, em observâncias aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública. Por fim, também possui relevância no nível operacional da política de assistência social na medida em que gera um conjunto de dados relevantes para tomada de decisão dos operadores da oferta dos serviços, programas e projetos socioassistenciais sobre como conduzir essas ofertas, quais metodologias mais adequadas, qual o perfil do público prioritário etc.

## 1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está dividida em cinco capítulos, os quais situam o leitor em cada etapa do processo de investigação científica. O primeiro capítulo é formado pela Introdução, a qual contextualizará o leitor sobre a configuração histórica e contemporânea do campo de pesquisa, o problema que deu origem ao atual percurso científico dessa pesquisa, bem como seus objetivos e sua justificativa. O segundo capítulo, o qual foi denominado Referencial Teórico, apresenta ao leitor as revisões bibliográficas da literatura especializada referente ao objeto de pesquisa. As bibliografias revisadas compõem o arcabouço teórico que fundamenta a pesquisa científica, afinal, não existe área de pesquisa que não tenha produção científica prévia e percurso histórico validado. O terceiro capítulo, nomeado Percurso Metodológico, expõe as etapas realizadas para sistematização da produção de conhecimento do estudo, explicitando o porquê a presente pesquisa é plicada e exploratória, qual foi a abordagem metodológica utilizada durante sua condução, e quais foram os instrumentos e procedimentos de coleta de dados utilizados. Além disso, no mencionado capítulo, constam o modelo e a técnica de análise dos dados coletados, e a contribuição do produto da Residência Social para condução metodológica da pesquisa. Em seguida, o quarto capítulo traduz o percurso metodológico, à luz do referencial teórico da pesquisa, em uma tecnologia de gestão social e desenvolvimento territorial, demonstrando sua forma, funcionalidade e aplicação, além de elucidar como essa tecnologia responde ao problema de pesquisa e atende o seu objetivo. O quinto capítulo, nomeado Discussão, revela os resultados do processo de validação e aplicação da referida tecnologia social sobre casos concretos. Então, é no quinto capítulo que é apresentada a análise dos resultados da pesquisa, correlacionado os achados com os pressupostos teóricos apresentado nos capítulos anteriores, além de conter as informações sobre a identificação de possíveis gargalos da pesquisa. Por fim, o sexto capítulo, a Conclusão, sintetiza o conteúdo de todos os capítulos anteriores, e enuncia as considerações finais da pesquisadora, qual a contribuição social da pesquisa, suas limitações e sua potencialidade para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção serão apresentados os fundamentos teóricos adotados para o desenvolvimento da TGS.DT, principalmente as contribuições da literatura especializada das áreas da Psicologia Social e Sociologia, especificamente, as contribuições dos teóricos Pichon-Riviere (1991, 2007) e Robert Castel (2013), respectivamente, sobre os vínculos sociais. Também será apresentada uma revisão literária sobre a Gestão Social, com destaque para nomes como Tânia Fisher, Fernando Tenório, Airton Cançado, entre outros, e como esta área do conhecimento relaciona-se com a gestão dos vínculos sociais. Posteriormente, serão apontadas as disposições legais e normativas sobre a Política Pública da Assistência Social, a qual é responsável pelas respostas públicas às situações de vulnerabilidade e risco social, incluindo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários como alternativa para superação das vulnerabilidades vivenciadas. Por fim, serão expostas as raízes das vulnerabilidades sociais e relacionais que criam público para a política pública de Assistência Social, portanto, será enfatizada as contribuições teóricas dos autores Carla Akotirene, Joice Berth e Silvio Almeida.

### 2.1 A Importância dos Vínculos Sociais

O psicólogo e psicanalista Bowlby (1982), em sua obra *Formação e Rompimento dos Laços Afetivos*, na qual são retratados os postulados de importantes pesquisas sobre o processo de adoecimento e sofrimento psíquico dos indivíduos a partir da ruptura dos vínculos afetivos construídos entre as crianças e suas figuras parentais, inclusive, demonstrando como os vínculos entre os pais e sua prole, em diferentes espécies animais, são determinantes sobre o comportamento animal. Ele afirma, na referida obra, que, de acordo com as descobertas de psiquiatras infantis, a ausência de oportunidade para manter vínculos afetivos ou as prolongadas rupturas desses vínculos são condições antecedentes comuns a diversos distúrbios psiquiátricos infantis (Bowlby, 1982). Então, a partir de uma extensa e profunda pesquisa sobre a qualidade dos vínculos afetivos formados desde a infância e os transtornos psiquiátricos relacionados, o citado autor criou sua Teoria do Apego, a qual fundamenta a determinação dos vínculos emocionais sobre a construção da personalidade. Ao

desenvolver sua teoria, Bowlby evidencia o quão poderoso e necessário é estudar os vínculos sociais para compreender o comportamento e desenvolvimento humano. Conforme Bowlby (1982, p. 73)

É comprovadamente útil o postulado de que, em cada tipo de caso, o comportamento perturbado do adulto representa uma persistência, ao longo dos anos, de padrões desviantes do comportamento de ligação que se estabeleceram em consequência do rompimento de vínculos afetivos durante a infância. Por um lado, ajuda a organizar os dados e a orientar o prosseguimento da pesquisa; por outro, fornece diretrizes para o trato cotidiano com esse tipo de pessoa. Para ampliar os nossos conhecimentos nesse campo, seria obviamente de valor incalculável realizar uma longa série de experimentos a fim de investigar os efeitos, a curto e a longo prazo, sobre o comportamento, do rompimento de um vínculo afetivo, levando em conta a idade do indivíduo, a natureza do vínculo, a extensão e a frequência dos rompimentos, além de muitas outras variáveis.

Na impossibilidade dar continuidade a uma pesquisa tão profunda sobre o efeito do rompimento de vínculos sobre o comportamento de indivíduos adultos, como proposto pela citação de Bowlby, mas, considerando sua importante constatação sobre a importância dos vínculos para a formação do sujeito, a presente pesquisa buscará diagnosticar a qualidade dos vínculos sociais das pessoas que vivenciam situação de vulnerabilidade social. Talvez, a partir dessa análise, seja possível inferir como a qualidade dos vínculos familiares e comunitários se relaciona com a manutenção da situação de vulnerabilidade e exposição a riscos sociais. Portanto, as subseções seguintes serão dedicadas à compreensão dos vínculos sociais, sua conceituação e características, para fundamentar uma classificação passível à elaboração do referido diagnóstico.

Apesar de Bowlby ser um importante nome quando se pensa no conceito de vínculos afetivos e a construção de vínculos pessoais na perspectiva psicológica, a presente pesquisa fundamentar-se-á, na perspectiva psicológica do conceito, sobre o campo da Psicologia Social. A opção pela Psicologia Social decorreu da proximidade desse campo com a Sociologia, pois, o fato de a pesquisa centrar-se no público em situação de vulnerabilidade social e dialogar com a política de assistência social, faz com que a produção científica do sociólogo Robert Castel seja uma das principais referências para o presente estudo.

A interface entre psicologia social e sociologia acabou conduzindo para a priorização das importantes contribuições do psicólogo social, Enrique Pichon-Riviere, sobre o conceito de vínculos. Destaca-se, também, que Pichon-Riviere trabalha o conceito de vínculos a partir da concepção das relações e da qualidade dos vínculos construídos nessas relações, incluindo as relações construídas na idade adulta com os pares em diferentes ambientes de socialização. Enquanto isso, Bowlby trabalha a concepção dos vínculos a partir dos afetos produzidos nas relações, com ênfase nas relações estabelecidas desde a tenra infância do indivíduo entre este último e suas figuras parentais. Portanto, com fins de compreender a concepção de vínculos, suas características e possível classificação de seus atributos, principalmente a partir de uma concepção que não se restrinja as relações parentais, seguem as subseções abaixo, as quais nortearão todo o restante da pesquisa.

### 2.1.1 Perspectiva Psicológica

O psicólogo social, Enrique Pichon-Riviere, durante a década de 1960, desenvolveu seu Esquema Conceitual, Referencial e Operativo (ECRO) sobre o “homem-em-situação”, ou seja, um esquema que permite compreendermos o processo de construções intrassubjetivas e intersubjetivas erigidas através das relações sociais vivenciadas pelos sujeitos em diferentes situações da vida. O referido esquema conceitual foi idealizado por Pichon a partir de suas experiências profissionais e científicas com pacientes psiquiátricos. A essas relações sociais, as quais eram traduzidas como “relação de objeto” pela tradição psicanalista, Pichon-Riviere criou uma conceitualização substitutiva, de forma a romper com sua base psicanalista para criar um arcabouço teórico novo e autoral. Segundo Pichon-Riviere, as descobertas provenientes de suas observações e experiências profissionais em hospitais e clínicas levaram-no “a ampliar o conceito de ‘relação de objeto’, formulando a noção de *vínculo*, que defino como uma estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto, e sua mútua inter-relação com processos de comunicação e aprendizagem.” (Pichon-Riviere, 1991, p.X).

Exatamente pela dimensão interpessoal e relacional presente na concepção de vínculo, Pichon-Riviere (1991, p. XI) afirmará que...

Essa concepção de mundo interno e a substituição da noção de instinto pela de estrutura vincular (entendendo o vínculo como uma proto-aprendizagem, como veículo das primeiras experiências sociais, constitutivas do sujeito como tal, com uma negação do narcisismo primário) conduzem necessariamente à definição da psicologia, em um sentido estrito, como psicologia social.

Essa dimensão relacional é o cerne da conceituação do esquema de Pichon-Riviere, e ele explicará todo processo de saúde ou adoecimento mental a partir das estruturas vinculares que os sujeitos estabelecem na sua relação com o outro. Então, para o referido autor, vivemos as primeiras experiências relacionais desde o nascimento, sendo a relação mãe-bebê o vínculo primário de todo indivíduo. Nessa relação primária, será através da presença materna e da amamentação que o bebê sentirá gratificação ou frustração em ter sua necessidade satisfeita ou não pela mãe. Daí origina-se o vínculo bom, de gratificação, ou vínculo mau, de frustração. Desse vínculo, tem-se os primeiros objetos internalizados – experiência intrassubjetiva sobre a relação com a mãe. As experiências posteriores seguem igual forma de vinculação, na qual os sujeitos criam seus objetos internos, os quais são fruto da dinâmica de internalização de objetos e relações (Pichon-Riviere, 1991).

A partir dessa internalização, a pessoa se relaciona com o mundo externo, ela reconstrói a realidade exterior a partir de suas fantasias internas, sob as emoções e percepções das relações internalizadas com objetos anteriores. Muitas vezes, o objeto internalizado pela experiência primária é reativado nas relações posteriores. Contudo, quando a relação entre a dimensão intrassubjetiva do mundo interno e a dimensão intersubjetiva do mundo externo é mediada por uma estrutura vincular aberta e dinâmica, dialógica, sem fixação nos objetos primários, mas propensa à mudança do sujeito por enfrentamento aos conflitos e incorporação de objetos novos, a relação com o mundo externo será sempre de aprendizagem e saúde mental. Resumindo, o sujeito vai internalizando suas vivências externas e externalizando suas vivências internas. Essas internalizações e externalizações vão construindo as dimensões intersubjetivas e intrassubjetivas dos sujeitos, portanto, temos dois campos psicológicos no vínculo: um interno e outro externo (Pichon-Riviere, 1991).

A internalização da realidade, quando ocorre de forma salutar, é mediada por uma estrutura vincular dinâmica e dialética, que se configura como um espiral de comunicação e aprendizagem. O vínculo é uma estrutura comunicacional que funciona em espiral, possui receptor, emissor, mensagem, codificação e decodificação. “Através desse processo comunicacional, torna-se manifesto o sentido da inclusão do objeto no vínculo, o compromisso do objeto em uma relação não linear, e sim dialética, com o sujeito” (Pichon-Riviere, 1991, p.X). Sujeito e objeto interatuam na estrutura vincular e a internalização é consequência direta dessa relação, resultando na construção da dimensão intrassubjetiva do sujeito. O modelo de internalização do sujeito determinará como será sua aprendizagem sobre a realidade, se essa será dilemática, ou seja, uma aprendizagem obstaculizada pela fixação em objetos internos primários, que ocorre em um circuito fechado de estrutura vincular, com comunicação linear, e marcado pela estereotipia. Ou se será dialética, ou seja, uma aprendizagem facilitada pelo circuito aberto da estrutura vincular, com trajetória de comunicação e aprendizagem em espiral, uma espiral onde são resolvidas as contradições inerentes à complexidade do sujeito e novos objetos internos são construídos (Pichon-Riviere, 1991).

Esse modelo dilemático é típico das patogenias, assim como o modelo dialético é típico de uma mente saudável. Destaca-se que, como explicado acima, o vínculo pressupõe um sujeito, um objeto, e a relação entre esse sujeito e objeto que resulta no objeto internalizado. Portanto, diz-se que o vínculo é bicorporal e tripessoal. “Devemos ter sempre presente que aquilo que se pensa, que se deseja ou que se odeia, etc., nunca é uma relação de dois, mas sempre de três. De modo que temos que rever todo conteúdo da patologia mental em termos da situação de três” (Pichon-Riviere, 2007, p. 95).

Então, Pichon-Riviere deixa bem claro que o vínculo é sempre social, possuindo uma natureza triangular e se relacionando com outros conceitos fundamentais do campo social, quais sejam: comunicação, *status* e papel. Vimos que a comunicação configura todo processo de construção do vínculo. Contudo, desde a experiência primária de construção do vínculo, o qual determina o processo de socialização na criança, existe um papel e um *status* atribuído a essa criança dentro do grupo familiar. Quando o grupo familiar não permite o exercício do papel comumente atribuído a cada membro, por exemplo, a criança

com o papel de filho (a) e os adultos com os papéis de pai e/ou mãe, mas converte a atribuição de papéis no grupo familiar, cria-se um estado de confusão e caos que repercutirá na salutar vida intrassubjetiva e intersubjetiva dos membros do grupo (Pichon-Riviere, 1991). Assim como, o declínio do *status* de um papel exercido, como a autoridade paterna, por exemplo, desestrutura toda relação grupal. O mesmo ocorrerá ao longo do desenvolvimento humano, pois o sujeito exercerá diferentes papéis sociais de acordo com as relações construídas e funções estabelecidas nos diferentes grupos de socialização as quais pertencerá.

“Todas as relações interpessoais em um grupo social, em uma família, etc., são regidas por permanente interjogo de papéis assumidos e adjudicados. Isto é, precisamente, o que cria coerência entre o grupo e os vínculos dentro de tal grupo.” (Pichon-Riviere, 2007, p.113).

Ao final do percurso de toda construção teórica de Pichon-Riviere, este autor sintetiza seu postulado da seguinte forma...

Nossa experiência assinala, como um fato cada vez mais convincente, que o homem não é compreensível por si mesmo (ou em si mesmo), e que o estudo de seu contexto social, imediato ou mediato, torna possível não só sua melhor compreensão, mas, também, oferece as bases para uma ação corretora de sua conduta social desajustada. Os pressupostos básicos ou esquema conceitual, referencial e operativo (ECRO) com o qual operamos na técnica por nós elaborada, e que foi denominada de grupos operativos (1947), são constituídos por uma observação sistemática que se realiza juntamente com a análise das operações da mente em sua inter-relação social e no seu contínuo intercâmbio com o mundo externo – observação e análise que se centram, ambas, na tarefa. (Pichon-Riviere, 1991, p. 83)

Portanto, Pichon-Riviere oferece uma rica investigação sobre os vínculos, investigando o indivíduo, seu grupo e sua instituição ou sociedade de pertencimento, integrando a análise psicossocial – que analisa a relação do indivíduo com o mundo externo; com a análise sociodinâmica – que analisa o grupo como estrutura de pertencimento e vinculação entre indivíduos, e a análise institucional – que toma o contexto nacional ou interinstitucional ao qual o grupo e o indivíduo estão inseridos. Essa compreensão abrangente permitiu a ruptura com um modelo de *práxis* e investigação psiquiátrica e psicanalítica clássica, pois o sujeito e toda sua construção intrassubjetiva e intersubjetiva não é pautada apenas pelo conhecimento do indivíduo enquanto sujeito isolado, mas

inclui o indivíduo e todos os membros e as relações construídas com seu meio (Pichon-Riviere, 2007).

Apesar de romper com a psicanálise clássica, o conceito de vínculo de Pichon-Riviere (1991) surge contemporaneamente a Teoria do Apego já citado psiquiatra e psicanalista Jonh Bowlby (1982), o qual vai retratar os impactos das primeiras interações sociais do indivíduo para o desenvolvimento humano.

Bowlby (1982) concebeu a Teoria do Apego a partir de sua trajetória psicanalítica aliada aos conhecimentos das teorias evolucionistas da espécie, concebendo uma abordagem etológica sobre a relação do bebê com sua mãe. Portanto, ao descrever sobre a construção do apego desde a tenra infância, a partir da díade mãe-bebê, Bowlby (1982) explica como o apego é parte da adaptação da espécie humana à sobrevivência, pois o bebê só se desenvolve através da função de proteção ofertada por um adulto. O referido autor discorre sobre como o bebê realiza protestos diante da ausência da mãe ou da figura de cuidados iniciais, bem como demanda proximidade, sendo esta demanda claramente identificada a através dos repertórios comportamentais da criança. Dessa forma, as expressões infantis, como choro e sorriso, bem como sua interação com estímulos ambientais e sua capacidade senso-perceptiva de identificar cheiros, sons, vozes e rostos, são fatores que configuram o sistema adaptativo que conduz a formação da relação mãe-bebê. As intercorrências ambientais podem afetar a construção desse laço socioafetivo, pois, é através da conjunção dos fatores citados e sua relação com os contextos ambientais que a qualidade do apego será sustentada. Bowlby (1982), mesmo ultrapassando a perspectiva mais individualizante da psicanálise, ainda mantém sua construção teórica sobre a base da relação diádica, tendo a díade mãe-bebê como a relação original. Então, Bowlby (1982), a partir de uma abordagem psicológica diferente e contemporânea a Pichon-Riviere, elabora sua teoria colocando a formação dos laços ou vínculos como eixo central, mas debruça-se sobre a perspectiva evolucionista, compreendendo o vínculo como um elemento básico de adaptação humana, sem ampliar a análise para relações sociais mais amplas (Bowlby, 1982).

Essas diferentes teorias, mas contemporâneas e correlatas, demonstram como a questão do vínculo pode ser estudado a partir de diferentes abordagens, mas terá sempre um lugar de destaque enquanto condição *sine qua non* para o

salutar desenvolvimento biopsicossocial. Dentro da Psicologia Social há diferentes correntes teóricas sobre um mesmo fenômeno, correntes estas que são complementares e possuem a relação social como cerne dos diversos estudos do campo. Esse intercâmbio teórico proporcionou a utilização das teorias dos psicólogos sociais Kurt Lewin e George Mead como referências para construção teórica de Pichon-Riviere (1991). A teoria dos papéis de Mead foi essencial para Pichon-Riviere incluir a importância da adoção de papéis nas relações sociais para a construção salutar dos vínculos, bem como para operar seus estudos sobre grupos operativos. Igualmente, as noções de campo e situação de aprendizagem de Kurt Lewin, assim como a investigação ativa dos grupos a partir do laboratório social, foram importantes contribuições para Pichon-Riviere construir seu laboratório social em Rosário e conceber o estudo do campo de aprendizagem dos grupos (Pichon-Riviere, 1991).

Contudo, mesmo considerando as diferentes abordagens de pesquisa e atuação da Psicologia, como demonstrado através da psicanálise clássica de Bolwby e a psicologia social de Pichon-Riviere, as relações sociais surgirão como, inegavelmente, elemento de constituição e impacto na vida dos indivíduos, podendo ocupar um espaço de protagonismo dentro da abordagem teórica ou aparecer de forma transversal à temática central. Sendo, inclusive, elemento de pesquisa contemporânea da Neuropsicologia. Descobertas neurológicas recentes revelaram que os seres humanos possuem os neurônios-espelhos (NE), os quais têm sido estudados para compreensão das bases biológicas das habilidades humanas de relacionamento interpessoal, pois estes neurônios parecem estar envolvidos em fenômenos afetivos complexos e no processo de aprendizagem por imitação. Compreender as bases biológicas envolvidas nas relações sociais é importante para o entendimento do processamento cognitivo dos estímulos sociais e o conseqüente sucesso na construção de qualidade dos padrões de interação social e melhoria da autoestima e autoeficácia (Ferreira; Cecconello; Machado, 2017).

Este fator demonstra a importância de compreender a questão do vínculo a partir de uma perspectiva psicológica, ou seja, da dimensão intrapsíquica envolvida. Para a presente pesquisa, entendendo o protagonismo de Pichon-Riviere na abordagem dos vínculos sociais e o destaque dado pelo autor à dimensão psicossocial, o referido autor foi escolhido como referência para a

reflexão conceitual por proximidade com o a abordagem teórica privilegiada na atuação dos profissionais de psicologia da assistência social brasileira, qual seja, a Psicologia Social.

“Neste sentido, a Assistência Social ocupa um lugar de destaque entre as políticas sociais que compõem o Sistema de Proteção Social no Brasil. E isso acontece pelos modos como operacionaliza os conceitos de vulnerabilidade e de potencialidade que atravessam as práticas concretas dos profissionais que a elas se dedicam. Carolina dos Reis e outros autores (2014) afirmam que as noções de risco e vulnerabilidade constituem sedimento para as políticas públicas, e recaem na produção de conhecimento em Psicologia Social sob uma perspectiva política que atende a diversos elementos relativos à lógica do compromisso social, com a formulação de categorias analíticas, até deslocar-se entre um campo macropolítico e dos processos micropolíticos de subjetivação” (Conselho Federal De Psicologia, 2021, p. 49)

### 2.1.2 Perspectiva Sociológica

O proeminente sociólogo francês, Robert Castel, ao escrever sua obra *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*, percorreu o processo histórico de transformação do mundo do trabalho evidenciando o quanto esse processo interferiu e interfere nas condições sociais de precariedade, vulnerabilidade, desfiliação, desproteção, exclusão, entre outros. O referido autor fez um importante percurso histórico sobre as mudanças nas organizações do trabalho e seus impactos sobre o desenvolvimento pessoal e social, pois, ele parte do olhar sobre o trabalho enquanto suporte privilegiado de inscrição do homem na estrutura social. Então, Castel irá demonstrar como a divisão social do trabalho possui relação direta com a formação de redes de sociabilidade e proteções sociais.

A partir das conclusões do estudo de Castel, a teoria das “zonas” de coesão social é definida. De acordo esta teoria, a associação entre a situação econômica e inserção social produzirá uma determinada posição social que vai da integração a desfiliação. Entre a integração, zona de confluência entre trabalho estável e inserção relacional sólida, e a desfiliação, zona de ausência de atividade produtiva e isolamento relacional, existe uma zona intermediária que é de vulnerabilidade social, na qual a precariedade da relação de trabalho e a fragilidade dos suportes sociais estão instáveis, como num continuum de

progressão ou regressão nessas áreas. Inclusive, uma situação estável ou ótima em uma área, pode compensar a situação instável ou precária na outra. “Por exemplo, para inúmeros grupos populares, a precariedade das condições de trabalho pôde, frequentemente, ser compensada pela densidade das redes de proteção próximas, propiciadas pela vizinhança.” (Castel, 2013, p. 24).

A desfiliação não deve ser a simples constatação de uma ruptura, mas deve ser compreendida como uma zona construída em uma trajetória histórica e dinâmica, a qual envolve processos de desqualificação, dissociação ou invalidação social, e que é passível de reconstituição de percurso. O processo de desqualificação social perpassa a realidade vivida pelos indivíduos no campo do trabalho. Então, Castel mostra como os franceses eram estigmatizados ou respeitados ou protegidos socialmente, a depender do nível de inserção no mundo do trabalho, desde o Antigo Regime até o Estado Moderno do século XX. Inclusive, o autor mostra como a existência social, no sentido de ter uma posição na sociedade e ser reconhecido por esta, equivale a utilidade social. Nesse ponto, o Estado aparece como a entidade que intermedeia o tempo todo a relação entre a organização econômica do trabalho e posição social do indivíduo. Assim, diante das complexidades das transformações econômicas e sociais pós-industriais, o advento do Estado Social busca resgatar formas antigas de solidariedade e ser o fiador do pacto de solidariedade, pacto de cidadania e pacto de trabalho (Castel, 2013).

Castel apresenta o nascimento da questão social a partir das dificuldades de integração primária. Ou seja, mesmo nas comunidades rurais do período feudal - as quais possuíam relações econômicas e sociais marcadas por relações permanentes de dependência e interdependência entre seus membros, sacralização do passado e antepassados, predominância dos laços consanguíneos, entre outras características gregárias, - existiam situações de dificuldade de integração primária, como a situação de orfandade ou incapacidade produtiva permanente ou provisória decorrente do envelhecimento ou de limitações físicas ou psíquicas. Para essas situações, a inscrição familiar ou social deveria reproduzir as condições de existência para o indivíduo e garantir sua proteção. As regulações coletivas poderiam incluir o órfão em uma família ampliada e o inválido ou indigente ter o suporte da comunidade para manter seu sustento. Contudo, a complexidade crescente das estruturas sociais

e a decomposição da interdependência das relações feudais, conduzidos pelo advento de sociedades cada vez mais diferenciadas, tornou o atendimento a carentes – órfãos, idosos e pobres desvalidos – como objeto de práticas especializadas. Saiu da alçada da comunidade para tornar-se práticas institucionais, praticadas por hospitais, orfanato etc. (Castel, 2013).

Esse processo de institucionalização da assistência, Castel vai chamá-lo de *sociabilidade secundária*, pois trata-se de um deslocamento dos sistemas relacionais que ocorriam nos grupos de pertencimento familiar, de vizinhança, de trabalho. Esse deslocamento coloca a assistência social enquanto obrigação institucional e desobriga os espaços de sociabilidade primária. Daí outras questões vão surgindo, como os critérios de atenção e de rejeição das populações carentes, os quais foram determinados pelo pertencimento comunitário - os estrangeiros não seriam elegíveis pela assistência social, e a inaptidão para o trabalho – os incapazes de suprir suas necessidades por meio do trabalho, como crianças e idosos, seriam elegíveis, mas os capazes e sem recursos deveriam buscar meios próprios de proteção.

A capacidade para o trabalho, mas não exercício deste, vai estigmatizar uma parte da sociedade. Serão os vagabundos, passíveis de punição e dessocialização. Em 1351, o rei da França, João II, já fazia pronunciamentos condenando a prática de dar esmolas às pessoas com corpo e mente sãos, assim como o rei da Inglaterra, Ricardo II, em 1388, diferencia os mendigos válidos, os quais chamou de vagabundos e afirmava ser caso de polícia, dos mendigos inválidos, dignos de tolerância social devido a sua incapacidade produtiva. A condenação política, institucional e moral aos capazes para o exercício laboral se mantém ao longo da história, atravessando todas as transformações sociais e econômicas das sociedades. Contudo, no século XVIII, aparece explicitamente uma categoria social que demarca como a posição social poderá interferir nessa condenação da pessoa sem trabalho, mas capaz para exercê-lo, são os pobres envergonhados. Apesar de o termo “pobres envergonhados” ter aparecido em um texto do século XVIII, menções a esse grupo social remontam ao século XIII. Esse grupo social conserva sua dignidade e a qualidade dos vínculos comunitários, mesmo ao adentrar na pobreza, porque são pessoas que ocuparam posição de prestígio e participação social, então,

mantiveram algum nível e respeitabilidade e reconhecimento social (Castel, 2013).

A emergência, desde essa época, de duas categorias de população, a dos pobres envergonhados e a dos mendigos válidos, indica que tais sociedades já conhecem fenômenos de desclassificação social (mobilidade descendente) e de subemprego (trabalhadores válidos entregues à mendicância). Tudo se passa, contudo, como se se esforçassem por assimilar essas populações às categorias da assistência; o duplo critério da domiciliação e da incapacidade para trabalhar continua a ser exigido (ainda que seja sempre contornado) como condição para ser assistido. (Castel, 2013, p. 95).

A partir do século XVII o caráter de massa do fenômeno da indigência não altera os estigmas e discursos, a despeito do crescimento constante dessa população, ela continua a ser tratada socialmente e institucionalmente como parte de uma questão atípica e marginal. Os termos “mendigo” e “vagabundos” são demarcadores da marginalidade dessa população fora do regime comum de trabalho. O trabalho é cada vez mais posto como um marcador social da moralidade. O discurso religioso reforça essa imagem colocando o trabalho como forma de refrear os maus pensamentos. Então, o trabalho ocupa uma centralidade na inserção social, caracterizando o *status* social do indivíduo e se impondo sobre o sujeito em detrimento de outros suportes sociais, como o pertencimento familiar ou comunitário. “O trabalho, como se verificou ao longo desse percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco.” (Castel, 2013, p. 496).

Nesse processo, o Estado moderno é praticamente obrigado ao “fazer social” para reduzir as disparidades profundas estabelecidas pela diferenciação e individuação produzida pela imposição da organização do trabalho, devendo assegurar minimamente a reconstrução da coesão social. As proteções sociais institucionalizadas foram inseridas para preencher as falhas da sociabilidade primária e foram se aprimorando à medida que o desenvolvimento industrial e urbanização fragilizavam as solidariedades de proximidade. Dessa forma, o poder público protagoniza o processo de proteção e construção de vínculos sociais, mas com um registro jurídico-burocrático completamente diferente do pertencimento orgânico comunitários (Castel, 2013).

Então, Castel propõe sua hipótese geral que demonstra a complementariedade entre o eixo de integração pelo trabalho – emprego estável,

emprego precário, ausência de emprego – e consistência das relações em redes familiares e de sociabilidade – inserção relacional forte, fragilidade das relações, isolamento social. A conexão entre esses dois eixos resulta nas zonas descritas no início desse texto, “Mas não se trata de relações mecânicas, dado que uma forte valência sobre um eixo pode completar a fragilidade do outro.” (Castel, 2013, p. 532). E finaliza esclarecendo que a alternativa atual de complementação desses eixos da melhor forma está sob regência do poder público. Contudo, a passividade social produzida pelo processo de individualização e fortalecimento do discurso meritocrático do capitalismo arrefeceu os “movimentos sociais” históricos. Esse arrefecimento oportunizou uma intervenção do Estado para produzir coesão social através de formas burocráticas e impessoais de gestão do Estado Social.

“ O poder público é a única instância capaz de construir pontes entre os dois polos do individualismo e impor um mínimo de coesão à sociedade. As coerções impiedosas da economia exercem uma crescente pressão centrífuga. As antigas formas de solidariedade estão esgotadas demais para reconstruir bases consistentes de resistência. O que a incerteza dos tempos parece exigir não é menos Estado – salvo para se entregar completamente às “leis” do mercado. Também não é, sem dúvida, mais Estado – salvo para querer reconstruir à força o edifício do início da década de 70, definitivamente minado pela decomposição dos antigos coletivos e pelo crescimento do individualismo de massa. O recurso é um Estado estrategista que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação.” (Castel, 2013, p. 610)

A teoria de Castel foi utilizada na construção de um importante índice nacional de vulnerabilidade social, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) construído pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Considerando que o IPEA é uma entidade pública de pesquisa com profissionais especialistas em diversos campos do conhecimento e com notório saber, responsável por ofertar suporte técnico ao governo para subsidiar a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento, a presente pesquisa não poderia ser alheia ao arcabouço teórico utilizado pelo referido instituto ao propor uma tecnologia de gestão social e desenvolvimento territorial a ser utilizada no campo da política pública de assistência social do país.

Portanto, a abordagem de Castel é imprescindível ao desenvolvimento teórico da presente pesquisa. Contudo, houve uma opção por privilegiar a abordagem de Castel devido a aproximação do referido autor com a percepção sobre a importância dos vínculos sociais na possibilidade de superação da vulnerabilidade social. Afinal, O IVS também privilegia outra abordagem sociológica que explora o fenômeno da vulnerabilidade social de forma distinta à abordagem de Castel, que é a teoria da vulnerabilidade de ativos descrita por Moser. A abordagem de Moser, produzida a partir de pesquisas do Banco Mundial desde a década de 1990, ganhou notoriedade e vem sendo amplamente difundida e utilizada pelas instituições que lidam com as questões e temática da vulnerabilidade e riscos sociais. De acordo com a pesquisadora Caroline Moser, a vulnerabilidade social envolve não apenas as condições ambientais que expõem os indivíduos aos riscos, nem pode ser definida como a condição material da situação de pobreza, mas sim considerada a partir de um conjunto de “ativo” simbólicos e materiais que as pessoas possuem e como elas manejam seus ativos (Costa, 2018). Segundo Moser (1998)

The urban study defines vulnerability as insecurity and sensitivity in the well-being of individuals, households and communities in the face of a changing environment, and implicit in this, their responsiveness and resilience to risks that they face during such negative changes. Environmental changes that threaten welfare can be ecological, economic, social and political, and they can take the form of sudden shocks, long-term trends, or seasonal cycles. With these changes often come increasing risk and uncertainty and declining self-respect.” (Moser, 1998, p.3)

Esses ativos podem ser traduzidos em termos das condições de habitação, trabalho e renda, capital humano, capital relacional, entre outros. Contudo, apesar de as abordagens citadas aparentarem certo antagonismo, considerando que Moser trabalha com uma perspectiva mais individualista, implicando mais o sujeito e sua forma de lidar com seus ativos, e Castel mais coletivista, implicando a rede social de inserção do sujeito, ambas são complementares na medida em que impõem intervenções que impliquem a mobilização do capital social e relacional para combater a situação de vulnerabilidade social (Costa, 2018).

No entanto, o privilégio pela condução da temática a partir dos pressupostos de Castel coaduna com a perspectiva do IPEA, a qual compreende a importância do conceito de vulnerabilidade de ativo apresentado por Moser para situar e reconhecer a dimensão simbólica e proativa das famílias, mas se afasta dessa compreensão por entender que ela coloca a família e seus ativos na origem do problema e negligencia a exposição desigual das famílias aos riscos e condições de acesso a ativos (Costa, 2018).

Além disso, Castel é um dos principais autores da sociologia francesa que exerceu forte influência sobre os estudos sociológicos brasileiros. Além de Castel, Serge Paugam e Vincent de Gaulejac e Isabelle Taboada-Léonetti são outros autores franceses influentes, apesar do maior destaque dado a Castel. Todos os referidos autores pautam-se pela questão dos vínculos sociais, envolvendo outros conceitos em torno da problemática da exclusão e vulnerabilidade social, quais sejam, desfiliação, desqualificação e desinserção, respectivamente. A clivagem sobre a questão da fragilidade e ruptura do laço social na problemática da exclusão é compartilhada por diversos autores renomados das ciências sociais (Leal, 2011). Conforme Leal (2011),

A abordagem da exclusão social como quebra de laços sociais engloba a ruptura de vários tipos de vínculos, em geral de modo combinado. Os laços mais citados são aqueles tecidos pelo trabalho, pelo consumo e pelas relações de sociabilidade primária. Em comum nas várias pesquisas está a questão da ausência de um lugar social reconhecido e valorizado vivida pelos “excluídos”, que pode equivaler a uma espécie de morte social. [...] A bibliografia francesa à qual nos referimos merece uma atenção especial porque, tendo sido a primeira a elaborar a noção nesses termos da quebra dos laços, influenciou uma série de autores brasileiros que pensam a exclusão social em termos de fragilização e ruptura de laços sociais. Essa literatura merece um olhar cuidadoso também por ter servido como referência para os que se opõem a essa definição, tendo estes se sentido obrigados a discutir com tal bibliografia para criar outra definição, na medida em que aquela se tornou forte demais para ser simplesmente ignorada. (Leal, 2011, p.25)

A desinserção social, conceito de Vincent de Gaulejac e Isabelle Taboada-Léonetti, é relatada como parte do processo de exclusão social e definida pela incapacidade de inserção social estável através do trabalho, pela incapacidade de formação de uma solidariedade coletivista pelas instituições de socialização, bem como pela distensão dos laços familiares e efemeridade dos laços comunitários. Esses sentimentos de solidariedade, coletividade,

pertencimento, laços estabelecidos, entre outros, são suplantados pelo predomínio da utilidade social medida pela renda, pelos bens e pela posição de poder dos indivíduos. As pessoas consideradas inúteis socialmente têm seu valor social reduzido. Essa valoração individual vai enfraquecendo a integração das pessoas ao tecido social (Leal, 2011). Já a conceituação de desqualificação de Paugam tem início com a fragilização individual a partir de uma ruptura social. O referido autor retrata como a fragilidade decorrente de uma ruptura, comumente ocasionada por desemprego ou dificuldade de inserção no mercado de trabalho, desencadeia outras rupturas associadas, como a perda da moradia, da sociabilidade promovida pelo trabalho, da organização do tempo e espaço vividos e, conseqüentemente, inicia um processo de crise identitária com repercussões no âmbito doméstico (Leal, 2011). Portanto, outras rupturas de laços sociais são geradas e “muitas pessoas nutrem um sentimento de inutilidade para a sociedade e não encontram mais sentido para a vida. Em muitos casos, caem no alcoolismo e na dependência química” (Leal, 2011, p.30). Por fim, Castel discorre sobre a desfiliação como o pior cenário de existência do *continuum* da situação de vulnerabilidade social.

## 2.2 VÍNCULOS SOCIAIS PARA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política Nacional de Assistência Social instituída no Brasil nasceu de um longo processo de pressão popular para que a proteção social fosse garantida pelo Estado, tornando-se um direito cidadão. Até o final da década de 1980, antes da redemocratização brasileira, a assistência social era vista como uma prática filantrópica, assistencialista, clientelista, de competências das instituições de caridade. Após a promulgação da Constituição Cidadã, em 1988, e a redemocratização nacional, a assistência social adentra o campo do direito público, iniciando uma trajetória para afirmar-se enquanto política pública (Brasil, 2005).

Destaca-se que as políticas públicas no Brasil se desenvolveram com a incisiva participação de movimentos organizados de diferentes setores sociais, a exemplo do movimento sanitarista e suas influências sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Essa mobilização social precedeu a redemocratização do país

e foi a base para a construção dos princípios democráticos constitucionais. Com o advento da Constituição Cidadã, princípios substanciais são integrados ao campo das políticas públicas, como a descentralização das políticas públicas e a garantia constitucional de diferentes formas de participação social na organização pública institucional, como os conselhos gestores de políticas públicas, orçamento participativo, conferências setoriais, audiências públicas, etc. Esse avanço possibilitou um modelo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas mais avançado e abrangente (Farah, 2016).

Nesse cenário, em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é promulgada e passa a regulamentar as disposições constitucionais sobre a assistência social brasileira. A LOAS institui, então, a Assistência Social como um direito social não contributivo, disciplinando seus princípios, diretrizes e garantias. A partir de então, a pressão social para materializar as diretrizes da LOAS, e fazer com que o Estado brasileiro assumisse a responsabilidade na condução da política de assistência social, resultou na elaboração e aprovação, em 2004, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Essa pressão social teve sua maior expressão nas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003 (Brasil, 2005).

A PNAS, como uma política pública de um estado democrático de direito, não poderia prescindir da participação social, portanto, sua aprovação foi precedida por muitos momentos de discussão em todos os Estados brasileiros. Conforme está disposto no texto introdutório da PNAS...

Ressalta-se a riqueza desse processo, com inúmeras contribuições recebidas dos Conselhos de Assistência Social, do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social – FONSEAS, do Colegiado de Gestores Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, Associações de Municípios, Fóruns Estaduais, Regionais, Governamentais e Não governamentais, Secretarias Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, Universidades e Núcleos de Estudos, entidades de assistência social, estudantes de Escolas de Serviço Social, Escola de gestores da assistência social, além de pesquisadores, estudiosos da área e demais sujeitos anônimos. (Brasil, 2005, p.11).

Conseqüentemente, em 2005, é lançada a Norma Operacional Básica – NOB para implementação do Sistema único de Assistência Social (SUAS). A partir de então, o SUAS vai se firmando em todo território nacional e aprimorando

sua organização, financiamento, regulamentação e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios. Nesse processo de aprimoramento e desenvolvimento da política pública, a LOAS ganha uma nova redação a partir da aprovação da Lei nº12.435/2011, a qual determina que a assistência social organize-se-á pela Proteção Social Básica, a qual visa prevenir situação de vulnerabilidade e risco social através do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; e pela Proteção Social Especial, a qual visa reconstruir os vínculos familiares e comunitários para o enfrentamento das situações de violação de direitos (Brasil, 1993). Evidencia-se, então, que a organização da assistência social, seja na proteção básica, seja na proteção especial, incluiu a dimensão do vínculo como elemento de proteção social e enfrentamento à situação de vulnerabilidade e risco social.

Na própria definição dos usuários da assistência social, exposta no texto da PNAS, fica evidente a caracterização do vínculo como promotor de vulnerabilidade e risco, pois, conforme a PNAS, o público usuário da assistência social é formado por cidadãos e grupos em situação de vulnerabilidade e riscos sociais, “tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual [...]” (Brasil, 2005, p.33). Então, a política de assistência social surge como de garantia de direitos e de condições dignas de vida aos cidadãos desprotegidos socialmente, afiançando seguranças como as seguranças de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. Sob essa perspectiva, os princípios, diretrizes e seguranças afiançadas pelo SUAS preconizam a participação social, desenvolvimento de autonomia e emancipação, promoção à cidadania, equidade, territorialização, matricialidade sociofamiliar, convivência familiar e comunitária, aquisições materiais e sociais, entre outros (Brasil, 2013a).

Para atender ao desafio imposto a natureza do SUAS, a política de assistência social lança mão de uma rede socioassistencial composta por serviços, programas, projetos e benefícios. Dentre os serviços ofertados pelo SUAS, encontra-se, no campo da Proteção Social Básica (PSB), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Nota-se que o vínculo está descrito na concepção da política, na caracterização do público usuário e nos

serviços ofertados, ou seja, é uma dimensão evidente desde a elaboração à execução da referida política pública.

A padronização dos serviços socioassistenciais foi materializada inicialmente através da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprovou a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Em 2014, a previsão da supracitada resolução foi ampliada através da Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014. Esses documentos são a base para compreensão, elaboração e execução das ofertas públicas da Assistência Social. Neles constam os níveis de complexidade do SUAS, os equipamentos públicos de referência para oferta de serviços específicos de cada nível de complexidade e quais serviços são esses. Dessa forma, é nesse referencial que está exposto o que é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e tudo que se refere aos seus objetivos e formas de organização, inclusive, especificando este serviço enquanto uma oferta da Proteção Social Básica (Brasil, 2014).

Enquanto a Proteção Social Básica trabalha a dimensão do fortalecimento dos vínculos sociais, a Proteção Social Especial, através de seus programas, projetos e serviços, foca no trabalho sobre vínculos já fragilizados ou rompidos, buscando a reconstrução de vínculos ou construção de novos para promover a potencialização de recursos pessoais e coletivos para superação e prevenção do agravamento das situações de risco pessoal e social. Nesse caso, pressupõe-se que os vínculos foram fragilizados ou rompidos por violação de direitos em suas mais variadas formas, como a violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono, trabalho infantil, situação de rua etc. (Brasil, 2011).

As ofertas institucionais do SUAS foram classificadas de acordo com a complexidade dos serviços, organizando-se, dessa forma, em proteção social básica e proteção social especial de média e de alta complexidade, buscando responder de forma mais singularizada os diferentes níveis de desproteções sociais.

Conforme definido na LOAS e na PNAS, a Proteção Social Básica tem caráter preventivo e objetiva a antecipação de situações de risco por meio do conhecimento prévio do território e das famílias, das demandas sociais e dos níveis de desproteção social a que estão expostas, do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevendo o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, para responder as situações de vulnerabilidade social. Destacam-se os

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos, que ganham força e efetividade ao se materializarem nos territórios. [...] A Proteção Social Especial (PSE) está direcionada a situações de desproteção agravadas. [...] O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços da PSE e tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas. Os serviços da Proteção Especial são diferenciados para responder a situação vivenciada pelo indivíduo ou família de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e devem estar articulados diretamente com o sistema de garantia de direito, o que exige uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. (Brasil, 2013a, p.37-38)

Conforme citação acima, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é o destaque da Proteção Social Básica, pois é a unidade pública estatal de oferta dos serviços da proteção básica, localizada em áreas de vulnerabilidade social, referenciada territorialmente e que organiza e coordena a rede socioassistencial do território. (Brasil, 2005) O CRAS deve possuir uma equipe mínima formada por um coordenador, quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, e quatro técnicos de nível médio, a cada 5.000 famílias referenciadas (Ferreira, 2011).

A referida equipe deverá atuar ofertando e desenvolvendo o Programa de Atenção Integral às Famílias - PAIF junto às famílias do território de abrangência, valorizando as heterogeneidades e particularidades de cada grupo familiar e promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Além disso, a equipe deverá orientar e informar a população do território sobre seus direitos cidadãos, articulando sua atuação de forma intersetorial e em conjunto com a rede de proteção social local; bem como deverá estar atenta à produção, sistematização e divulgação de indicadores do território de abrangência do CRAS (BRASIL, 2005). Considerando que esta última atribuição citada é o princípio para se elaborar ações junto às famílias e à comunidade local, pois os indicadores são poderosos instrumentos de diagnóstico local, nota-se que incluir a dimensão dos vínculos sociais nos sistemas de indicadores que compõem o diagnóstico socioterritorial é um passo importante para integrar essa dimensão a uma oferta adequada dos serviços socioassistenciais. Conforme caderno de estudos publicado pelo governo federal brasileiro,

O diagnóstico é um importante instrumento a auxiliar a tomada de decisão ao dar tratamento adequado a um volume significativo de dados sobre diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais dos municípios. O diagnóstico reúne e transforma esses dados em informação útil, a orientar a gestão municipal nos processos de implementação e acompanhamento de políticas e programas sociais. Às vezes, pode-se estar buscando combater um problema social com uma ação inadequada ou, então, poderiam ser obtidos melhores resultados caso o atendimento fosse centrado nas zonas mais vulneráveis do município. O diagnóstico ajuda na precisão das medidas adotadas, direcionando o atendimento às regiões necessitadas e oferecendo às famílias os serviços de que elas precisam e os benefícios a que têm direito (Brasil, 2013c, p.66).

Portanto, a elaboração do diagnóstico socioterritorial é exigência normativa dentro da política pública de assistência social, definida pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e instrumento fundamental para compreender e intervir efetivamente em um determinado território. Contudo, como a assistência social lida com conceitos abstratos, como vulnerabilidade e risco social, estes últimos costumam ser transformados em medidas objetivas e quantificáveis através da construção de um sistema de indicadores sociais. Os indicadores comumente usados na elaboração dos diagnósticos socioterritoriais são os indicadores de condições de habitação e infraestrutura local; condições de emprego e renda; composição familiar e dados demográficos dos membros da família; condições de saúde e escolaridade dos membros da família; dados sobre acesso a serviços públicos e de lazer; e registros das situações de violação de direito. Esse sistema de indicadores reflete as diversas e adversas realidades vivenciadas pelas pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, contudo, não traduz os dados relativos às condições de convivência e relações interpessoais que, muitas vezes, atravessam as demais condições socioeconômicas apresentadas pelos indicadores mencionados. Destarte, essa problemática guiará as próximas seções do presente trabalho de pesquisa.

### 2.3 O GESTOR SOCIAL E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

A gestão social emergiu no final do século XX como um modelo de gestão na contramão das práticas e teorias neoliberais que avançavam no mundo e ameaçavam a gestão pública, a força do Estado e as recentes

conquistas democráticas dos países latino-americanos (Tenório, 2007, p.09). A emergência da gestão social foi fruto de uma agenda internacional que endossou as demandas por políticas sociais na América Latina, após um longo período de vigência de regimes autoritários. Para Araújo (2014, p.85), importante teórico do tema, a gestão social...

Diante da complexidade dos fenômenos socioeconômicos, trata-se de uma concepção de gestão que busca criar significados cotidianos para as novas formas de ação coletiva e interorganizações que passam a surgir neste momento histórico. Não se trata apenas de mais uma adjetivação simples para o *como fazer gestão* aplicada a algum tipo de organização, mas de uma busca por respostas também ao *por quê e para quê fazer gestão*, gerando tensões inquietantes para compreender sentidos ideológicos e práticas das relações sociais.

No Brasil, a concepção de Gestão Social passa a ser desenvolvida a partir do Programa de Estudos em Gestão Social da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PEGS/EBAPE/FGV), no final dos anos 1990. Nesse período, a gestão social confundia-se com a gestão de políticas públicas e de organizações do terceiro setor, mas, no ano de 1992, durante o *Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores em Gerencia Social*, os debates acerca do conceito de gestão social foram ampliando as expectativas sobre o construto e, em 1998, o professor e pesquisador Fernando Guilherme Tenório publicou um texto nacional específico sobre a Gestão Social na Revista de Administração Pública, sendo pioneiro na abordagem do tema enquanto modelo de gestão democrático, participativo, dialógico, que dar-se-á no âmbito público, do terceiro setor e em qualquer outro arranjo de relações de caráter produtivo (Cançado; Tenório; Pereira, 2022, p. 101).

Após o pontapé dado pelo professor Tenório, outros pesquisadores e professores deram continuidade a evolução conceptual da gestão social. O professor doutor, Edilson Tavares de Araújo (2017), esclarece que a gestão social compreende um campo de saberes e práticas que articula a gestão de interorganizações, territórios e relações sociais sempre sob o predomínio do interesse público e princípios democráticos. Na mesma direção, o professor Airton Cançado (2014, p.83) afirma que, “[...]por seu próprio constructo, que prevê a emancipação e acredita no potencial do indivíduo enquanto protagonista

de sua própria história, a gestão social pode ser considerada uma utopia pelos “praticantes” da administração tradicional.”

Nota-se que a Gestão Social, em seu bojo, contrapõe-se aos modelos tradicionais de gestão, como a Gestão Estratégica. Enquanto a primeira é um modelo de gestão com fins sociais, no qual a dimensão econômica é meio para o desenvolvimento social, na segunda o econômico é a finalidade organizacional e o social é meio para o alcance dos fins institucionais. Além da finalidade social *versus* econômica, a gestão social deve ser conduzida por atores da sociedade civil ou com esses atores como protagonistas do processo de gestão, diferente da gestão estratégica clássica, a qual privilegia a atuação dos atores mercadológicos para o processo de gestão institucional (Filho, 2008). Por fim, a gestão social contrapõe-se à gestão burocrática do Estado e do Mercado para atender as demandas do social a partir de seus arranjos organizacionais. “Nesse sentido, a gestão social pode ser delimitada como uma ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal e para a realização do bem comum” (Cançado; Tenório; Pereira, 2022, p.98).

O campo de produções, práticas e estudos sobre Gestão Social, no Brasil, sofreu um considerável aumento ao longo dos anos. Essa ampliação envolveu o crescente interesse acadêmico pela área, inclusive, com a criação de cursos e núcleos de ensino nas principais instituições de ensino superior do Brasil, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal do Tocantins, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, entre outras (Cançado; Tenório; Pereira, 2022). Simultaneamente, as práticas de gestão social começam a ser identificadas e valorizadas nos seus diferentes campos de expressão, como nas políticas públicas, nas instituições do terceiro setor, e nas diversas formas de auto-organização social – associações, organizações sociais, movimentos sociais organizados etc. (Filho, 2008).

Segundo o professor Guilherme Tenório (2007), expoente da gestão social, este modelo de gestão, quando aplicado à administração pública, resulta na promoção de uma administração pública ampliada, uma administração que situa os usuários das políticas públicas enquanto protagonistas do processo de

implementação dessas políticas. Essa concepção de administração pública ampliada oferece respostas mais efetivas para formulação e execução de políticas públicas do Sistema de Proteção Social Brasileiro Não Contributivo, visto que esse carece de respostas mais tempestivas e aderentes à realidade de milhões de brasileiros, e, por isso, “[...] requer, além do engajamento do Estado, enquanto garantidor de direitos, o apoio e o empenho da sociedade civil, dos cidadãos e da família, para consolidação da cidadania, num processo de coprodução de bens e serviços públicos” (Araujo, 2017, p.211).

Nesse sentido que a Política de Assistência Social, a qual faz parte do Sistema de Proteção Social Brasileiro Não Contributivo, alinha-se com a gestão social. Essa aliança potencializa o alcance de uma ação governamental articulada com a coletividade e seus multiatores para produzir uma ação pública efetiva na regulação das tensões sociais, integração dos seus diversos grupos e resolução de conflitos inerentes ao contexto de vulnerabilidade e risco sociais (Araujo, 2017). Segundo o professor Edgilson Araujo, pensador e crítico da gestão social, “é preciso pensar na gestão social enquanto modo e finalidade de gerir a política pública de Assistência Social. Trata-se, portanto, de ampliar o conceito de gestão de políticas públicas para além da ideia gerencialista e instrumental [...]” (Araujo, 2017, p.211).

Ao ressaltar a importância de ultrapassar a visão gerencialista e instrumental de gestão da política de Assistência Social - a qual parte da premissa de que basta ter os recursos necessários que a implementação de uma política se torna viável, o professor Edgilson deslinda como a Assistência Social exige um novo paradigma de gerenciamento da política pública. Esse novo paradigma coaduna com a gestão social, afinal, é necessária uma gestão que articule a rede socioassistencial, ou seja, integre os atores públicos e privados que realizam as ofertas socioassistenciais, bem como fortaleça o envolvimento da sociedade civil com essas ofertas (Araujo, 2017). A seara da disputa entre instituições públicas e entidades privadas deverá ser ultrapassada para o alcance de um trabalho conjunto que: fortaleça as ofertas socioassistenciais; fomente um processo de valorização dos serviços socioassistenciais; e envolva a sociedade civil no processo de incorporação da política pública como direito. Conforme afirma Araujo (2017, p. 212):

[...] muitos serviços socioassistenciais ainda continuam à margem e não ganham a evidência necessária. Deve-se atentar que são nestes em que deve prevalecer a maior dimensão humanitária, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, da convivência, da aprendizagem compartilhada. Além disso, prevalece ainda uma lógica estereotipada de disputa entre os serviços prestados por entidades privadas e instituições públicas, no intuito incabível de desqualificação destes. Dar novos sentidos e contornos às relações Estado-sociedade na área da Assistência Social se faz mister, num momento histórico em que acendemos tardiamente na construção de um sistema de proteção social e que, ainda frágil e neófito, rapidamente é ameaçado por desmontes por qualquer governo reacionário que surja. Não se pode seguir admitindo discursos “demonizantes” ou “angelicais” sobre a sociedade civil, tampouco discursos de instituições privadas afirmando que “nós fazemos o que o Estado deveria fazer” ou que “a oferta governamental não tem qualidade”. Essas visões míopes sobre a política pública não coadunam com os seus objetivos e princípios, tampouco com a gestão social.

A partir do entendimento exposto sobre a interface entre Gestão Social e Política Nacional de Assistência Social, é inegável o reconhecimento de que o profissional que atua desde a elaboração até a execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, é um gestor social. O gestor social é um agente que atua como um estrategista da inovação e desenvolvimento sócio-territorial, como um mediador interinstitucional e social, como um dirigente e como um avaliador. Na posição de estrategista, é alguém capacitado a identificar contextos, relações e atores envolvidos; e a formalizar programas e projetos, apoiando a implementação desses e regulando e avaliando seus resultados. Na posição de mediador, é alguém eticamente determinado e estrategicamente orientado, que promove o desenvolvimento de indivíduos, grupos e coletividades através da mobilização de diversas ações territoriais e formas organizacionais. Na posição de dirigente, é alguém capaz de liderar grupos, com sensibilidade às relações de poder existentes e o sentido político da ação, além da capacidade em articular interesses, gerenciar conflitos, e alocar e gerir recursos. Por fim, como avaliador, é alguém com capacidade para regular processos e ações, redirecionando os cursos de ação e testando diferentes tecnologias sociais para alcance efetivo do desenvolvimento sócio territorial (Fisher; Melo, 2006).

Quando o profissional da assistência social exerce seu papel de gestor social, ele executa um processo gerencial potente de transformação das relações sociais (Fisher; Melo, 2006). Dessa forma, o gestor social é um agente transformador das relações, e, portanto, não deve prescindir da inclusão dos

vínculos sociais enquanto elemento a ser conhecido e gerido no processo de gestão do desenvolvimento socioterritorial. É preciso construir vínculos para que haja mobilização de recursos pessoais e coletivos em direção ao desenvolvimento pessoal, grupal e territorial. As pessoas são impulsionadas à mudança a partir da qualidade de suas relações intrapessoais e interpessoais, de seu sentimento de pertencimento e vinculação com o território e a comunidade.

Conforme foi apresentado no capítulo sobre a importância dos vínculos sociais, a gestão das relações intrafamiliares é condição primordial para o saudável desenvolvimento pessoal, bem como a gestão das relações comunitárias é determinante para o salutar desenvolvimento socioterritorial. Portanto, assim como qualquer modelo de gestão pressupõe um diagnóstico da realidade a ser gerida, gerir relações sociais pressupõe ter um diagnóstico dos modelos de vínculos comunitários e familiares dos indivíduos. Conhecer a qualidade dos vínculos sociais da população de um determinado território torna-se fundamental para a execução de uma efetiva gestão do desenvolvimento social. Como notavelmente sintetizou a professora Tânia Fisher, uma das referências brasileiras na área da gestão social...

O gestor do desenvolvimento social movimenta-se entre opostos, conciliando conhecimentos, ética e efetividade. É um mediador entre pessoas (dimensão individual), coletivas (dimensão relacional) e interorganizacional e redes de redes (dimensão transacional). (Fisher; Melo, 2006, p. 22)

Ao fim dessa seção é possível compreender que a gestão social se alinha com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, sendo um modelo de gestão adequado aos princípios da política pública da assistência social. Ao exigir a construção de diagnóstico socioterritorial para direcionar as ofertas socioassistenciais de acordo com a demanda do público, fica evidente o caráter participativo e cidadão do planejamento e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Portanto, o aprimoramento dos diagnósticos socioterritoriais através da incorporação de dados mais profundos sobre a população atendida através das unidades socioassistenciais, a fim de garantir ofertas públicas mais efetivas, aderentes às necessidades e demandas locais, e atenta ao interesse do público envolvido, é gerir de acordo com o modelo da gestão social. Dessa forma, a correlação entre aspectos conceituais

relacionados à assistência social, aos vínculos sociais e à gestão social compõe o fundamento teórico da presente pesquisa. No entanto, um ponto crucial e destacado da fundamentação teórica será abordado na seção seguinte, pois, é a partir da compreensão do público da assistência social, ou melhor, dos fenômenos geradores do público da assistência social, que todos os pressupostos teóricos abordados poderão ser mais bem compreendidos e contextualizados. Portanto, o quadro abaixo consolida os conceitos e principais dimensões norteadoras dessa pesquisa.

**Quadro 1** – Quadro teórico conceitual

DIMENSÃO	DEFINIÇÃO	AUTORES/FONTES
Vínculos	Estrutura complexa que inclui um sujeito, um objeto, e sua mútua interação com processo de comunicação e aprendizagem	Pichon-Riviere (1991)
Vínculos Primários	Vínculo <i>bom</i> ou vínculo <i>mau</i> construído na relação de gratificação ou frustração vivenciada pela criança na relação com seu grupo primário ou familiar.	Pichon-Riviere (1991)
Vínculos Sociais	Estrutura complexa de interação, não de forma linear, mas em espiral, fundamento do diálogo operativo, onde a cada giro há uma realimentação do ego e um esclarecimento do mundo. Essa interação dar-se-á entre o sujeito, o objeto e o universo intrapsíquico presente nessa relação interpessoal.	Pichon-Riviere (1991)
Vínculos Familiares	“Estrutura relacional cuja consistência depende, quanto ao essencial, da qualidade das relações entre seus membros.”	Castel (2013)
Vínculos Comunitários	“Suportes relacionais que, além da família, asseguram uma ‘proteção máxima’ (relações de vizinhança, participação em grupos, associações, partidos, sindicatos...)”	Castel (2013)
Política Pública de Assistência Social	É o instrumento de efetivar a assistência social prevista na LOAS e integrar às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.	Brasil (2005)

Assistência Social	A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.	Brasil (1993)
Vulnerabilidade Social	Situações vivenciadas pelos indivíduos e famílias que decorre das condições de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).	Brasil (2005)
Proteção Social	É definida pelas formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Incluindo as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais, quanto os bens culturais, que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. A proteção social envolve também os princípios reguladores e as normas que fazem parte da vida das coletividades.	Brasil (2005)
Proteção Social Básica	A proteção básica é o meio institucional de prevenção situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	Brasil (2005)
CRAS	Unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social.	Brasil (2005)
Proteção Social Especial	A proteção especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus	Brasil (2005)

	tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.	
Gestão Social	<p>Processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais)</p> <p>A gestão social compreende um campo de saberes e práticas que articula a gestão de interorganizações, territórios e relações sociais sempre sob o predomínio do interesse público e princípios democráticos.</p> <p>A gestão social pode ser considerada uma utopia pelos “praticantes” da administração tradicional.</p>	<p>Tenório (2007)</p> <p>Araújo (2017)</p> <p>Cançado (2014)</p>
Família	Conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade.	Brasil (2005)
Vínculos Familiares	A família é mediadora de relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Além disso, é um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades.	Brasil (2005)
Vínculos Comunitários	Grupo que convive, pertence e compartilha as realidades institucionais e socioeconômicas de um mesmo território de residência, sendo esse território incluso na área de abrangência do CRAS.	Brasil (2005)
Interseccionalidade	Atravessamentos construtores de uma identidade da qual o racismo ocupa a centralidade e é interceptado por outras estruturas.	Akotirene (2019)
Racismo Estrutural	Racismo é parte da estrutura social, é prática que alicerça toda estrutura social, ou seja, não é uma exceção social que se configure como desarranjo ou patologia, mas é a regra	Almeida (2019)

	de conduta da sociedade e constitui normalmente as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares.	
--	--	--

Fonte: elaboração da autora

## 2.4 QUEM É O PÚBLICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Este capítulo é extremamente duro, difícil e desafiador, pois é sobre um tema que é condição *sine qua non* para compreensão dos problemas sociais vivenciados no Brasil, bem como para compreensão da lógica que fundamenta a política pública de assistência social. No entanto, o mais desafiador é escrever esse capítulo sem sentir na pele o que é ser negra no Brasil, é reconhecer que não tenho lugar de fala, mas que não posso ficar sem retratar a questão racial que marca a origem dos problemas sociais brasileiros e que se reflete nos usuários da assistência social. Portanto, vou iniciá-lo situando a pesquisadora que se mobiliza empreender esta pesquisa, para depois descrever quem é o público da assistência social, mais especificamente o público soteropolitano, e chegarmos ao cerne da questão que torna essa população público da assistência social: o atravessamento racial.

### 2.4.1 Situando a Pesquisadora

A pesquisadora que vos escreve é uma pessoa encantada e intrigada com a diversidade da vida, seja humana, animal ou vegetal. Desta característica, surgiu o início da trajetória como estudante de psicologia em 2005 e como psicóloga em 2010. Ao longo desse percurso, o contato com as diferentes construções subjetivas, vivências e manifestações culturais, a partir de locais de atuação profissional muito distintos, como unidades prisionais, Hospital de Custódia e Tratamento, serviço de atenção a pessoas que sofreram violência sexual, clínica particular, órgão estatal de gestão sobre políticas de drogas, e, por fim, alguns Centros de Referência da Assistência Social -CRAS, fizeram com que eu decidisse que as inquietações profissionais precisavam extrapolar o ambiente laboral e adentrar o ambiente acadêmico.

Dessa decisão surgiu o presente projeto de pesquisa. Mais especificamente, a partir das últimas inquietações originárias da atuação no CRAS Parque São Bartolomeu, depois CRAS Rio Sena, e, ao final, CRAS Centro Histórico, todos localizados na cidade de Salvador-BA. Eu, enquanto servidora

municipal, enquadrada como Profissional de Atendimento Integrado – Psicologia, exercendo a profissão nas referidas unidades socioassistenciais, observei que o público da assistência social diariamente atendido por mim possuía um perfil determinado e muitas demandas implícitas não atendidas. Isso não quer dizer que as demandas explícitas fossem todas necessariamente atendidas, mas a implícita me inquietava mais, o não dito ressoava em mim com muito mais força, ou, de forma mais evidente, o silenciado. O perfil determinado, como já confirmado por pesquisas estatísticas, era o conjunto de pessoas pretas e pardas, e com baixa renda. De acordo com os dados produzidos pelo QUALISalvador, um projeto que produziu um índice de qualidade do ambiente urbano composto por diversos elementos, como usufruto do patrimônio ambiental; formas de apropriação da riqueza socialmente produzida; acesso a serviços públicos, infraestrutura urbana e condições de moradia; acesso à cultura e aos bens culturais; exposição às situações de violência, à insegurança alimentar e às situações de risco e vulnerabilidade (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022); os resultados do projeto comprovaram o que é notório ao olhar dos cidadãos que circulam pela cidade:

[...] Em linhas gerais, constata-se que a população branca se insere de forma mais qualificada no mundo do trabalho, recebe as maiores remunerações e reside nos bairros considerados pelo IQUASalvador como de melhor qualidade; e a população preta e pobre está situada na base da pirâmide e reside nos bairros com as piores classes em termos de qualidade do ambiente urbano (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022, p. 71-72).

As demandas implícitas pareciam ser formadas por aquelas consequências do modelo predatório de processo civilizatório imposto à população negra. Elucidando o que quero dizer: muitas pessoas iam ao CRAS para solicitar um benefício eventual, suprir uma demanda material devido à realidade de escassez, mas, mesmo com uma mínima fonte de supressão à escassez material, a vulnerabilidade e exposição ao risco continuava assombrando a vida daquela pessoa, afinal, a origem da escassez não era atingida. Essa origem, comumente, está relacionada ao modelo capitalista excludente, a falta de inclusão social no direito à cidade e às condições dignas de trabalho, à ausência de acesso a direitos humanos estabelecidos, à imposição e valorização de um padrão heteronormativo colonizador branco de

ser pessoa e família, entre outros fatores que desencadeiam fraturas relacionais, crises intrafamiliares, individualismo nas relações comunitárias, falta de suporte social, pessoal e emocional. Então, durante meus atendimentos, eu praticava uma escuta mais ativa e provocava algumas questões que revelavam relações sociais rompidas ou fragilizadas, muitas dessas anteriores à necessidade de ir ao CRAS solicitar um benefício eventual.

Quanto mais eu explorava o assunto, mas parecia para mim que o modelo de sociedade capitalista, individualista e racista criava situações de fragilização dos vínculos comunitários e familiares, principalmente entre a população preta, periférica e pobre, para enraizar esse modelo social. Afinal, pessoas sós e fragilizadas são mais difíceis de confrontarem o sistema. Depois, esse mesmo sistema colocava na conta da escassez material o problema e propunha uma solução paliativa qualquer, como as doações materiais, benfeitorias empresariais, benefícios assistenciais etc. Isso era evidente pela observação empírica de que o público que eu atendia era marcado pelo perfil acima referido.

Essas inquietações profissionais pareciam, para mim, ter ao menos uma alternativa já clara e postulada pela política pública de assistência social, a criação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Afinal, eu acreditava que os vínculos comunitários e familiares seriam os bens mais valiosos para iniciar o processo de transformação social, construção de iniciativas para mudança do modelo de sociedade e superação das situações de risco e vulnerabilidade social que afetam, principalmente, o perfil em questão. Para mim, os vínculos sociais são as principais fontes para lidar com a raiz do problema. Então, o SCFV precisava ser tão conhecido e reconhecido quanto os benefícios socioassistenciais, e o elemento “vínculos familiares e comunitários” precisava ser parte da agenda pública e reconhecido pela população atendida pelo CRAS como fonte de superação da sua condição social. Desde então, tentei e consegui ingressar no Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social da EAUFBA, e tenho traduzido minhas inquietações profissionais em pesquisa científica.

#### 2.4.2 Vulnerabilização Social e Raça

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social -PNAS, a proteção social básica é destinada à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da condição de pobreza e privação material, assim como devido à fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, incluindo as vivências de discriminações etárias, étnicas, de gênero etc. (Brasil, 2005). Nota-se, então, que a vulnerabilidade social é estabelecida pela relação de precarização entre a pessoa e os elementos materiais e relacionais com os quais ela convive. No entanto, essa concepção de vulnerabilidade social, estabelecida pela condição atual e estaque do sujeito, deixa escapar o processo que originou as relações de precarização, bem como dos fatores que, historicamente, mantém a precarização das relações de determinado grupo populacional, o qual será classificado como beneficiário da proteção social básica. Diante disso, é preciso compreender o processo de vulnerabilização social, ou seja, compreender os processos políticos e socioeconômicos que vulnerabilizaram certos grupos sociais; que exploraram, desumanizaram e excluíram especialmente pessoas pretas e pardas desde a escravização (Almeida, 2019), e que continuam empobrecer e deslegitimar suas vivências na cidade (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022). “A vulnerabilização permite compreendermos os conflitos sociais de poder oriundos da ordem e da desordem capitalista de produção do espaço e, portanto, estruturais da qualidade do ambiente urbano” (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022, p.146).

O processo de vulnerabilização tem início quando um determinado grupo social exerce domínio sobre toda organização e dinâmica de uma sociedade, impondo seus interesses, regras, padrões e cultura; determinando os caminhos políticos e econômicos que guiará a organização social; e exercendo o poder através da fragmentação social e subjugação de determinados grupos populacionais (Almeida, 2019). No entanto, para que os mecanismos de implantação desse domínio de um grupo sobre outros sejam eficazes, exige-se o enfraquecimento grupal e fragilização individual. Os colonizadores da América sabiam disso, então...

Os escravizados que chegavam à América falavam línguas distintas, e com frequência as vendas finais no continente rompiam elos culturais e familiares entre eles, ou ao menos essa era a intenção os clientes interessados em evitar possíveis insurreições e revoltas (Schwarcz; Starling, 2018, p.86).

A vulnerabilização da população negra teve início na América, particularmente no Brasil, com a forma de inserção desse grupo populacional no continente. Os africanos escravizados vieram desumanizados, ingressaram ao país como bens semoventes, ou seja, propriedades de latifundiários que equivaliam aos animais de tração. A medida em que esse grupo populacional foi construindo movimentos de resistência e laços de solidariedade nos territórios de sobrevivência; em que começou a ser humanizado aos olhos dos abolicionistas intercontinentais; e que começou a requerer para si o reconhecimento de sua humanidade, a exemplo dos haitianos durante a Revolução Haitiana, as formas de desumanização foram sendo sofisticadas. Foi nesse contexto de sofisticação das práticas de dominação que surgiu o conceito de raça, pois, “a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África...” (Almeida, 2019, p. 20)

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação de que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*. (Almeida, 2019, p.22)

A concepção de raça foi um elemento crucial para manter a hegemonia do grupo racial branco colonizador no poder, assim como definir e manter seus padrões culturais, estéticos e comportamentais como parâmetro de civilização. A desigualdade racial tornou-se constituinte do processo de desenvolvimento nacional no Brasil, refletindo-se nas posições sociais e configuração da sociedade de classes. Ao grupo social formado por pessoas pretas e pardas foi imposto um percurso de vida em que foi negado o direito a condições dignas de moradia e trabalho, bem como o acesso a serviços públicos de educação, saneamento, entre outros. Então, a discriminação racial sofrida pela população negra foi se materializando sobre a forma da segregação espacial de raças, a

qual se reflete nas localidades específicas para as quais essa população foi empurrada, como as periferias, guetos, bantustões etc. (Almeida, 2019).

O racismo, enquanto forma sistemática de discriminação baseada na raça, foi se conformando de diversas formas na realidade brasileira. A partir do exposto acima, nota-se que sempre estiveram presentes na história do país os modelos de racismo individual, institucional e estrutural. Ou seja, o racismo enquanto prática discriminatória e explícita de um indivíduo sobre outrem; o racismo enquanto práticas institucionais que privilegiam atributos de uma raça em detrimento de outra, como os cabelos lisos como uma boa aparência e o cabelo crespo como desarrumado, ou a predominância de homens brancos na ocupação dos cargos legislativos e judiciários como sinônimo de capacidade e meritocracia; e o racismo enquanto base sobre a qual se estrutura a sociedade brasileira e os modos de socialização interpessoais e institucionais; respectivamente (Almeida, 2019). As marcas do racismo, assim como sua prática, perduraram desde o início do regime escravocrata até os dias de hoje. Salvador, primeira capital do Brasil e a cidade com população predominantemente negra, não foge à regra, tendo as marcas do racismo explicitadas em cada bairro da cidade.

Em Salvador, as desigualdades no acesso à qualidade do ambiente urbano encontram-se profundamente atravessadas pelas desigualdades raciais. Essa desigualdade se expressa na opulência dos condomínios fechados, de alto padrão construtivo, como também nos bairros populares, forjados pela autoconstrução, nos cotidianos atos de resistência dos excluídos da cidade. Existem, assim, múltiplos e incontáveis ambientes urbanos nessa terra de todos os santos e, nesse sentido, várias e incontáveis são as cidades de Salvador. [...] O Índice de Qualidade Urbano-Ambiental de Salvador (IQUASalvador) revela que 4,4% dos bairros estão enquadrados na classe 1, considerada como de qualidade ambiental urbana excelente; 11,9% encontram-se na classe 2, considerada muito boa; 30% na classe 3, considerada como boa; 30,6%, na classe 4, considerada como regular; 16,9% na classe 5, considerada como ruim; e 6,3% na classe 6, qualificada como muito ruim, o que significa que em torno de 54% dos nossos bairros têm uma condição regular e a muito ruim em termos da qualidade do ambiente urbano. (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022, P.24)

Acresce-se ao disposto acima, que o QUALISalvador revelou que, aproximadamente, 40% dos entrevistados que se autodeclararam brancos moram em bairros cujo índice situa-se entre as classificações excelente e muito

boa. Por outro lado, a maioria dos respondentes que afirmaram morar em bairros classificados entre os índices ruim e muito ruim se autodeclarou preto ou pardo, em torno de 48%. Da mesma forma, nos bairros classificados como boa qualidade e regular, os respondentes se autodeclararam pretos e pardos, majoritariamente. Essas informações, além de outras apresentadas pelo QUALISalvador, demonstram como a qualidade do ambiente urbano é atravessada pelas assimetrias de classe, gênero e raça. Fruto de um passado escravagista e de uma inserção periférica no sistema capitalista, Salvador é uma cidade marcada pela desigualdade, onde os modos de existência em suas periferias foram sendo construídos através da resistência e solidariedade popular. A luta popular foi alcançando tímidos avanços em direção à universalização do acesso a bens e serviços, particularmente a partir dos anos 2000. Contudo, é notório como o pleno direito à cidade ainda é um privilégio de poucos, sendo um direito limitado pelos processos de segregação socioespacial (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022).

A realidade enfrentada pela população negra ainda é agravada quando o recorte racial é atravessado pelos fatores de gênero e classe. Afinal, sobre as mulheres negras ainda recaem mais enfaticamente as duplas jornadas de trabalho reprodutivos e a precarização do trabalho, compondo a maioria das trabalhadoras domésticas dos lares de mulheres brancas que são recepcionadas pelo mercado de trabalho (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022). As mulheres negras, historicamente, têm que travar mais lutas, devem entrar nas batalhas antirracista e feminista, devem enfrentar as condições pauperização provocadas pela raça e as situações de apagamento provocadas pelo gênero, devem lutar pelo direito ao trabalho digno que lhe é duplamente negado por ser negra e mulher. As epidemias de Zika e microcefalia no Brasil foram exemplos nítidos desse atravessamento de classe e gênero, pois, mulheres negras e pobres foram as mais atingidas, afinal, elas são as principais vítimas dos elementos que predispõe esse público à contaminação, como a pauperização, a ausência de saneamento e o precário acesso a serviços públicos (Akotirene, 2019).

Esses atravessamentos remetem-nos ao conceito de interseccionalidade. Como profundamente descreve a escritora e intelectual feminista negra Carla Akotirene (2019, p.29), “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas”. A compreensão da

interseccionalidade permite a identificação de como as imposições coloniais marcaram os corpos negros de diferentes formas; como as imposições culturais e religiosas foram tornando o corpo negro homossexual vítima do preconceito por brancos e por negros heterossexuais, ou como a admissão da mulher negra em grandes corporações foi tardia quando comparada ao do homem negro ou mulher branca (Akotirene, 2019). A interseccionalidade é uma lente importante para analisar a interação das estruturas identitárias na sociedade e seus efeitos políticos e legais. Ela “nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2019, p.37)

Mas, afinal, em Salvador, o que significa ser mulher, ser preta e trabalhadora? Apesar da forte presença negra e da marcante presença das mulheres na condição de chefes de família, as desigualdades inscritas nos bairros da cidade do Salvador se revelam, sobretudo, quando analisamos, além dos dados atuais sobre desemprego, aqueles relativos ao acesso a arranjos formais de apoio à dupla jornada das mulheres – que assumem, geralmente, trabalhos domésticos e de cuidados –, além dos números sobre violência e homicídio da população negra. Associados, esses indicadores revelam as desigualdades estruturantes entre os bairros que costumamos chamar de ricos e pobres ou de nobres e populares e que formam a base sobre a qual desigualdades de outras ordens se agregam – como renda familiar, acesso a serviços e qualidade de vida. Portanto, para que a cidade seja um ambiente de qualidade, é necessário considerar as especificidades de grupos, entender que as vulnerabilidades são construídas socialmente e que políticas públicas para o desenvolvimento da cidade consideradas como universais podem não ser suficientes, podem invisibilizar demandas reais e, inclusive, aprofundar desigualdades raciais, de gênero e de classe. (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022, p.214).

É essa população vulnerabilizada historicamente pela ordem social imposta, que tem a raça como principal fator de vulnerabilização e outras marcas identitárias como fatores agravantes desse processo, que hoje é classificada como população em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, público da política pública de assistência social. A concepção de vulnerabilidade social disposta pela política pública, ao não dar conta do processo de vulnerabilização, muitas vezes induz ao pensamento de que a situação de vulnerabilidade está situada na realidade daquela família ou pessoa como uma vivência particular. Esse tipo de leitura da realidade é mais uma das sutis e sofisticadas formas de o grupo social hegemônico impor seu modelo estratificado

de sociedade e justificar as medidas assistencialistas, clientelistas e de caridade com a população vulnerável. Então, apesar de a política de assistência social surgir como um direito do cidadão e um rompimento com o assistencialismo e com a ordem social vigente, ao manter a concepção estanque de vulnerabilidade social, ela não rompe com práticas assistencialistas executadas no exercício da política pública e com o imaginário social imposto. “Essa tendência conformou uma imagem externa da política de assistência social quase que sinônimo de transferência financeira (Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros)” (Brasil, 2017, p.12).

É a partir do entendimento do processo de vulnerabilização e compreensão de quem é esse público da assistência social, quais são seus atravessamentos identitários, que se dá a efetivação da assistência social enquanto direito. A escritora e intelectual brasileira, Joice Berth, em seu livro “Empoderamento”, cita um estudo fundamental da premiada assistente social norte-americana, Barbara Bryant Solomon, o qual demonstrou que compreender o contexto sócio-histórico é fundamental para lidar de forma resolutiva e eficaz com os problemas referentes à população negra, assim como a melhoria na qualidade de vida e autoestima perpassa a abordagem dos fatores étnicos durante o trabalho social com famílias vulneráveis (Berth, 2019). A autora destaca, ainda que o proeminente pensador e escritor brasileiro, Paulo Freire, durante a década de 1960, ressaltava como grupos oprimidos só iriam transpor a opressão através da consciência crítica sobre a realidade, uma consciência de si e de sua história aliada a uma prática transformadora, pois não existe empoderamento de grupos oprimidos através das práticas paternalistas ou de ofertas dadas pelo grupo opressor, isso não era nada mais que uma dócil forma de subjugação. Portanto, a oferta dos benefícios socioassistenciais, não negando sua importância, mas questionando sua primazia dentro da execução a política pública, acaba por ocupar esse espaço de oferta paternalista do grupo opressor – o Estado – que não favorece, por si só, o empoderamento de grupos oprimidos para superar a condição de vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, os serviços socioassistenciais são fundamentais para garantir a assistência social enquanto direito, trabalhar a questão a vulnerabilização social com o público atendido e oportunizar o processo de empoderamento do público da assistência social. Os serviços socioassistenciais

caracterizam-se pelo caráter continuado da oferta, pela promoção da cidadania e qualidade de vida, pelo acesso e usufruto de direitos, e pelo fortalecimento dos vínculos ou convívio familiar e comunitário. Inclusive, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, tipificado nacionalmente, explicita o propósito de construção e reconstrução coletivas de histórias de vida para o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (Brasil, 2014). Portanto, os serviços socioassistenciais, especialmente o SCFV, apontam como uma alternativa eficaz para superação da vulnerabilidade social e transformação social, pois se configura como espaços de exercício do empoderamento e cidadania, espaços onde podem operar práticas de conscientização do processo de vulnerabilização social do seu público, onde pode ser dada a centralidade da questão racial que marca seu público, e onde pode emergir iniciativas emancipatórias e transformadoras. Pelo caráter coletivo e disruptivo do citado serviço, devo esclarecer que o empoderamento citado é aquele referente a tese exposta por Joice Berth em sua obra, ou seja...

Trata-se da antítese de uma visão liberal de dimensionamento meramente individual do empoderamento, uma vez que parte de grupos sociais e transformações coletivas em grupos historicamente oprimidos por uma estrutura dominante. Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por meramente cair nas raias do pensamento liberal, servindo, assim, de sustentação do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria a necessidade de haver um processo de empoderamento. (Berth, 2019, p.36)

Depreende-se, então, que é necessário que os serviços socioassistenciais ganhem notoriedade e relevância no imaginário social e na agenda política. A população negra, particularmente aqui no Brasil, sempre travou intensas batalhas para garantir sua humanidade e sobrevivência. Essas batalhas avançam para garantia de seu exercício cidadão e igualdade do gozo do Estado Democrático de Direito. Como escreve Carla Akotirene sobre a diáspora africana, onde a população negra derramou lágrimas, sangue e suor na luta pela sua humanidade, com suas condutas molhadas para o enfrentamento do padrão colonial (Akotirene, 2019). E a política de assistência social, como mais um dos frutos dessas batalhas empreendidas, precisa enxercar-se de seu

propósito e refletir as demandas implícitas de seu público, ao invés de ser mais um instrumento sutil de dominação dos grupos opressores. Dessa percepção, surge o presente projeto.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção consta a descrição da metodologia de pesquisa aplicada ao presente trabalho, contendo detalhadamente os procedimentos, técnicas e instrumentos de coleta de dados, bem como o processo de análise dos dados.

#### 3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa segue a tradição científica na área da gestão, pautando-se por uma pesquisa exploratória realizada sob o paradigma das ciências sociais. Faz-se importante esclarecer que as ciências sociais buscam descrever, entender e refletir acerca do ser humano e suas ações, portanto, as pesquisas nessa área possuem o objetivo de explorar, descrever, explicar e, por vezes, prever algum fenômeno social (Dresch; Lacerda; Júnior, 2015). Essa exploração do fenômeno pode ser motivada por uma pesquisa aplicada, “seu principal interesse é que os resultados auxiliem os profissionais na solução de problemas do dia a dia.” (Dresch; Lacerda; Júnior, 2015, p. 15). Portanto, ao explorar o fenômeno da situação dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade social, com fins de alcançar o objetivo geral proposto pela pesquisa, qual seja, o propor uma tecnologia de gestão social para diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, a pesquisa ratifica sua natureza exploratória e aplicada.

A exploração do fenômeno dar-se-á através da análise dos prontuários das pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas no CRAS Centro Histórico, localizado em Salvador, para posterior inferência e possível generalização dos dados coletados. Dessa forma, a pesquisa será conduzida através do método indutivo de construção do conhecimento, pois partirá da observação de um fenômeno social. De acordo com Dresch, Lacerda e Júnior (2015, p.18), “O método indutivo se fundamenta em premissas e na inferência de uma ideia a partir de dados previamente constatados ou observados. Para um pesquisador indutivista, a ciência é baseada na observação.”

A abordagem metodológica será quantitativa e qualitativa, pois ao passo que conduzirá uma investigação sobre o universo subjetivo dos significados das

relações humanas, as quais não são captáveis por médias, estatísticas e fórmulas, transformará essas informações subjetivas em um universo visível, quantificável e concreto de dados. Ao abordar a realidade social, o pesquisador deve ter uma visão abrangente e não maniqueísta, compreendendo que o conjunto de dados qualitativos e quantitativos não se opõem, ao contrário, eles se complementam (Minayo, 1994).

### 3.2 TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O percurso metodológico foi iniciado pela análise documental das referências bibliográficas científicas e documentos institucionais que sustentam a presente pesquisa. Especificamente, os documentos analisados foram as publicações dos autores Enrique Pichon Riviere e Robert Castel, o modelo institucional do prontuário SUAS e o documento institucional do MDS intitulado “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, abordados no capítulo Fundamentação Teórica. A coleta dos dados a serem analisados ocorreu por meio dos referidos documentos, por estes comporem o arcabouço teórico que conceitualiza e fundamenta o fenômeno investigado pela presente pesquisa. Destaca-se que esse primeiro passo do percurso metodológico atende ao objetivo específico: selecionar os conteúdos científicos relativos aos vínculos sociais para fundamentar a tecnologia de gestão social proposta.

De acordo com Bardin (1977, p. 46), “a análise documental permite passar de um documento primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro)”, de forma que os documentos primários analisados podem ser transformados em resumos ou classificados em palavras-chave. Nesta pesquisa, a análise documental resultou no quadro teórico conceitual disposto no Quadro 1, o qual será utilizado como referência para prosseguimento do percurso metodológico. Além da análise documental realizada sobre arcabouço teórico, foram utilizados os dados coletados por entrevistas, as quais foram realizadas com profissionais de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos durante a execução da Residência Social, para compor a TGS.DT e executar a etapa de avaliação por especialistas para validação da referida tecnologia de gestão social. Resultante dessa etapa de análise documental e revisão por especialistas, no caso, profissionais com mais de cinco de prática no

campo da assistência social e atuação em diferentes serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, foi construído o questionário em escala Likert que compõe a TGS.DT, os valores dos itens do questionário e a classificação dos vínculos familiares e comunitários a partir do somatório dos valores da escala, conforme Quadro 3 e 4.

A segunda etapa do percurso metodológico foi executada através da aplicação do questionário sobre casos concretos, a fim de validar o instrumento e consolidar a proposição da TGS.DT. Nessa etapa foi realizada a análise de conteúdo dos prontuários SUAS das pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas no CRAS Centro Histórico, localizado em Salvador. A utilização da análise de conteúdo atende ao seguinte objetivo específico da presente pesquisa: aplicar um método de análise dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Bardin (1977, p.42) ensina que análise de conteúdo é definida como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O processo de análise de conteúdo envolve determinadas etapas, quais sejam, a pré-análise; a exploração do material; e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Durante a pré-análise são selecionados os documentos que serão submetidos à análise de conteúdo, formulada as hipóteses de trabalho e a elaboração de indicadores que serão utilizados na etapa de inferência e interpretação. Portanto, é nessa etapa que ocorre a organização e coleta de dados, definindo os critérios de seleção dos documentos e sua representatividade, o tamanho da amostra, os índices utilizados e a preparação do material. (Bardin; 1977)

Na presente pesquisa, a etapa de pré-análise partiu do objetivo de identificar as características dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, bem como da hipótese de que a identificação das características dos vínculos sociais das pessoas em vulnerabilidade e risco social contribuirá para aplicação das próximas etapas da análise de conteúdo, viabilizando a validação da TGS.DT proposta e,

consequentemente, a formulação de indicadores dos vínculos sociais, os quais aprimorarão os diagnósticos socioterritoriais da assistência social.

Os documentos escolhidos para análise foram os prontuários SUAS das pessoas atendidas pelo CRAS Centro Histórico, visto que nos prontuários constam dados obtidos diretamente com os sujeitos de pesquisa, e o meio mais fidedigno de conhecimento da situação dos vínculos sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade é o depoimento dessas pessoas. Contudo, realizar entrevistas com fins acadêmicos incorreria no risco de abrir feridas já abertas durante os atendimentos socioassistenciais, seria submeter essas pessoas a sofrimento psíquico e reminiscências que podem conduzir a uma violação ética de produção de dano imaterial. De acordo com o Art. 19 da Resolução CNAS nº 510/2016, o pesquisador deve estar atento aos riscos aos participantes da pesquisa e, portanto, deve adotar medidas de precaução e proteção. Para não incorrer em falta ética, mas aproximar-se do meio mais fidedigno de coleta de dados para essa pesquisa, que seria a entrevista, a pesquisadora escolheu coletar os dados a partir dos prontuários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Os prontuários escolhidos foram os prontuários SUAS porque esses são os documentos oficiais de registro dos atendimentos realizados no âmbito do SUAS, e é através dos equipamentos socioassistenciais do SUAS que as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social são acolhidas e acompanhadas.

O prontuário SUAS é um instrumento padronizado nacionalmente para atendimento dos usuários das unidades socioassistenciais brasileiras, bem como para acompanhamento às famílias inseridas nos serviços socioassistenciais. Configura-se como um imprescindível instrumento nacional de registro do trabalho social realizado junto às famílias, o qual deverá conter os registros das ações, orientações e atividades ofertadas para as famílias, além do plano de ação e acompanhamento familiar operacionalizado pela equipe socioassistencial.

Nessa pesquisa, foram elegidos 204 prontuários dos usuários do CRAS Centro Histórico, os quais corresponderam aos usuários do CRAS atendidos pela profissional de psicologia da unidade socioassistencial no período de novembro de 2022 a dezembro de 2023. A delimitação dos usuários atendidos pela profissional de psicologia deu-se por questão de viabilidade de acesso aos

prontuários dos referidos usuários. Considerando o caráter sigiloso dos prontuários dos usuários SUAS e seu acesso restrito, o acesso a estes só foi possível porque a profissional de psicologia que trabalha no CRAS Centro Histórico é a pesquisadora que conduz a presente pesquisa, então, a análise desses prontuários não fere a restrição de acesso nem o sigilo dos prontuários. Então, acessar os prontuários dos usuários do CRAS Centro Histórico atendidos por outros profissionais da unidade poderia ferir os princípios de sigilo e restrição de acesso. No entanto, mesmo com a possibilidade e facilidade da pesquisadora em acessar os prontuários dos usuários atendidos pela mesma, foi preciso obter a autorização do órgão gestor da política de assistência social do município.

A delimitação do período de novembro de 2022 a dezembro de 2023 ocorreu por este intervalo de tempo corresponder à data de ingresso da profissional-pesquisadora no CRAS até a data de solicitação para uso dos dados para pesquisa junto à Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE. Esta secretaria é o órgão responsável pelos CRAS existentes na cidade de Salvador e órgão gestor da política de assistência social no município.

Cabe esclarecer que o CRAS Centro Histórico fica localizado no bairro Comércio, situado em área turística e predominantemente comercial. O território de abrangência do referido CRAS é composto por doze bairros e atende uma população estimada em 69.611 habitantes (Salvador, 2017, 2023). A equipe do CRAS é formada por uma coordenadora, dois técnicos de nível médio, os quais atuam como assistentes administrativos, uma trabalhadora de serviços gerais, um agente de portaria e três profissionais técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais e uma psicóloga. Os profissionais do CRAS Centro ofertam o serviço PAIF, além de executar outras atividades, como os atendimentos individualizados; a realização de trabalhos grupais de caráter não continuado; a articulação com atores do sistema de garantia de direitos e atuação em rede interinstitucional; a organização de grupos de trabalho e encontros regulares entre atores da rede socioassistencial para discussão de casos e elaboração de fluxos de trabalho; a realização de atividades coletivas de ensino-aprendizagem; o encaminhamento para serviços intersetoriais e socioassistenciais; a requisição de acesso a benefícios eventuais; entre outros.

Destaca-se que não houve estratificação da amostra por critérios sociodemográficos, como gênero, sexo, idade, raça, ou qualquer outro marcador social. Por fim, a partir do exposto sobre a amostra de pesquisa, evidencia-se que esta última é formada por levantamento amostral não-probabilístico por conveniência (Creswell, 2007).

Ainda na pré-análise foram definidos os índices que embasaram as categorias de análise e elaboração de indicadores precisos e seguros para as inferências posteriores (Bardin, 1977). Os índices definidos nesta pesquisa decorreram do disposto no Quadro 1 e 2, e resultaram nas dimensões, componentes e indicadores descritos no Quadro 3. Desse resultado, foi gerado o questionário em escala Likert (Apêndice A), que foi utilizado como roteiro da análise do conteúdo, ou seja, como guia para decodificação dos códigos linguísticos pertinentes aos indicadores determinados conforme Quadro 3. Então, o questionário da TGS.DT, por não ter sido aplicado diretamente em entrevistas com usuários do CRAS, foi utilizado na pesquisa como roteiro de análise dos prontuários do CRAS Centro Histórico. Portanto, ao ser utilizado como instrumento para a coleta dos dados, foi possível realizar seu processo de validação, aplicando o cálculo do Alfa de Cronbach sobre as respostas encontradas durante a análise de conteúdo, e, conseqüentemente, validando a TGS.DT como tecnologia social produtora de indicadores dos vínculos familiares e comunitários. O questionário foi elaborado de acordo com as disposições do prontuário SUAS, ou seja, foi construído com base no formato e conteúdo das questões componentes do prontuário SUAS, mas houve uma ampliação do escopo de questões e variabilidade das respostas, de forma a tornar as respostas mais condizentes à complexidade das questões e aumentar a confiabilidade da escala.

**Quadro 2** – Índices e Categorias para elaboração de Indicadores

ÍNDICES	CATEGORIAS	DECODIFICADORES	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
Vínculos Familiares	Nível de Coesão Familiar	A relação com os membros da composição familiar é de solidariedade?	Castel (2013) e BRASIL (2017)
	Nível de Coesão Familiar	Há relação de apoio mútuo diante de situações de crise pessoal, seja por motivos econômicos ou de saúde biopsicossocial?	Pichon-Riviere (1991), Prontuário SUAS (2013b), e BRASIL (2017)

	Nível de Coesão Familiar	A relação com os membros da composição familiar é de união?	Castel (2013) e BRASIL (2017)
	Padrões de Comunicação Familiar	Há comunicação entre os membros familiares?	Pichon-Riviere (1991) e BRASIL (2017)
	Padrões de Comunicação Familiar	Há comunicação respeitosa entre os membros familiares?	Pichon-Riviere (1991) e BRASIL (2017)
	Convivência Familiar	Quais afetos predominam nas relações familiares: positivos (satisfação, gratificação) ou negativos (frustração, insatisfação)?	Pichon-Riviere (1991) e BRASIL (2017)
	Convivência Familiar	Se houver companheiro (a)/cônjuge: A convivência intrafamiliar com os companheiros/cônjuges é conflituosa?	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017)
	Convivência Familiar	Se houver irmãos (ãs). A convivência intrafamiliar com os irmãos é conflituosa?	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017)
	Convivência Familiar	Se houver filhos (as). A convivência intrafamiliar com os filhos é conflituosa?	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017)
	Convivência Familiar	Indique se há relações conflituosas envolvendo outros indivíduos que residam no domicílio?	Pichon-Riviere (1991) e BRASIL (2017)
	Convivência Familiar	Existem algum evento significativo, como traumas, violências, perdas, abandono, preconceito ou transições familiares, que impactou nos vínculos familiares? Qual?	Castel (2013) e BRASIL (2017)
Vínculos Comunitários	Integração Comunitária	Há quantos anos a família mora nesta comunidade	Prontuário SUAS (2013b)
	Integração Comunitária	Há quantos anos a família mora no atual endereço de residência	Prontuário SUAS (2013b)
	Integração Comunitária	A família, ou algum de seus membros, é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside?	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017)
	Integração Comunitária	A família possui parentes que residam próximo ao seu local de moradia e que constituam rede de apoio e solidariedade?	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017)
	Integração Comunitária	A família possui vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade?	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017)
	Participação em Redes Sociais Comunitárias	A família, ou algum de seus membros, participa de alguma rede social comunitária, como	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017))

		grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituam rede de apoio e solidariedade?	
	Acesso a Recursos Comunitários	A família, ou algum de seus membros, acessa os recursos comunitários, como centros de saúde, educação e lazer?	Prontuário SUAS (2013b) e BRASIL (2017)
	Participação em Redes Sociais Comunitárias	A família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos?	Prontuário SUAS (2013b), Castel e BRASIL (2017)

Fonte: elaboração da autora

De acordo com Bardin (1977, p.100), “[...] o índice pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. [...] o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta, relativamente a outros.” Portanto, a frequência e menção dos indicadores foi utilizada como categorias de análise do conteúdo e, conseqüentemente, como resposta ao questionário. Após a coleta de dados dos prontuários, foi feito o processo de análise da confiabilidade da escala a partir do cálculo do Alfa de Cronbach.

As etapas de exploração do material e de tratamento dos resultados foram realizadas após a finalização da pré-análise e corresponderam aos resultados da pesquisa. Os resultados provenientes da aplicação dessas etapas conduziram ao alcance do objetivo específico de elaborar um instrumento de diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. A partir desses resultados, foi concluído o processo metodológico para construção e validação da tecnologia de gestão social e desenvolvimento territorial.

### 3.3 RESIDÊNCIA SOCIAL – CONTRIBUIÇÕES EMPÍRICAS

A Residência Social é uma atividade curricular do Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social – PDGS/ EAUFBA, a qual visa proporcionar ao mestrando uma experiência prática intensiva que contribua e ofereça uma articulação com os saberes teóricos desenvolvidos ao longo do mestrado. Esta atividade determina que o pesquisador realize uma análise e/ou intervenção organizacional em algum empreendimento, organização ou projeto, o qual deverá ter relação com o interesse de pesquisa, de forma a articular conhecimento teórico e prático, e que esta intervenção contribua para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso de Mestrado, para a formação do pesquisador enquanto gestor social e para produção de dados para pesquisas em gestão social e desenvolvimento territorial.

A fim de alcançar o propósito da Residência Social, eu realizei a atividade em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos localizado em Salvador-BA. O referido serviço é ofertado pelo Espaço da Cidadania, um espaço físico construído pelo Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE exclusivamente para oferta do SCFV. O CIEE é uma entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e multicultural, que existe há sessenta anos e possui certificação do CEBAS para atuação no campo da assistência social. Destaca-se que o CEBAS é uma certificação concedida pelo Governo Federal às entidades sem fins lucrativos que as reconhecem como prestadoras de serviços nas áreas de saúde, educação ou assistência social.

O Espaço da Cidadania de Salvador foi inaugurado no 25/10/2019 com a seguinte missão institucional: ofertar ações e serviços socioassistenciais gratuitos, com objetivo de fortalecer a convivência social e formação para o mundo do trabalho. Além do Espaço da Cidadania de Salvador, o CIEE possui mais outros quatro espaços desses no Brasil, um situado em Brasília, outro em Manaus, e mais dois em São Paulo. Todos os Espaços da Cidadania possuem mesma missão institucional e trabalha com o mesmo critério de público, qual seja, adolescentes entre 15 e 17 anos. Os espaços possuem equipe multidisciplinar, a qual acompanha os adolescentes durante um semestre, quando são realizados encontros diários no contraturno escolar. As ações

desenvolvidas pela equipe ocorrem através de encontros socioeducativos organizados em cinco eixos temáticos – Convivência, Direitos Humanos, Participação Social, Mundo do Trabalho e Lazer, com fins de garantir a oferta de um serviço de proteção social básica que atue na segurança de convívio, acolhida e sobrevivência. Os jovens são encaminhados ao Espaço da Cidadania por órgãos do sistema de garantia de direitos, como Conselhos Tutelares, e por equipamentos socioassistenciais, especialmente, CRAS e CREAS do território de abrangência do serviço.

A Residência Social foi iniciada dia 10/06/2024 e finalizada no dia 21/06/2024, completando uma carga horária de 48 horas de vivência institucional e imersão na rotina do Espaço da Cidadania, onde realizei atividades de observação participante, entrevista com os profissionais que realizam atendimento direto aos jovens e seus responsáveis, e análise de documentos institucionais. Durante esse período, conheci os cinco trabalhadores do local, sendo estes: um agente de portaria, que controla o acesso e garante a segurança; uma assistente técnica de projetos sociais, que trabalha na área administrativa; uma assistente social, que acompanha e realiza atividades com os pais ou responsáveis pelos adolescentes; um orientador social, que executa as atividades diárias com os adolescentes; e uma auxiliar de serviços gerais, que cuida da higienização e manutenção diária do espaço. No entanto, os trabalhadores com os quais interagi com maior frequência e os quais entrevistei foram a assistente social e o orientador social.

Ao longo da observação participante, foi possível verificar atividades e iniciativas do orientador social que provocavam reflexões cidadãs e existenciais, interações constantes e comportamentos respeitosos e afetuosos entre os jovens. Além das atividades propostas pelo orientador social, foi possível observar diversos momentos de aproximações orgânicas e comportamentos que fortaleciam as relações interpessoais entre os adolescentes no espaço. Essas observações apontaram como integração comunitária, as redes sociais comunitárias e os recursos comunitários fortalecem os vínculos entre os membros da comunidade, pois, os adolescentes se conheceram no Espaço da Cidadania e foram integrados a partir das atividades propostas pelo orientador social, conheceram recursos comunitários importantes do território de abrangência a partir de visitas conduzidas pelo Espaço da Cidadania, e

construíram uma rede social comunitária. O alto nível de integração entre os adolescentes era visível através das amizades consolidadas, comportamentos de apoio e acolhimento mútuo, a expressividade dos adolescentes quanto a identificação com o espaço, alta frequência dos adolescentes e adesão às atividades propostas. Outro fator importante da observação foi identificar a importância de garantir o acesso igualitário ao gozo da cidade, pois a satisfação dos adolescentes em conhecer recursos da cidade demonstrou como o acesso a recursos comunitários diversos, como museus e zoológico, possuem um impacto positivo sobre o adolescente.

No dia de observação do encontro com os pais e responsáveis foi possível identificar, a partir dos relatos desses, mudanças comportamentais dos adolescentes que alteravam a dinâmica familiar e fortalecia os vínculos intrafamiliares, como um depoimento de uma mãe que afirmou ouvir pela primeira vez a frase “eu te amo” e demonstrações de afeto mais explícitos por parte da adolescente a partir do trabalho realizado no Espaço da Cidadania. Além do referido depoimento, muitos outros relatos foram manifestados, a maioria sobre mudanças comportamentais que traziam satisfação e aproximação entre os adolescentes e seus responsáveis. A observação realizada no dia do encontro com os pais e responsáveis foi um importante fator para identificar como a coesão familiar, a comunicação familiar e a convivência familiar interferem na qualidade dos vínculos intrafamiliares. Portanto, as observações possibilitaram identificar como os componentes analíticos descritos na TGS.DT proposta interferem na qualificação dos vínculos familiares e comunitários.

Além dos momentos de observação participante, as respostas decorrentes das entrevistas realizadas com o orientador social e com a assistente social foram outras importantes fontes de dados para validação dos componentes da TGS.DT. A partir do roteiro de entrevista (Apêndice B) foi possível apreender elementos conceituais sobre vínculos comunitários e familiares originários de profissionais que possuem experiência empírica com a temática, além do conhecimento teórico que esses profissionais carregam consigo e aplicam cotidianamente. A fim de ampliar as fontes de validação dos componentes e dimensões descritos na TGS.DT, foi realizada uma entrevista com a coordenadora do SCFV do município de Lagarto, localizado no estado de

Sergipe (Apêndice C). Essa última amplia a base de dados sobre vínculos familiares e comunitários a partir de uma prática que é executada em um território diferente e através de uma oferta direta do serviço pelo ente público.

As respostas apresentadas pelos profissionais citados demonstraram que, mesmo com metodologias diferentes de execução do serviço e públicos distintos, pois a execução direta, ofertada pelo município de Lagarto, é para crianças, adolescentes e idosos, e a execução indireta, ofertada pelo Espaço da Cidadania, atende apenas adolescentes entre 15 e 17 anos, ambos os serviços compartilham do mesmo entendimento sobre os vínculos familiares e comunitários. Os profissionais entrevistados, tanto da execução direta quanto da indireta, relataram que são referenciados pelo “CADERNO DE ORIENTAÇÕES: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2016, e trouxeram dimensões conceituais muito próximas para falar sobre vínculos familiares e comunitários. Essa proximidade conceitual resultou na seguinte classificação dos vínculos sociais: vínculos fortalecidos envolve presença de relações respeitadas, harmoniosas, colaborativas, equitativas, nas quais ocorrem proteção, troca afetiva, validação, rede de apoio e sentimento de pertencimento; os vínculos fragilizados envolvem relações com presença de violência ou vulnerabilidade social que causa prejuízo da convivência, relação não totalmente negligenciada, mas não colaborativa, conflituosa, instável e abusiva; vínculos rompidos quando a relação é interrompida definitivamente e não há mais contato entre os envolvidos, ou quando não há mais nenhum afeto e há total negligência entre as partes, com ausência de rede de apoio, presença de violência, abandono físico/emocional e afastamento da convivência.

A classificação acima exposta foi oriunda da integração das concepções apresentadas pelos profissionais durante as entrevistas. Portanto, é possível identificar como os componentes coesão familiar, comunicação familiar e convivência familiar, dispostos na TGS.DT proposta, estão presentes nos discursos dos profissionais que lidam com os vínculos familiares e comunitários de forma empírica. Além dos referidos componentes integrantes da dimensão vínculo familiar, a integração comunitária, as redes sociais e os recursos comunitários dialogam com os elementos de rede de apoio, sentimento de

pertencimento, convivência e colaboração elencados nas definições acima. Isso demonstra como os componentes da dimensão vínculo comunitário, dispostos na TGS.DT, dialogam com a compreensão dos profissionais que trabalham nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos estudados. Portanto, foi possível confirmar como a prática e a teoria conjugam da mesma compreensão sobre vínculos sociais, e como essa compreensão foi contemplada na construção da TGS.DT da presente dissertação.

#### 4. TGS. DT

A TGS.DT é uma produção técnica e/ou tecnológica resultante de uma pesquisa implicada e aplicada que deverá ser desenvolvida a partir da aplicação de conhecimentos científicos e expertises profissionais. A TGS.DT admite diversos formatos e estágio de desenvolvimento, como o formato de uma produção bibliográfica, ou um material didático, cursos de formação profissional, aplicativos, marcos regulatórios, tecnologia social, entre outros. O estágio de desenvolvimento pode corresponder a um protótipo, ou desenho, testagem, implementação, avaliação etc. No entanto, independente do formato ou fase de desenvolvimento, a TGS.DT deve ser apresentada como uma proposta de solução a um problema público e coletivo que envolva a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial.

A TGS.DT proposta por este trabalho tem o objetivo de contribuir para construção de diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, a fim de potencializar a dimensão dos vínculos sociais no ciclo da política pública de assistência social. Portanto, o problema público ao qual esta TGS.DT visa propor uma solução é a ausência de indicadores sobre os vínculos familiares e comunitários nos diagnósticos socioterritoriais utilizados pela política pública de assistência social para elaboração dos Planos de Assistência Social em cada esfera de governo. Esse problema envolve a gestão da política de assistência social em cada esfera de governo, afinal, os diagnósticos socioterritoriais são importantes ferramentas de gestão, impostas pela Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social -CNAS, que permitem a devida leitura dos territórios e suas dinâmicas sociais e, conseqüentemente, o reconhecimento das ofertas socioassistenciais prioritárias.

A TGS.DT proposta pela presente pesquisadora é uma metodologia de produção de Indicadores de Vínculos Sociais, a qual é composta por um questionário sobre os vínculos familiares e comunitários a ser aplicado aos usuários da assistência social (Apêndice A). O questionário é em Escala Likert e tem suas questões dispostas de acordo com a caracterização dos indicadores sobre vínculos familiares e comunitários que está apresentada no sistema de indicadores dos vínculos sociais organizado no Quadro 3. O referido sistema é

composto a partir de uma hierarquia formada por Dimensões, as quais desdobram-se em Componentes, que se ramificam em Indicadores, formando um conjunto de indicadores em cascata (Martins; Oishi; Manzato *et al.*, 2009). O sistema foi construído com base nas categorias e decodificadores dispostos no Quadro 2, fruto da revisão bibliográfica sobre vínculos, além da análise de conteúdo das respostas às entrevistas realizadas durante a Residência Social. Por fim, os itens das respostas ao questionário foram valorados de forma que a somatória dos pontos resulta na classificação dos vínculos familiares e comunitários em vínculos fortalecidos, fragilizados ou rompidos, conforme demonstração do cálculo dos itens explicitados no Quadro 4.

Quadro 3- Caracterização dos Indicadores

Dimensão 1 – Vínculo Familiar			
Dimensão	Componentes	Indicadores	Caracterização dos Indicadores dos Vínculos Familiares
D1: Vínculo Familiar	C <sub>11</sub> : Coesão Familiar	I <sub>111</sub> : Solidariedade entre os membros	Existe relação de solidariedade entre o usuário da assistência social e os demais membros familiares; ou apenas entre o usuário e alguns membros e/ou eventualmente; ou não existe relação de solidariedade entre o usuário e demais membros familiares.
		I <sub>211</sub> : Apoio entre os membros	Há demonstração de apoio familiar dos membros familiares para o usuário da assistência social em situações de crises financeiras, pessoais ou de saúde; ou há demonstração de apoio familiar dos membros familiares para o usuário da assistência social eventualmente e/ou por apenas alguns membros familiares durante momentos de crises financeira, pessoais ou de saúde; ou não existe demonstração de apoio familiar dos membros familiares para o usuário da assistência social durante momentos de crises.
		I <sub>311</sub> : União entre os membros	O usuário da assistência social é unido aos demais membros familiares; ou o usuário vivencia momentos de união com os demais membros familiares ou é unido a apenas alguns membros; o usuário da

			assistência social não é unido aos demais membros familiares
	C <sub>21</sub> : Comunicação Familiar	I <sub>121</sub> : Padrão de Comunicação	Se há um padrão de comunicação regular na comunicação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares; ou se o padrão de comunicação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares é irregular, ou seja, eventual ou só possui regularidade com alguns membros do grupo familiar; ou se a comunicação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares é nula ou rara.
		I <sub>221</sub> : Modelo de Comunicação	Se o modelo de comunicação entre o usuário da assistência social e seus membros familiares é dialógico, com escuta ativa e respeito às opiniões; ou se o modelo de comunicação entre o usuário da assistência social e seus membros familiares é eventualmente dialógico e/ou ocorre com alguns membros; ou se o modelo de comunicação entre o usuário da assistência social e seus membros familiares prevalece os monólogos, ruídos de comunicação e desrespeito às opiniões.
	C <sub>31</sub> : Convivência Familiar	I <sub>131</sub> : Afetos Positivos	Os afetos positivos são predominantes na relação do usuário da assistência social e demais membros familiares; ou os afetos positivos ocorrem eventualmente ou apenas entre o usuário da assistência social e alguns membros familiares; ou os afetos positivos não estão presentes na relação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares.
		I <sub>231</sub> : Afetos Negativos	Os afetos negativos são predominantes na relação do usuário da assistência social e demais membros familiares; ou os afetos negativos ocorrem eventualmente ou apenas entre o usuário da assistência social e alguns membros familiares; ou os afetos negativos não estão presentes na relação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares.

		I <sub>331</sub> : Vivências Significativas	Algum evento significativo (trauma, discriminação, violência, abandono ou morte) marca a relação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares; ou algum evento significativo marca a relação o usuário da assistência social com alguns dos membros familiares; ou não há evento significativo que marque a relação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares.
		I <sub>431</sub> : Conflitos Existentes	A relação entre o usuário da assistência social e demais membros familiares é conflituosa; ou a relação entre o usuário da assistência social e alguns dos membros familiares é conflituosa; ou não há relação conflituosa entre o usuário da assistência social e demais membros familiares.

Elaboração da autora.

Quadro 3- Caracterização dos Indicadores (continuação)

Dimensão 2 – Vínculo Comunitário			
Dimensão	Componentes	Indicadores	Caracterização dos Indicadores dos Vínculos Familiares
D2: Vínculo Comunitário	C <sub>12</sub> : Integração Comunitária	I <sub>112</sub> : Integração Temporal	O usuário da assistência social reside no território há um ano; ou se o usuário da assistência social reside no território entre um e dois anos; ou se o usuário da assistência social reside há mais de dois anos no território.
		I <sub>212</sub> : Pertencimento Comunitário	Se existe interesse do usuário da assistência social em sair do território por não se identificar com a comunidade; ou se existe interesse eventual do usuário da assistência social em sair do território ou se existe interesse em sair do território por questões financeiras, logísticas, entre outras que não possuem relação com a comunidade; ou se não há o menor interesse do usuário em sair do território por não se identificar com a comunidade.
		I <sub>312</sub> : Relações Comunitárias	O usuário da assistência social e/ou algum familiar coabitante sofre ameaça ou discriminação por membros da comunidade; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares

			sofrem ameaças ou discriminação eventualmente ou por alguns membros da comunidade ou por visitante frequente da comunidade; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares não sofrem qualquer ameaça ou discriminação pelos membros da comunidade.
		I <sub>421</sub> : Suporte Familiar	Se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes possuem parentes que residem na comunidade e que constituem uma rede de apoio; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes possuem parentes que residem na comunidade, mas constituem uma rede de apoio eventual ou possuem parentes que não residem na comunidade, mas estão frequentemente na comunidade e representam uma rede de apoio; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes não possuem parentes residentes na comunidade e não possuem parentes que representam rede de apoio na comunidade.
		I <sub>521</sub> : Rede de Apoio Comunitário	Se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes possuem vizinhos que representam rede de apoio e solidariedade; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes possuem vizinhos que representam, eventualmente, rede de apoio e solidariedade; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes não possuem vizinhos que representam rede de apoio e solidariedade.
	C <sub>22</sub> : Redes Sociais Comunitárias	I <sub>122</sub> : Participação Comunitária	Se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes integram alguma rede social comunitária, como grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições da comunidade de residência que constituam rede de apoio e solidariedade; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes integram de forma eventual alguma rede social comunitária, como grupos

			<p>religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições da comunidade de residência que constituam rede de apoio e solidariedade; ou se não há integração do usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes em qualquer rede social comunitária, como grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições da comunidade de residência que constituam rede de apoio e solidariedade.</p>
		I <sub>222</sub> : Organizações da Sociedade Civil	<p>Se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes participa, eventualmente, de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes não participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos.</p>
	C <sub>32</sub> : Recursos Comunitários	I <sub>132</sub> : Acesso a Serviços Comunitários	<p>Se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes acessam recursos comunitários para atividades de lazer ou esporte; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes acessam, eventualmente, recursos comunitários para atividades de lazer ou esporte; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes não acessam recursos comunitários para atividades de lazer ou esporte.</p>

		I <sub>332</sub> : Acesso a Serviços Educacionais	Se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes acessam recursos comunitários para atividades educacionais e culturais; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes acessam, eventualmente, recursos comunitários para atividades educacionais e culturais; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes não acessam recursos comunitários para atividades educacionais e culturais.
		I <sub>332</sub> : Acesso a Serviços de Saúde	Se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes acessam recursos comunitários para promoção e proteção à saúde; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes acessam, eventualmente, recursos comunitários para promoção e proteção à saúde; ou se o usuário da assistência social e/ou seus familiares coabitantes não acessam recursos comunitários para promoção e proteção à saúde.

Elaboração da autora.

Quadro 4- Tabela de Determinação do Valor ao Item

DIMENSÃO	VÍNCULO FAMILIAR			
	SIM	EVENTUALMENTE SIM	EVENTUALMENTE NÃO	NÃO
VALORES ATRIBUÍDOS AOS ITENS	4	3	2	1
SOMATÓRIO DOS VALORES	Valor máximo:	36	Valor mínimo:	9
CLASSIFICAÇÃO DO SOMATÓRIO DOS VALORES	Vínculo Familiar Fortalecido (VFFo)		27- 36 PONTOS	
	Vínculo Familiar Fragilizado (VFFr)		11- 26 PONTOS	
	Vínculo Familiar Rompido (VFR)		9-10 PONTOS	
JUSTIFICATIVA	De 27 a 36 pontos: esses valores referem-se aos Vínculos Familiares Fortalecidos, pois, para resultar nesse valores será necessário que o respondente responda todas as questões com item de valor máximo, o qual se refere conceitualmente a um vínculo fortalecido; ou responda, no mínimo, todas as respostas com valor 3, que são itens aos quais estão relacionadas características de vínculos fortalecidos, pois, apesar da eventualidade de elementos que enfraquecem os vínculos, estes último são pontuais podem caracterizar as oscilações dos momentos vivenciados nos relacionamentos intrafamiliares que são inerentes à dinâmica das relações humanas.			

	De 11 a 26 pontos: esses valores referem-se aos Vínculos Familiares Fragilizados, pois resultam de um somatório de itens com valores entre 1 e 3, não chegando ao valor máximo de 27, o que corresponderia de uma predominância dos elementos indicativos de vínculos fortalecidos, nem ao mínimo de 10, o que corresponderia a um somatório de respostas todas com valor 1, o que é característica de vínculo rompido. Ressalta-se que, mesmo com predominância de elementos indicativos de vínculos rompidos, o fato de ter algum elemento de manutenção do vínculo já demonstra que o vínculo não foi rompido, portanto, poderá ser classificado como fragilizado.
	De 9 a 10 pontos: esses valores referem-se aos Vínculos Familiares Rompidos, pois, para chegar ao referido intervalo de valores a partir do somatório dos valores dos itens respondidos, é necessário que o respondente tenha manifestado apenas respostas com valor mínimo, ou seja, valor 1. Essa pontuação foi estabelecida para os elementos que representam que não há qualquer relação entre os membros familiares ou que há apenas características negativas que marcam a relação, inexistindo vinculação intrafamiliar.

Elaboração da autora.

Quadro 4- Tabela de Determinação do Valor ao Item (continuação)

DIMENSÃO	VÍNCULO COMUNITÁRIO			
	SIM	EVENTUALMENTE SIM	EVENTUALMENTE NÃO	NÃO
ITENS	MENOS DE UM ANO	DE UM A DOIS ANOS	DE DOIS ANOS E DIAS A CINCO ANOS	MAIS DE CINCO ANOS E DIAS
VALORES ATRIBUÍDOS AOS ITENS	4	3	2	1
SOMATÓRIO DOS VALORES	Valor máximo:	40	Valor mínimo:	10
CLASSIFICAÇÃO DO SOMATÓRIO DOS VALORES	Vínculo Comunitário Fortalecido (VCFo)		40- 26 PONTOS	
	Vínculo Comunitário Fragilizado (VCFr)		14- 25 PONTOS	
	Vínculo Comunitário Rompido ou Inexistente (VCRI)		10-13 PONTOS	
JUSTIFICATIVA	De 26 a 40 pontos: esses valores referem-se aos Vínculos Comunitários Fortalecidos, pois, para resultar nesse valores será necessário que o respondente responda todas as questões com item de valor máximo, o qual se refere conceitualmente a um vínculo fortalecido; ou responda, no mínimo, as questões um e quatro do questionário com as respostas de valor 1 e todas as demais com as respostas com valor 3, as quais também referem-se às características de vínculos fortalecidos, pois, apesar da eventualidade de elementos que enfraquecem os vínculos, estes últimos são pontuais e podem caracterizar as oscilações dos momentos vivenciados nos relacionamentos interpessoais que são inerentes à dinâmica das relações humanas. Ressalta-se que, na última hipótese descrita, na qual a primeira e a quarta resposta possui valor 1, fica evidente que se configura um caso de um usuário da assistência inserido a menos de um ano na comunidade e sem qualquer suporte familiar na comunidade, mas que conseguiu construir e manter um vínculo comunitário repleto de elementos que o fortalece. Então, seria um			

	<p>cenário de vínculo fortalecido em curto espaço de tempo. No caso da somatória máxima, ou seja, soma de 40 pontos, seria um caso de um usuário da assistência social que já tem mais de cinco anos de residência na comunidade, já inseriu a família nessa comunidade, e possui um vínculo fortalecido e consolidado dentro dessa comunidade.</p>
	<p>De 14 a 25 pontos: esses valores referem-se aos Vínculos Comunitários Fragilizados, pois resultam de um somatório de itens com valores entre 1, 2 e 3, mas que não chega a somar o valor mínimo para considerar um vínculo fortalecido, ou seja, nas respostas haverá item que demonstra uma fragilidade no vínculo, elemento que enfraquece o vínculo existente ou em construção. Esses elementos podem ser prevalente, que seria o caso da soma de 14 pontos, ou pode não ser prevalente, mas está presente e não viabilizando um vínculo fortalecido dentro da comunidade, que é o caso do alcance do valor máximo, ou seja, 25 pontos.</p>
	<p>De 10 a 13 pontos: esses valores referem-se aos Vínculos Comunitários Rompidos, pois, para chegar ao referido intervalo de valores a partir do somatório dos valores dos itens respondidos, é necessário que o respondente tenha manifestado apenas respostas com valor mínimo, ou seja, valor 1; ou uma situação ainda mais grave, ter respondido a primeira questão com resposta de valor 4 e as demais com respostas de valor 1, o que corresponde a um usuário da assistência que possui mais de cinco anos residindo na comunidade, mas que não construiu vínculos ou os teve totalmente rompidos. No entanto, no caso de um respondente que possua menos de um ano na comunidade e tenha um ou dois elementos, no máximo, indicativos de fortalecimento de vínculos, mas os demais elementos apontando para rompimento ou inexistência dos vínculos, esse respondente será enquadrado na categoria Vínculo Comunitário Rompido a partir do somatório das respostas. Nesse caso, evidencia-se que pode não ser um vínculo rompido, mas apenas inexistente, talvez porque o respondente seja um membro novo na comunidade e esteja em fase de construção dos vínculos. Contudo, apesar de ser alguém em processo de construção de vínculos, o fato é que não existe vínculos fortalecidos e consolidados, tornando esse usuário da assistência social tão demandante do trabalho social de fortalecimento de vínculos quanto o usuário da assistência social que teve seus vínculos comunitários rompidos.</p>

Elaboração da autora.

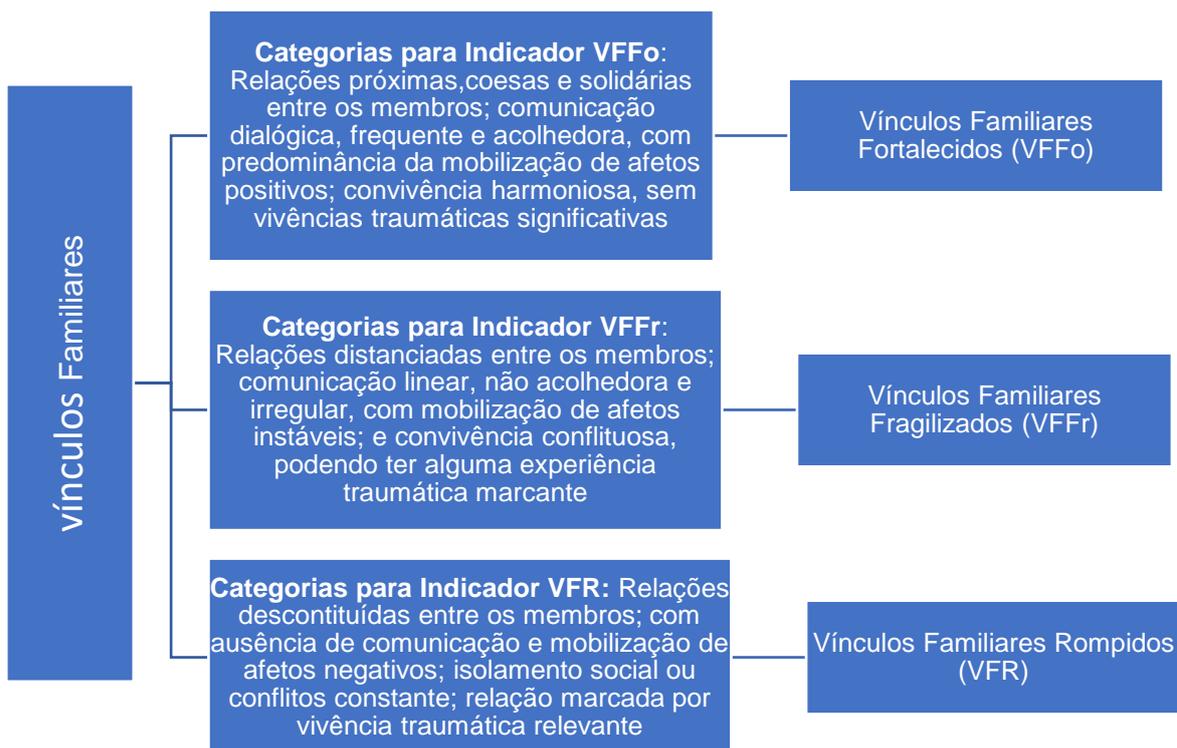
Ressalta-se que a classificação dos vínculos em fortalecidos, fragilizados e rompidos decorreu da conceituação dessa classificação pelos profissionais entrevistados durante a Residência Social, considerando que são profissionais com expertise no trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social e oferta de SCFV, bem como a partir das referências bibliográficas apresentadas nesse trabalho, destacando a contribuição da publicação institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2017), a qual descreve sete vulnerabilidades relacionais que devem ser observadas pelos trabalhadores da assistência social ao lidar com os vínculos sociais dos usuários da assistência social – conflito, violência, abandono, isolamento, confinamento, apartação, e preconceito/discriminação –, além de

ratificar a importância da qualificação dos vínculos familiares e comunitários para a efetividade do trabalho socioassistencial.

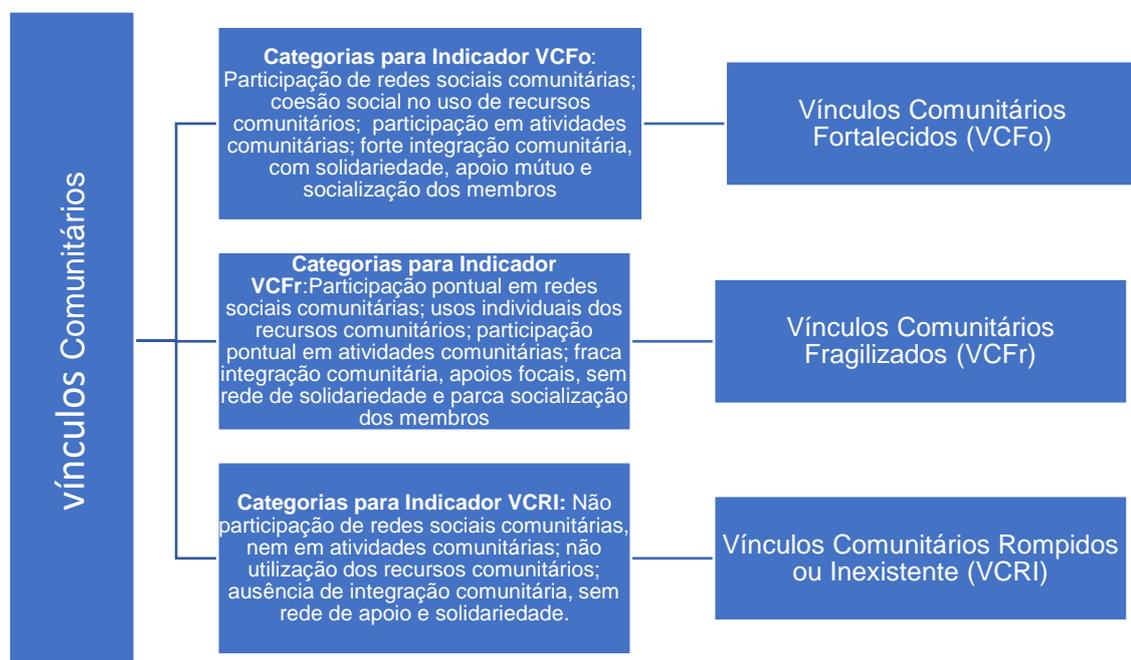
Nesse sentido, o que importa de fato é investigar/compreender como são os padrões de relação das pessoas e de que maneira as redes derivadas dessas relações são mobilizadas por elas e o quanto influenciam suas ações. Em síntese: “com que” as pessoas contam e “para o que” conta-se com elas - eis uma bússola para mapear relações de proteção ou de ausência de proteção desde a esfera privada (intrafamiliar), passando pela sociabilidade mais ampla (vínculos por escolhas afetivas ou de identidade social), até a esfera de reconhecimento público, que pauta as atenções e serviços públicos (relações de cidadania pautadas em responsabilidades do Estado e direitos do cidadão). Esse quadro desloca a perspectiva de considerar os vínculos de uma pessoa fracos ou fortes em relação a outras pessoas, passa a ser necessário qualificar/caracterizar os vínculos para dimensionar a proteção socioassistencial. (Brasil, 2017, p.33)

Então, a TGS.DT descrita foi resultante da aplicação de uma pesquisa bibliográfica e empírica, decorrente da revisão de literatura, da análise documental de documentos institucionais e análise de conteúdo das entrevistas realizadas com profissionais com expertise no campo de estudo. A síntese das classificações dos vínculos familiares e comunitários pela TGS.DT pode ser descrita conforme Figuras 4 e 5. A partir da elaboração da TGS.DT, o passo seguinte da pesquisa foi aplicar o protótipo da TGS.DT proposta sobre casos concretos da assistência social, ou seja, aplicar o instrumento proposto para análise dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo CRAS Centro Histórico, localizado em Salvador. Essa aplicação prática da TGS.DT contribuirá para validação da tecnologia de gestão social apresentada, apesar das limitações de pesquisa inerentes ao processo de investigação científica, as quais serão apresentadas na seção subsequente do presente trabalho.

**Figura 1 – Definição de Indicadores sobre Vínculos Familiares**



**Figura 2 – Definição de Indicadores sobre Vínculos Comunitários**



Essa TGS.DT é uma proposta de tecnologia social que produzirá indicadores da situação dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em

situação de vulnerabilidade social, com fins de ser integrada ao sistema de indicadores que compõem os diagnósticos socioterritoriais da assistência social. No entanto, a TGS.DT será apresentada em estágio de um protótipo, como uma sugestão a ser desenvolvida e aprimorada a partir de estudos futuros, bem como ser utilizada por gestores públicos e gestores sociais que operam a política pública de assistência social.

Por fim, a TGS.DT proposta deverá ser aplicada em unidades socioassistenciais, sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social acompanhadas pelas referidas unidades socioassistenciais. A partir dessa aplicação será possível determinar indicadores sobre a situação dos vínculos familiares e comunitários das famílias usuárias da assistência social do território. A produção desses indicadores poderá ser utilizada como instrumento auxiliar na elaboração de planos de acompanhamento familiar, bem como a análise da progressão da execução desses planos e necessidade de revisão periódica, pois trata-se de um material de fácil compreensão e ampla visualização das realidades interpessoais e intrafamiliares das pessoas acompanhadas. Além dessa contribuição ao exercício profissional nas unidades socioassistenciais, as informações contidas no diagrama produzirão indicadores dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social que poderão ser integrados ao sistema de indicadores existentes, os quais compõem o diagnóstico socioterritorial da assistência social. Essa integração ampliará a compreensão dos gestores públicos da assistência social, em suas respectivas esferas de governo, sobre quais ofertas socioassistenciais demandam os diferentes territórios nacionais.

## 5 DISCUSSÃO

A construção da TGS.DT desta dissertação teve sua fase embrionária gestada a partir da experiência profissional da presente pesquisadora, conforme explicitado nos capítulos anteriores, mas foi desenvolvida após muita pesquisa bibliográfica e leituras que levaram a pesquisadora a confirmar a relevância de criar e consolidar uma tecnologia social de diagnósticos dos vínculos familiares e comunitários. A publicação do MDS sobre o tema, ao conciliar a perspectiva institucional com as contribuições científicas de renomados estudiosos e estudiosas das ciências humanas, evidencia a importância dos indicadores conforme citação a seguir.

A autora considera, ainda, que é preciso saber o que olhar para saber que efeito se pretende criar e como o trabalho está funcionando. Assim, é necessário identificar as situações de fragilização de vínculos e como são motivadas. Tem a ver com ausência de autoridade, com ausência de afetividade? Em que medida os vínculos estão sendo fortalecidos? Nesse caso, vale a pena padronizar por instrumentais e criar indicadores de fortalecimento de vínculos, definindo que situações precisam ser observadas e permitem afirmar que houve fortalecimento de vínculos. (Brasil, 2017, p.34)

Compreender a situação dos vínculos familiares e comunitários das famílias e indivíduos usuários da política pública de assistência social é fundamental para enfrentamento ao processo de vulnerabilização e exposição a riscos sociais. Os encontros entre as pessoas produzem afetos, afinal, as pessoas afetadas e são afetadas nesses encontros. Esses afetos podem ser promotores de expansão da qualidade de vida, na medida em que promova valorização social, qualificação humana, ampliação da expressividade emocional, da autoestima e da autonomia; ou podem ser promotores de restrição da qualidade de vida, gerando sentimentos de subordinação, desqualificação, baixa autoestima, inibição emocional e expressiva, entre outros. Então, pode-se concluir que “[...]sentimentos de valorização e de potência estão para fortalecimento de vínculos, assim como os sentimentos de subordinação e impotência estão para o isolamento social e fragilização de vínculos.” (Brasil, 2017, p.22) As consequências desses afetos mobilizados impactam nos modos de convivência e na autopercepção dos indivíduos. Portanto, investir em trabalhos sociais que produzam encontros permeados por afetos positivos e

potencializadores da expansão da qualidade de vida é importante fator de reconstrução de modos de convivência. É uma forma de contrapor-se às relações cristalizadas, aos modos de convivência insalubres, que produzem dependência, subordinação ou submissão (Brasil, 2017).

Com a consolidação do conhecimento sobre o impacto dos vínculos sociais sobre a situação de vida das pessoas, a política pública de assistência social assegurou a segurança de convivência. Esta última, apesar da maior dificuldade de compreensão sobre sua tangibilidade e aplicação pelos operadores da política pública, impõe a realização de um trabalho social com famílias e comunidades que intervenha nas situações de vulnerabilidades relacionais, produzindo proteção socioassistencial e ampliação e diversificação do campo relacional (Brasil, 2017). Então, os supracitados indicadores auxiliarão no processo de “[...] identificar as vulnerabilidades relacionais envolvidas na Demanda. Os indicadores ainda pretendem ser balizadores do que olhar para saber que efeitos se pretende criar e como o trabalho social está funcionando” (Brasil, 2017, p.66-67).

Estabelecida a importância dos indicadores dos vínculos familiares e comunitários e, conseqüentemente, explicitada a relevância da TGS.DT apresentada, foi aplicada a referida tecnologia de gestão sobre os prontuários dos usuários do CRAS Centro Histórico para construção do diagnóstico da situação dos vínculos familiares e comunitários desses últimos. Aplicação da TGS.DT sobre os casos concretos de pessoas em situação de vulnerabilidade social atendidas pela presente pesquisadora, enquanto profissional de atendimento da assistência social, foi uma etapa importante para processo de validação da tecnologia social proposta.

No processo de pré-análise dos 204 prontuários das pessoas assistidas pelo CRAS Centro Histórico, conforme descrito no capítulo “Percurso Metodológico”, houve a constatação de que não seria possível aproveitar os dados constantes nos 204 prontuários, pois muitos prontuários não continham todas as informações solicitadas pelo questionário da tecnologia social. Mais especificamente, foram excluídos 138 prontuários do processo de validação da tecnologia social, pois estes últimos não possuíam unidades de codificação correspondentes aos indicadores dos vínculos familiares e comunitários para prosseguimento do processo de análise de conteúdo dos prontuários, e posterior

validação do questionário através do cálculo do Alfa de Cronbach. Esse quantitativo de prontuários invalidados para o estudo da validade da TGS.DT acabou sendo uma importante fonte de dados, pois demonstrou a significativa carência de informações sobre os vínculos sociais das pessoas assistidas pelo CRAS. No entanto, durante o processo de análise de conteúdo iniciado com os prontuários que foram excluídos, foi constatado que unidades de codificação sobre os vínculos familiares estavam disponíveis nos referidos prontuários, a ausência de informações foi mais restrita à dimensão dos vínculos comunitários, sendo este último fator a causa da inviabilidade de usá-los para validação da TGS.DT. Dessas informações sobre vínculos familiares foi possível constatar que: 49,3% das pessoas apresentavam vínculos familiares fragilizados; 25,4% apresentavam vínculos familiares rompidos; e 25,4% apresentavam vínculos familiares fortalecidos.

Algumas hipóteses para necessidade de exclusão de 138 prontuários foram levantadas pela presente pesquisadora a partir da sua experiência profissional no CRAS Centro Histórico. A primeira hipótese adverte que a ausência de informações sobre os vínculos comunitários pode ter decorrido da falta de oportunidade para abordar o tema, pois, devido à alta demanda por atendimento no CRAS Centro Histórico, os atendimentos não duram mais que cinquenta minutos e são espaçados, de forma que, a cada encontro entre o técnico de referência do CRAS e o assistido, são abordados temas mais específicos sobre a demanda trazida pelo assistido, comumente benefícios eventuais, e poucas são as oportunidades para explorar o *rapport*, fortalecer o vínculo institucional e dar vazão às demandas do plano de acompanhamento familiar do assistido.

Outras duas hipóteses que corroboram para a ausência da dados sobre vínculos comunitários: a expressiva quantidade de usuários da assistência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados; e o inexpressivo campo de exploração dos dados de convivência familiar e comunitária disponibilizado no Prontuário SUAS. Durante os atendimentos realizados pela presente pesquisadora, enquanto trabalhadora do CRAS Centro Histórico, foi possível identificar o quanto as pessoas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados demandavam por escuta. A maioria dessas pessoas utilizava o momento de atendimento para falar sobre suas questões familiares, seus dilemas

existenciais, suas dores, seus conflitos intrapsíquicos, de forma que, a partir do momento que a trabalhadora perguntava sobre composição familiar e história pessoal, muitos atendimentos fixavam-se a esses temas. Por outro lado, ao chegar nas páginas do Prontuário SUAS reservadas para assuntos sobre convivência comunitária, as perguntas constantes nos prontuários limitavam-se a respostas binárias, “sim” ou “não”, e se restringiam a apenas sete questões norteadoras sobre o tema. No Prontuário SUAS, o tema “Convivência Familiar e Comunitária” é abordado através das páginas 14 e 15 (Anexo) e, devido a pouca categoria de perguntas e respostas, visto que uma escala binária tem menor capacidade de discriminação da amplitude de respostas, fica mais difícil apreender a complexidade dessa dimensão relacional, cabendo à decisão do profissional da assistência social explorar o tema de forma mais aprofundada ou superficial.

Apesar da relevância dos dados cima citados, sua fonte, ou seja, 138 prontuários, foram desconsiderados para análise e validação da TGS.DT. Dessa forma, a amostra dessa pesquisa foi composta por 66 prontuários, os quais foram analisados e utilizados para prosseguimento do processo de validação da TGS.DT. O questionário da tecnologia social (Apêndice A) foi utilizado como roteiro de investigação dos prontuários. Então, a partir do referido roteiro utilizado para análise de conteúdo, foram selecionadas as unidades de significação contidas nos prontuários que correspondessem aos indicadores dispostos no Quadro 3, essas unidades selecionadas foram agrupadas e compiladas de acordo com os itens de resposta de cada pergunta do questionário. Após a finalização da análise de conteúdo e, conseqüentemente, obtenção dos questionários respondidos para cada prontuário pesquisado, foi realizado o cálculo do Alfa de Cronbach para verificação da confiabilidade do citado instrumento e consistência interna dos itens que o compõem. O Alfa de Cronbach “indica o coeficiente de confiabilidade interna de um instrumento de coleta de dados” (Dalmoro; Vieira, 2014, p.167).

O Alfa de Cronbach da dimensão Vínculo Familiar resultou no valor 0,98 e o valor da dimensão Vínculo Comunitário foi 0,77. Esses valores demonstraram que a consistência interna dos itens do instrumento é satisfatória, o que o torna confiável. A escolha por uma escala de quatro pontos dos itens do questionário decorreu da avaliação de que o questionário deveria atender aos requisitos de

precisão, facilidade e velocidade. Afinal, uma escala até três pontos, comumente, proporciona um grau de precisão menor, pois não possibilita uma amplitude de respostas mais próxima a variedade de opinião do entrevistado. No entanto, uma escala com cinco pontos ou mais, envolve maior complexidade no processo de tomada de decisão do respondente e, conseqüentemente, maior tempo de avaliação das respostas e menor facilidade no uso. Esta última ponderação ainda pode ser agravada se o questionário for extenso, com mais de vinte questões, por exemplo. “Neste caso, se o pesquisador considerar a precisão como fator decisivo, optará pela escala de cinco pontos em detrimento da de três. Já se a facilidade ou a velocidade forem os fatores preponderantes, a escala de três pontos pode ser escolhida” (Dalmoro; Vieira, 2014, p.172).

Após a verificação da confiabilidade do questionário, os resultados da pesquisa foram tratados para início do processo de interpretação e inferência. Esse processo resultou na constatação de que 39% da amostra, ou seja, dos 66 prontuários analisados, apresentaram vínculos familiares rompidos, seguidos por 38% com vínculos familiares fragilizados e 23% com vínculos familiares fortalecidos. Esse dado é importante porque refutaria a hipótese anteriormente levantada de que as pessoas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos costumam debruçar-se sobre esse tema e o tempo de atendimento não avança para exploração da dimensão “Vínculos Comunitários”. No entanto, com base na experiência profissional da pesquisadora, essa hipótese não é completamente refutada porque alguns usuários do CRAS Centro Histórico, mais especificamente os usuários dos prontuários selecionados, tiveram maior quantidade de presença nos atendimentos, o que fez com que algumas pessoas com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos tivessem tido mais quantidade de atendimentos, fator que possibilitou a exploração das dimensões vínculos comunitários durante os atendimentos.

Os gráficos abaixo apresentam o valor absoluto e o respectivo percentual das situações dos vínculos familiares e comunitários dos prontuários selecionados.

Figura 3 – Gráfico de Classificação dos Vínculos Familiares.



Figura 4 – Gráfico de Classificação dos Vínculos Comunitários.



A partir da análise dos gráficos é possível verificar que 77% dos vínculos familiares das pessoas estudadas estão rompidos ou fragilizados. Realidade que manifesta a necessidade de massivos investimentos em serviços e ações que promovam a construção e fortalecimento de vínculos familiares. Da mesma forma, nota-se que 76% dos vínculos comunitários das pessoas estudadas estão rompidos ou fragilizados, ou seja, também demandam maiores investimentos em iniciativas públicas e privadas que promovam fortalecimento dos vínculos comunitários. No entanto, é importante notar que o percentual de vínculos rompidos ou inexistentes na dimensão comunitária é muito inferior aos vínculos rompidos na dimensão familiar. Como, em números absolutos, apenas três prontuários resultaram em vínculos comunitários rompidos ou inexistente, foi possível verificar a situação dos vínculos familiares especificamente desses três prontuários, os quais resultaram em dois vínculos familiares fragilizados e um vínculo familiar rompido. Essa constatação demonstrou que todas as pessoas

com vínculos familiares fortalecidos possuíam vínculos comunitários consolidados ou em processo de consolidação.

Como os três prontuários que apontaram vínculos comunitários rompidos ou inexistentes não chegam a 5% da amostra total, não é possível fazer inferências a partir desses dados, como a possibilidade de inexistir vínculo comunitário por uma dificuldade de socialização das pessoas com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Ao contrário, o expressivo número de pessoas com vínculos familiares rompidos e vínculos comunitários fragilizados ou fortalecidos apontou para a possibilidade de as pessoas buscarem vivenciar processos de construção de vínculos mesmos após o rompimento familiar. No entanto, o número absoluto de prontuários classificados como vínculos familiar fortalecido (VFFo) e vínculos comunitário fortalecido (VCFo) foram muito próximos, resultando em 15 e 16 prontuários, respectivamente. Então, esses valores chamaram atenção para verificação da hipótese de que as pessoas com vínculos familiares fortalecidos têm mais propensão a construir e manter fortes vínculos comunitários. Ao correlacionar os referidos dados, através do uso de filtros no programa Excel, foi constatado que, dos 15 prontuários classificados como vínculo familiar fortalecido, sete prontuários possuíam a classificação vínculos comunitários fortalecidos, e os outros oito prontuários apontaram vínculos comunitários fragilizados. Portanto, o vínculo familiar fortalecido não necessariamente gera vínculos comunitários fortalecidos, e vice-versa, mas pode-se afirmar que pode ser um facilitador do processo de fortalecimento dos vínculos comunitários, visto que a correlação se manteve alta.

Apesar dos resultados apontarem uma predominância de vínculos comunitários fragilizados, o que reflete uma alta demanda por serviços e iniciativas que promovam o fortalecimento dos vínculos comunitários, é importante frisar que o instrumento não se mostrou sensível para identificar a principal causa da fragilização dos referidos vínculos. O instrumento aponta que a situação de fragilização pode ser decorrente da não integração comunitária e ausência de formação de redes sociais; ou pode ser decorrente da ausência ou não usufruto dos recursos comunitários do território. Contudo, ao não ficar claro qual desses dois motivos predomina para a situação de fragilização, fica difícil identificar se a solução necessária perpassa pela oferta de serviços e iniciativas que fortaleçam as relações sociais e interações interpessoais; ou se são

necessárias soluções que exijam pressão sobre o poder público para maior oferta de recursos comunitários. Apesar dessa limitação do instrumento, este último mantém a proposta de expor a situação dos vínculos para inclusão no diagnóstico socioterritorial, cabendo aos equipamentos socioassistenciais avaliarem quais as soluções necessárias para o território a partir da realidade vivenciada, incluindo a análise intersetorial das ofertas públicas e privadas no território.

Apesar da limitação descrita acima, os alarmantes dados sobre a fragilização dos vínculos, seja comunitário seja familiar, bem como sobre o expressivo percentual de vínculos familiares rompidos, corroboram com o pressuposto da presente pesquisa, o qual ressalta a necessidade de compreender a situação da dimensão relacional da vulnerabilidade e fortalecer a oferta de serviços socioassistenciais que promovam o fortalecimento de vínculos. Os dados sobre os vínculos sociais das pessoas estudadas através dos prontuários analisados também ratificam o conhecimento produzido sobre o público da assistência social, o qual foi exposto no capítulo denominado “Quem é o Público da Assistência Social”. No referido capítulo foi elucidado o processo histórico que provocou graves rupturas sociais e relacionais na formação da sociedade brasileira, especialmente para as pessoas pretas, pardas e pobres, tornando estas últimas o público majoritário da assistência social. Portanto, o perfil das pessoas estudadas nesse trabalho, conforme gráficos abaixo, reforça os dados da literatura.

Figura 5 – Gráfico de Dados Sociais do Público Estudado – Cor/Raça.

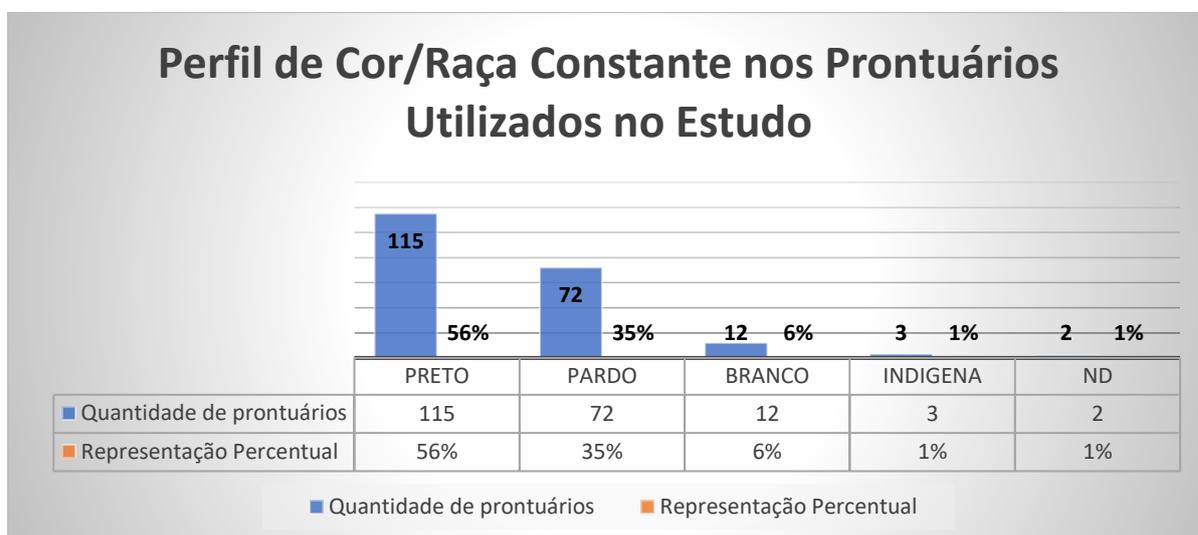


Figura 6 – Gráfico de Dados Sociais do Público Estudado – Sexo.

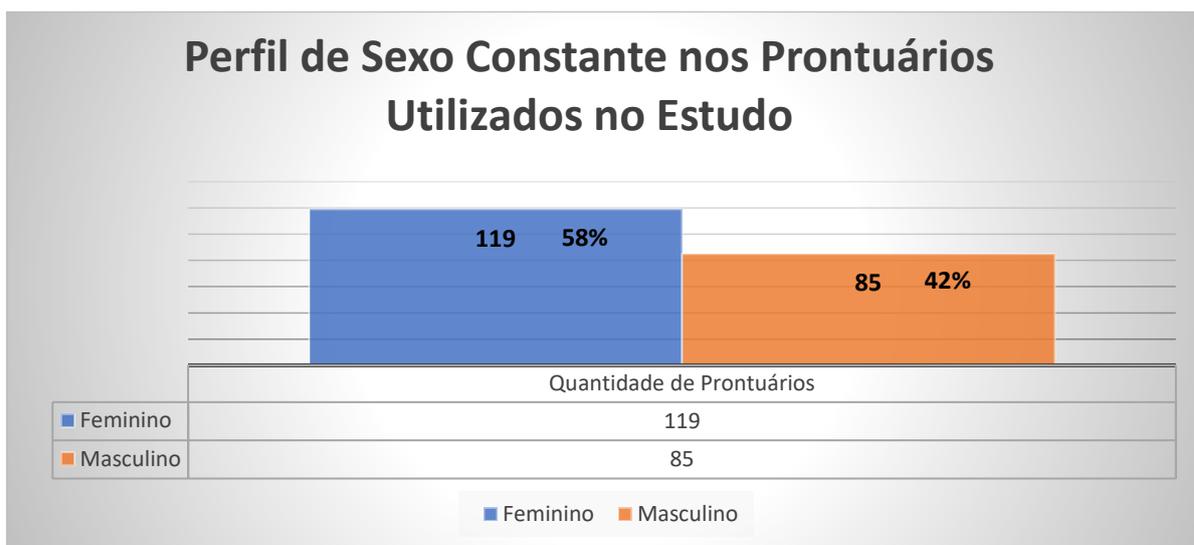
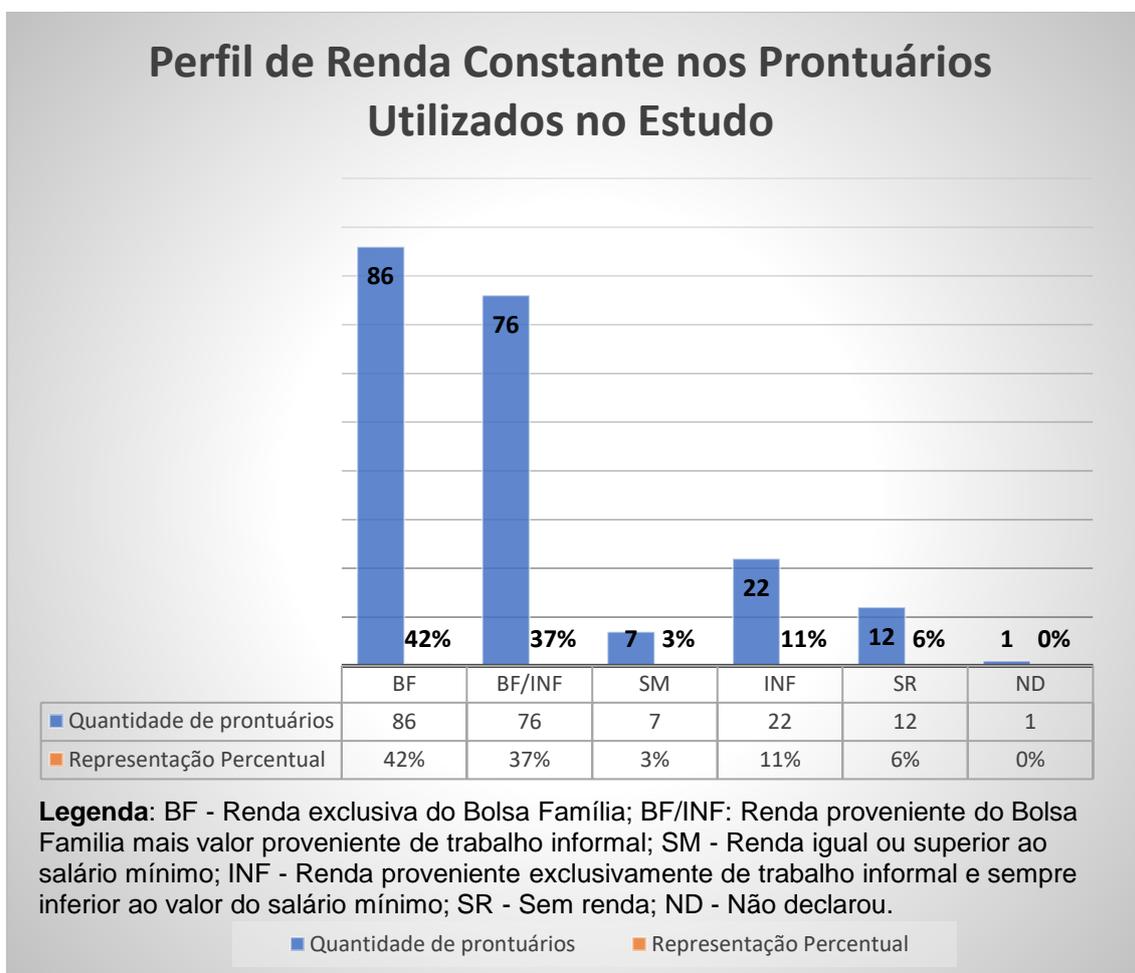


Figura 7 – Gráfico de Dados Sociais do Público Estudado – Renda.



Os dados sociodemográficos apresentados nos gráficos referem-se conjunto de prontuários analisados, somando-se os excluídos para fins de

aplicação da TSG.DT e os selecionados para validação da TGS.DT. A correlação entre os dados sociodemográficos e os dados sobre a situação dos vínculos familiares e comunitários demonstra o quão atravessadas estão as dimensões materiais e relacionais da vulnerabilidade. Pode-se afirmar que grupos sociais marcados por características desvalorizadas ou discriminadas socialmente, como a discriminação racial e de gênero, são os mesmos grupos que sofrerão com condições precárias ou privadas de renda e acesso a serviços públicos, assim como sofrerão nas suas relações interpessoais as marcas deixadas por tantas privações e discriminações.

Os dados sociodemográficos revelam que 58% das pessoas estudadas são mulheres, 91% são pessoas pardas e pretas, e 79% precisam de programa de transferência de renda para o sustento familiar, ou seja, o público da assistência social é majoritariamente feminino, preto, pardo e pobre. É o grupo atravessado pelo sofrimento ético-político descrito pela Doutora Bader Sawaia, ou seja, atravessado pelo reconhecimento negativo da pessoa, pela desvalorização de suas características, as quais promovem uma experiência de vida desigual, marcada pela negação do indivíduo (Brasil, 2017). Trazer a compreensão desse sofrimento para tratar da exclusão social é superar o entendimento de que a única preocupação do pobre é a sobrevivência financeira, é entender que é importante trabalhar a emoção quando se passa fome. Como explica Sawaia (2001, p. 98-99)

Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo de que poder, de economia e de direitos sociais. A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si mesmo, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. (Sawaia, 2001, p.98-99)

Com isso, os dados revelados por esta pesquisa corroboraram com o descrito pela literatura, revelando como as famílias discriminadas negativamente são as mais atingidas por todas as formas de vulnerabilidade, seja material seja

relacional. Além disso, os dados demonstraram a pertinência do instrumento diagnóstico proposto pela TGS.DT, uma vez que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome manifestadamente reconhece que as situações de desproteção social possuem impacto maior sobre pessoas ou grupos familiares que são discriminados negativamente, e que uma das formas de eliminar/minimizar a discriminação negativa é ofertar serviços continuados e capazes de desenvolver potencialidades, vínculos familiares e comunitários fortalecidos, e redes sociais amplas necessárias para o exercício cidadão (Brasil, 2017). Para tanto, é preciso enxergar e conhecer a população em situação de vulnerabilidade e risco social para além da sua privação material.

## 6 CONCLUSÃO

“Como ponto de partida propõe-se o entendimento de convivência e vínculos como um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direito que se constituem à medida que se relacionam” (Brasil, 2017, p.19). Essa acepção de convivência e vínculos é a base da segurança de convivência, alicerçada pela política pública de assistência social. Apesar das formulações referentes ao assunto nos diversos normativos e orientações técnicas institucionais, a segurança de convivência não é assegurada pelos gestores e operadores da assistência social com a mesma ênfase que a segurança de sobrevivência. Os resultados do presente trabalho ratificam essa constatação ao revelar que mais de 70% dos prontuários analisados revelam pessoas com vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados e/ou rompidos, ao passo que 79% dessas mesmas pessoas possuem acesso ao programa de transferência de renda, Programa Bolsa Família. Se a literatura e os dados de pesquisas corroboram com o entendimento de que é necessário enfrentar a vulnerabilidade do campo relacional, inclusive, que esta é uma responsabilidade pública reconhecida através do SUAS e do histórico papel do Estado na geração de relações interpessoais marcadas por subalternidades, rupturas, negação de humanidade, desconstrução de identidades etc., torna-se basilar investir nas diferentes alternativas que promovam e garantam a construção e fortalecimento de vínculos sociais.

Nesse contexto que a TGS.DT surge como uma possível alternativa. É uma alternativa que fortalece os investimentos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e fundamenta sua possível necessidade de ampliação, oferta, diversificação, divulgação, entre outros. Afinal, os indicadores estatísticos são elementos fundamentais para alocação de recursos públicos, tomada de decisão e avaliação das políticas públicas, inclusive no âmbito do SUAS. Portanto, a produção e, conseqüentemente, introdução de dados estatísticos referentes aos vínculos familiares e comunitários nos diagnósticos socioterritoriais do SUAS, conforme proposto pela TGS.DT, é uma alternativa considerável para empreender iniciativas que consolidem a segurança de convivência alicerçada pela assistência social. Se é a partir da produção de indicadores territoriais que as realidades vão sendo transformadas, então, os

indicadores locais de vínculos sociais poderão ser importantes pontos de partida para transformação das relações sociais.

Os indicadores locais são uma necessidade, tanto pela visibilidade do que ocorre em cada bairro da cidade quanto pelo exercício da cidadania de seus habitantes. Porém, a tradição estatística no Brasil não chega ao nível de detalhamento de bairros, o que reforça a importância de iniciativas que buscam desvendar o que ocorre localmente dentro de cada cidade. (Santos; Benevides; Borja *et al*, 2022, p.435)

Além da potência de contribuição para o aprimoramento dos diagnósticos socioterritoriais que a TGS.DT reserva, os resultados do estudo demonstraram uma necessidade de revisão do modelo vigente de Prontuário SUAS. Se os vínculos familiares e comunitários são dimensões que enfrentam maiores desafios no processo de consolidação do SUAS, pois não são totalmente compreendidas e incorporadas nas intervenções dos operadores da assistência social; não são devidamente valorizadas pelos gestores públicos; e não são reconhecidas enquanto direitos pela sociedade civil (Brasil, 2017), o modelo de prontuário do SUAS só reforça essa condição ao dedicar tão pouco de suas páginas ao assunto. Utilizar um prontuário com tão poucas questões sobre vínculos familiares e comunitários, com opções de respostas tão limitadas, não provoca o operador da assistência social, mais especificamente o agente público burocrata de nível de rua, a explorar os impactos da vulnerabilidade relacional na situação de vulnerabilização do usuário da assistência social. Além disso, a inclusão de maior amplitude de respostas padronizadas, e aumento do quantitativo de questões sobre o tema, contribuirá para elaboração de dados sintéticos fidedignos a serem utilizados no diagnóstico socioterritorial.

O papel do poder público é ser mediador no processo de construção de um modelo de sociedade. Essa mediação começa com a criação e implementação de políticas públicas atinentes às demandas públicas e reparatórias dos problemas sociais historicamente gerados pelo Estado brasileiro. Uma política pública alinhada às demandas sociais pressupõe um amplo diagnóstico da população, e uma reparatória presume a criação de um ambiente favorável ao exercício do protagonismo da sociedade civil e processo de empoderamento da população oprimida. Atenta a esse contexto, a TGS.DT apresenta uma tecnologia social de ampliação do diagnóstico populacional, e o

resultado de sua aplicação sobre casos concretos substancia a demanda social por iniciativas que deem conta da vulnerabilidade relacional, como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Serviços estes que visam “Promover bons encontros, que fortaleçam a potência de agir pode impulsionar a ação para enfrentar situações conflituosas, alterar condições de subordinação, estabelecer diálogos, desejar e atuar por um mundo mais digno e mais justo.” (Brasil, 2017, p.27) Portanto, serviços públicos estes que abrem espaços para que a convivência seja fortalecida e consolidada através da participação cidadã, que promovem a formação de grupos, troca culturais e vivenciais entre seus membros, e desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade (Brasil, 2014). Ou seja, um serviço público de natureza reparatória e que cumpre, essencialmente, seu papel legítimo de catalisar o processo de empoderamento do público da assistência social.

Como explica a escritora Joice Berth, o processo de empoderamento é promovido pelas pessoas através de seus processos de mudança, mas pode ser catalisado por agentes externos, os quais podem favorecer processos mais céleres e eficazes de empoderamento, sendo as políticas governamentais importantes catalisadores ao fornecerem instrumentos de capacitação e ambientes favoráveis ao processo de empoderamento (Berth, 2019). Por conseguinte, a política de assistência social e os serviços socioassistenciais, legítimos instrumentos públicos catalisadores desse processo, não podem prescindir de compreender a vulnerabilidade relacional da população, principalmente de explicitar como as vulnerabilidades são intrínsecas ao racismo estrutural. Como a população parda, preta e pobre, quem majoritariamente sente o sofrimento ético-político, tem refletida em suas relações afetivas e na constituição dos seus vínculos a vivência cotidiana de questões sociais desumanizadoras. Ou seja, qual a situação dos vínculos sociais de pessoas que, histórica e intergeracionalmente, foram tratadas como inferior, subalternas, sem valor e inúteis socialmente, além de terem negadas a possibilidade de apropriação material, cultural e social de seu tempo; e a possibilidade de movimentar-se plenamente pelas cidades, ocupando todos os espaços sociais (Sawaia, 2001).

A questão racial e suas interseccionalidades é tema imprescindível para apropriação dos operadores da política de assistência social, afinal, é fator

substancial de vulnerabilização do seu público. Durante a realização da pesquisa, foi possível constatar como essa questão não é contundentemente refletida nos documentos e instrumentos institucionais, como se não fosse reconhecida enquanto fator causal da realidade de vulnerabilidade social. Enquanto passa incólume a questão racial nos normativos das assistência social, sob olhares alheios dos gestores e operadores da referida política pública, assim como uma execução da política centrada na dimensão material da vulnerabilidade, menores são as chances de uma transformação da realidade brasileira através da redução de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco sociais.

Por fim, a conclusão desse estudo assevera que a segurança de convivência precisa ganhar maior notoriedade e relevância na consolidação do SUAS, de forma que a vulnerabilidade relacional precisa ganhar força na agenda pública. A literatura especializada sintetizada e compilada nesse trabalho, além dos achados da pesquisa, explicitam o quão a dimensão dos vínculos sociais é indissociável da condição de pobreza e desigualdade social, o quão ela conduz as avenidas interseccionais que atravessam, especialmente, o povo preto e pardo. A aprovação da Seguridade Social e da política pública de assistência social como um do seu tripé, pela assembleia constituinte de 1988, foi um importante passo para legitimar a importância da convivência comunitária e familiar, contudo, a condução histórica da política pública vem demonstrando como essa valoração ainda está muito restrita às normas legais e às teorias e pesquisas científicas, privilegiando-se, na prática, a assistência social enquanto garantia de mínimos existenciais para superação da vulnerabilidade material. Como resumiu brilhantemente a professora e referência no campo da assistência social, Aldaiza Sposati (2018, p.2324):

Pode-se entender, por fim, que a Seguridade Social brasileira foi se descaracterizando de seu destino no percurso de seus 30 anos de vida. Abandonou a intenção de construção de certezas sociais para assumir perversamente o papel de incentivo à desigualdade de condições de vida entre as classes sociais e seus segmentos. Reduziu seu vínculo com o republicanismo, com a laicidade e com os direitos sociais de cidadania. Sua mutação conservadora em face da matriz de 1988, delimitou o alcance e a visibilidade das expressões de desproteção social na população brasileira a valor de *per capita* para aquisição da *commodity* proteção social.

Sendo assim, esse trabalho é concluído com o entendimento da pesquisadora de que a garantia da segurança de convivência, e o fortalecimentos dos vínculos familiares e comunitários, é um passo essencial para que a sociedade civil tome as rédeas do seu processo de desenvolvimento, principalmente a população parda, preta e pobre, que compõe o perfil majoritário da sociedade brasileira. Portanto, a tecnologia social resultante dessa pesquisa se propõe a contribuir com o fortalecimento da segurança de convivência, mas, devido às limitações inerentes ao desenvolvimento de uma pesquisa científica, como as enfrentadas durante a execução da presente pesquisa - limitação territorial de avaliação da TGS.DT; necessidade de maior sensibilidade do instrumento da TGS.DT para identificação do fator de fragilização dos vínculos comunitários; limitação de dados constantes nos prontuários; entre outros – espera-se que os achados dessa pesquisa possam mobilizar outros pesquisadores a aprimorarem a tecnologia social apresentada, além de inspirar estudos que investiguem o assunto e/ou a aplicabilidade dessa TGS.DT em outros territórios nacionais.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos plurais). Bibliografia ISBN 978-85-98349-69-5

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos plurais). Bibliografia ISBN: 978-85-98349-74-9.

ARAÚJO, Edigilson Tavares de. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.

ARAÚJO, Edigilson Tavares de. **Gestão social: universidade aberta do nordeste**. Fascículo 9. Gestão Social e a Política Pública de Assistência Social. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: e Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977, 223 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod\\_resource/content/1/BARDIN\\_\\_L.\\_1977.\\_Analise\\_de\\_conteudo.\\_Lisboa\\_\\_edicoes\\_\\_70\\_\\_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN__L._1977._Analise_de_conteudo._Lisboa__edicoes__70__225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf) . Acesso: 10 fev. 2024

BASTOS, Francisco Inácio Pinkusfeld Monteiro; VASCONCELLOS, Mauricio Teixeira Leite; BONI, Raquel Brandini de; REIS, Neilane Bertoni; COUTINHO, Carolina Fausto de Souza (Org.). **III Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira**. Ministério da Saúde: ICICT/Fiocruz, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614> . Acesso em: 19 maio de 2023.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p. (Feminismos plurais). Bibliografia. ISBN 978-85-98349-75-6

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. Disponível em: [https://www.academia.edu/25732167/Livro\\_Forma%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_Rompimento\\_dos\\_La%C3%A7os\\_Afetivos\\_John\\_Bowlby](https://www.academia.edu/25732167/Livro_Forma%C3%A7%C3%A3o_e_Rompimento_dos_La%C3%A7os_Afetivos_John_Bowlby) . Acesso em: 2 dez. 2023

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 7 dez. 1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm) Acesso em: 03 dez. 2023;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004: Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf) Acesso em: 30 set. 2023;

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso: 30 set. 2023

BRASIL, Capacita SUAS Caderno 2 (2013) **Proteção de Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade** / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Prontuário SUAS – Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2013b. Disponível em: [https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/04/Prontu%C3%A1rio-SUAS\\_SemLogo.pdf](https://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/04/Prontu%C3%A1rio-SUAS_SemLogo.pdf) . Acesso em: 08 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013c. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/pdf/APOSTILA\\_Curso\\_de\\_Indicadores.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/pdf/APOSTILA_Curso_de_Indicadores.pdf) . Acesso em: 20 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução CNAS nº 13, de 13 de maio de 2014. Brasília: MDS, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/concepcao\\_fortalecimento\\_vinculos.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf) Acesso aos: 25 mar. 2024

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal**. Brasília, DF: MDHC, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat\\_pop\\_rua\\_digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf) . Acesso em: 27 jan. 2024.

CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. **Gestão Social: Epistemologia de um Paradigma**. 3. ed. rev. e ampl. — Tocantins: MC&G Editorial : Universidade Federal do Tocantins, 2022.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Tradução: Iraci D. Poleti. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS**. 3. ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2021. Disponível em: [rt\\_crepop\\_cras\\_2021.pdf \(cfp.org.br\)](https://www.cfp.org.br/rt_crepop_cras_2021.pdf). Acesso em: 19 dez. 2023

COSTA, Marco Aurélio. *et al.* **Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileiras**. Texto para discussão nº 2364. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8257> . Acesso em: 20 nov. 2022

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. **Dilemas na Construção de Escalas Tipo Likert: O Número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados?**. REVISTA GESTÃO ORGANIZACIONAL, Chapecó, v.6 – Edição Especial, n.3, p. 162-174, jul. 2014. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148822/mod\\_resource/content/1/Dalmero\\_Vieira\\_2013\\_Dilemas-na-construcao-de-escal\\_31731.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148822/mod_resource/content/1/Dalmero_Vieira_2013_Dilemas-na-construcao-de-escal_31731.pdf) . Acesso: 19 ago. 2024

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; JÚNIOR, José Antônio Valle Antunes. **Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

FARAH, Marta Ferreira. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”**. ver. Adm. Pública — Rio de Janeiro 50(6):959-979, nov./dez. 2016 . DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150981> . Disponível em: POLITICAS PUBLICAS ARTIGO.pdf. Acesso em: 21 maio. 2022.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf) . Acesso em: 20 nov. 2023

FERREIRA, Vinicius Renato Thomé; CECCONELLO, William Weber; MACHADO, Mariana Rodrigues. **Neurônios-Espelho Como Possível Base Neurológica Das Habilidades Sociais**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 147-159, jan. 2017. Disponível em: [NEURÔNIOS-ESELHO COMO](https://www.psi.ufmg.br/revista/23-1/147-159)

[POSSÍVEL BASE NEUROLÓGICA DAS HABILIDADES SOCIAIS \(bvsalud.org\)](https://bvsalud.org) . Acesso em: 19 dez. 2023

FILHO, Genauto Carvalho de França. Definindo Gestão Social. In: SILVA, Jeová Torres Jr; MASIH, Rogerio Teixeira; CANÇADO, Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies (org.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. 1º Ed. UFC: Juazeiro do Norte, 2008.

FISHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). **Gestão do Desenvolvimento Territorial e Residência Social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011. Disponível em: [Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo \(ufsc.br\)](https://www.ufsc.br/exclusao-social-e-ruptura-dos-lacos-sociais-analise-critica-do-debate-contemporaneo) . Acesso em: 13 dez. 2023

MARTINS, Raul Aragão; OISHI, Jorge; MANZATO, Antônio José *et al.* O Sistema de Indicadores de Vulnerabilidade Familiar -SIVF do município de São José do Rio Preto, SP. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, ABER – Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v.3, n.2, fev. 2009. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/34/37>. Acesso: 04 ago. 2024.

MICHENER, Howard Andrew; DELAMATER, John Delos; MYERS, Daniel J. **Psicologia Social**. Tradução: Eliane Fittipaldi; Suely Sonoe Murai Cuccio. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MINAYO, Maria (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTFERRE, Helio. População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil. **IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada**, [S.l.], 8 dez. 2022, Demografia e População. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 19 maio 2023.

MOSER, Caroline Oivia Nonesi. **The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies**. World Development, v. 26, n. 1 p. 1-19, 1998. Disponível em: [https://www.academia.edu/8934518/The\\_asset\\_vulnerability\\_framework\\_Reassessing\\_urban\\_poverty\\_reduction\\_strategies](https://www.academia.edu/8934518/The_asset_vulnerability_framework_Reassessing_urban_poverty_reduction_strategies) . Acesso em: 19 dez. 2023.

PICHON-RIVIERE, Enrique. **O Processo Grupal**. Tradução: Marco A. F. V. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PICHON-RIVIERE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. Tradução: Eliane Toscano Zamikhowsky. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Tradução: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 2ª ed. Lisboa: Grandiva, 1998.

SALVADOR (BA). Lei Municipal 9.299/2017. **Institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021, e dá outras providências**. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2017. Disponível em: [http://casacivil.salvador.ba.gov.br/orcamentos/PPA\\_2018\\_2021/include/files/1-%20Documento%20Completo.pdf](http://casacivil.salvador.ba.gov.br/orcamentos/PPA_2018_2021/include/files/1-%20Documento%20Completo.pdf) . Acesso em: 23 nov. 2023

SALVADOR. PREFEITURA SALVADOR. **CRAS**. Salvador, BA: Secretaria De Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer, c2023. Disponível em: <https://sempre.salvador.ba.gov.br/cras/> Acesso em: 23 nov. 2023.

SANTOS, Elisabete; BENEVIDES, Tânia, BORJA, Patrícia Campos *et al* (org.). **QUALISalvador: Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia**. 2ª ed. Salvador: Eudfba. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34177> Acesso: 20 jun. 2024.

SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2315-2325, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232018237.10202018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/5SMZzhGjWn5wHHsQvy649qL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 19 nov. 2023

TENORIO, Fernando G. (org.). **Gestão Social: metodologia, casos e práticas**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

## APÊNDICE A

### Questionário sobre Vínculos Familiares e Comunitários

#### 1. Dados Demográficos:

**1.1 Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino

**1.2 Idade:**

**1.3 Composição Familiar:** membros menores de 18 anos ( )

membros maiores de 18 anos ( )

**1.4 Renda:** Trabalho Formal R\$ ( ); Trabalho Informal R\$ ( ); Programa de Transferência de Renda – PBF R\$ ( ); Benefício de Prestação Continuada R\$ ( ); outros R\$( )

#### 2. Dados dos Vínculos Sociais

**2.1 Vínculos Familiares** (Dimensão 1):

(Componente: Coesão Familiar)

**2.1.1 A relação entre o você e os membros familiares é de solidariedade?**

(I<sub>111</sub>: Solidariedade entre os membros)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.1.2 Há demonstração de apoio entre os membros familiares quando você passa por crises financeiras, pessoais ou de saúde mental ou física?** (I<sub>211</sub>: Apoio entre os membros)

(Componente: Apoio entre os membros)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.1.3 Você considerada que há união entre você e os demais membros familiares?** (I<sub>311</sub>: União entre os membros)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

(Componente: Comunicação Familiar)

**2.1.4 Há regularidade de comunicação entre você e os demais membros familiares?** (I<sub>121</sub>: Padrão Da Comunicação)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.1.5 A comunicação mais comum entre você e os demais membros familiares é uma comunicação onde a maioria dos envolvidos escutam um ao outro, todos dão sua opinião sobre o assunto e respeitam a opinião um do outro?** (I<sub>221</sub>: Modelo De Comunicação)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

(Componente: Convivência Familiar)

**2.1.6 Na sua relação com os demais membros familiares predominam afetos positivos (satisfação, gratificação, alegria, prazer, etc)?** (I<sub>131</sub>: Afetos Positivos)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.1.7 Na sua relação com os demais membros familiares predominam afetos negativos (insatisfação, frustração, tristeza, dor, etc)?** (I<sub>231</sub>: Afetos Negativos. Questão Invertida)

(1) Sim (3) Eventualmente Sim (2) Eventualmente Não (4) Não

**2.1.8 Sua convivência com a maior parte dos demais membros familiares é conflituosa?** (I<sub>431</sub>: Conflitos Existentes. Questão Invertida)

(1) Sim (3) Eventualmente Sim (2) Eventualmente Não (4) Não

**2.1.9 Algum evento significativo como um trauma vivenciado, preconceito, abandono, morte, marca sua relação com os demais membros familiares?** (I<sub>331</sub>: Vivências Significativas. Questão Invertida)

(1) Sim (3) Eventualmente Sim (2) Eventualmente Não (4) Não

Somatório dos Valores dos Itens:

Classificação:

Vínculo Familiar Fortalecido (VFFo)	
Vínculo Familiar Fragilizado (VFFr)	
Vínculo Familiar Rompido (VFR)	

**2.2 Vínculos Comunitários** (Dimensão 2):

(Componente: Integração Comunitária)

**2.2.1 Há quanto tempo você reside nessa comunidade?** (I<sub>112</sub>: Integração Temporal)

(4) Mais de cinco anos (2) Entre um e dois anos (3) Entre dois e um dia, e cinco anos (1) Menos de um ano

**2.2.2 Você tem desejo de sair da atual residência por não se identificar com a comunidade do território onde reside?** (I<sub>212</sub>: Pertencimento Comunitário. Questão Invertida)

(1) Sim (3) Eventualmente Sim (2) Eventualmente Não (4) Não

**2.2.3 A família, ou algum de seus membros, é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside?** (I<sub>312</sub>: Relações Comunitárias. Questão Invertida)

(1) Sim (3) Eventualmente Sim (2) Eventualmente Não (4) Não

**2.2.4 Você possui parentes que residam próximo ao seu local de moradia e que constituam rede de apoio?** (I<sub>412</sub>: Suporte Familiar)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.2.5 Você possui vizinhos/circunvizinhos que constituem rede de apoio e solidariedade?** (I<sub>512</sub>: Rede de Apoio Comunitário)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

(Componente: Redes Sociais Comunitárias)

**2.2.6 Você participa de alguma rede social comunitária, como grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições da comunidade de residência que constituam rede de apoio e solidariedade?** (I<sub>122</sub>: Participação Comunitária)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.2.7 Você participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos?** (I<sub>222</sub>: Organização da Sociedade Civil)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

(Componente: Recursos Comunitários)

**2.2.8 Você e/ou algum membro familiar coabitante acessam os recursos comunitários para atividades de lazer ou esporte?** (I<sub>132</sub>: Acesso a serviços comunitários)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.2.9 Você e/ou algum membro familiar coabitante acessam os recursos comunitários para atividades educacionais e/ou culturais?** (I<sub>232</sub>: Acesso a serviços educacionais)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

**2.2.10 Você e/ou algum membro familiar coabitante acessam os recursos comunitários para atividades de promoção e/ou proteção à saúde?** (I<sub>332</sub>: Acesso a serviços de saúde)

(4) Sim (2) Eventualmente Sim (3) Eventualmente Não (1) Não

Somatório dos Valores dos Itens:

Classificação:

Vínculo Comunitário Fortalecido (VCFo)	
Vínculo Comunitário Fragilizado (VCFr)	
Vínculo Comunitário Rompido ou Inexistente (VCRI)	

## APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista para Execução Indireta – Espaço de Cidadania/CIEE

### **Pesquisa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

**Nesse momento, você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Estudo Sobre os Vínculos Familiares e Comunitários De Pessoas em Situação De Vulnerabilidade Social”, elaborada pela pesquisadora e estudante Clariana de Carvalho Mota.**

Pesquisa feita para o projeto apresentado ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, sob orientação do Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Grace Kelly Marques Rodrigues.

Esse trabalho tem como objetivo principal propor uma tecnologia de gestão social para diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, a fim de potencializar a dimensão dos vínculos sociais no ciclo da política pública de assistência social. Dessa forma, a pesquisa pretende tornar o conhecimento sobre os vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social um conhecimento gerencial e estratégico, incluso nos diagnósticos socioterritoriais, de forma a contribuir com o fortalecimento e aprimoramento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

A entrevista tem como finalidade conhecer as estratégias de oferta do SCFV pela instituição acolhedora, como a instituição avalia e compreende a dimensão dos vínculos sociais para a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelo público atendido, qual o modelo de diagnóstico elaborado pela instituição para avaliação da situação dos vínculos familiares e comunitários dos jovens atendidos, e como mede ou avalia a construção e fortalecimento dos vínculos sociais dos jovens atendidos a partir do serviço ofertado.

Identificação - Nome:

Função:

Questões:

1. Como ocorre a oferta do SCFV pelo Espaço da Cidadania?
2. Quais atividades você realiza com os jovens para construção e fortalecimento de vínculos? E quais os critérios de seleção dessas

- atividades?
3. Essas atividades são flexíveis e mutáveis ou rígidas? Ou seja, as atividades planejadas podem ser alteradas ao longo do trabalho ou vocês deverão concluir todas as atividades previstas exatamente como foram planejadas até o fim do trabalho com os jovens?
  4. Como você acha que essas atividades contribuem para o processo de construção e fortalecimento de vínculos?
  5. A cada ciclo de oferta do serviço é um grupo de jovens diferentes que ingressam no espaço, você executa o mesmo planejamento a cada ciclo ou você altera de acordo com as realidades e demandas dos jovens?
  6. Quais são os sinais ou símbolos que você interpreta como indicativo de que o objetivo do trabalho foi alcançado?
  7. Existe algum instrumento de diagnóstico da situação dos vínculos familiares e comunitários dos jovens atendidos que vocês aplicam no ingresso do jovem na instituição? Se sim, como funciona?
  8. Existe algum instrumento de medida de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos jovens atendidos? Se sim, como funciona?
  9. Como você conceituaria ou classificaria a dimensão dos vínculos familiares e comunitários?
  10. Existe algum referencial teórico que norteia o trabalho realizado e direciona a conceituação de vínculos sociais trabalhada por vocês?
  11. Como você conceituaria um vínculo rompido, um vínculo fragilizado e um vínculo fortalecido de acordo com seu conhecimento prático com os jovens durante todo seu tempo de trabalho nesse espaço?

Você foi convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa supracitada. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: [clariana.mota@ufba.br](mailto:clariana.mota@ufba.br); telefone (71) 991702676.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa a qualquer tempo e aspecto que desejar, através do meio citado acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar o seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento; sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisa irá tratar os seus dados de maneira agregada e em sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Por favor, para participar da pesquisa clique no item a seguir.

Declaro que Li e concordo em participar da pesquisa e autorizo o tratamento dessas informações para pesquisa acadêmica ou profissional.

SIM

## APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista para Execução Direta – SCFV ofertado pelo município de Lagarto/SE

### **Pesquisa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

**Nesse momento, você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Estudo Sobre os Vínculos Familiares e Comunitários De Pessoas em Situação De Vulnerabilidade Social”, elaborada pela pesquisadora e estudante Clariana de Carvalho Mota.**

Pesquisa feita para o projeto apresentado ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, sob orientação do Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Grace Kelly Marques Rodrigues.

Esse trabalho tem como objetivo principal propor uma tecnologia de gestão social para diagnóstico dos vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, a fim de potencializar a dimensão dos vínculos sociais no ciclo da política pública de assistência social. Dessa forma, a pesquisa pretende tornar o conhecimento sobre os vínculos familiares e comunitários das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social um conhecimento gerencial e estratégico, incluso nos diagnósticos socioterritoriais, de forma a contribuir com o fortalecimento e aprimoramento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

A entrevista tem como finalidade conhecer as estratégias de oferta do SCFV pela instituição acolhedora, como a instituição avalia e compreende a dimensão dos vínculos sociais para a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelo público atendido, qual o modelo de diagnóstico elaborado pela instituição para avaliação da situação dos vínculos familiares e comunitários dos jovens atendidos, e como mede ou avalia a construção e fortalecimento dos vínculos sociais dos jovens atendidos a partir do serviço ofertado.

Identificação - Nome:

Função:

Unidade Socioassistencial de Atuação:

Estado:

Município:

Questões:

1. Como ocorre a oferta do SCFV na unidade socioassistencial na qual atua?

2. Qual o público alvo do SCFV?
3. Quais atividades você realiza com esse público para construção e fortalecimento de vínculos? Quais os critérios de escolha das atividades?
4. Essas atividades são flexíveis e mutáveis ou rígidas? Ou seja, as atividades planejadas podem ser alteradas ao longo do trabalho ou vocês deverão concluir todas as atividades previstas exatamente como foram planejadas até o fim do trabalho com o público?
5. Como você acha que essas atividades contribuem para o processo de construção e fortalecimento de vínculos?
6. Qual a periodicidade da oferta do SCFV com um mesmo grupo de beneficiários? Você executa o mesmo planejamento a cada período de oferta ou você altera de acordo com as realidades e demandas do público?
7. Quais são os sinais ou símbolos que você interpreta como indicativo de que o objetivo do trabalho foi alcançado?
8. Existe algum instrumento de diagnóstico da situação dos vínculos familiares e comunitários do público atendido? Se sim, como funciona?
9. Existe algum instrumento de medida de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários do público atendido? Se sim, como funciona?
10. Como você conceituaria ou classificaria a dimensão dos vínculos familiares e comunitários?
11. Existe algum referencial teórico que norteia o trabalho realizado e direciona a conceituação de vínculos sociais trabalhada por você?
12. Como você conceituaria um vínculo rompido, um vínculo fragilizado e um vínculo fortalecido de acordo com seu conhecimento prático?

Você foi convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa supracitada. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável através do e-mail: [clariana.mota@ufba.br](mailto:clariana.mota@ufba.br); telefone (71) 991702676.

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa a qualquer tempo e aspecto que desejar, através do meio citado acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar o seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento; sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisa irá tratar os seus dados de maneira agregada e em sigilo, e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Por favor, para participar da pesquisa clique no item a seguir.

Declaro que Li e concordo em participar da pesquisa e autorizo o tratamento dessas informações para pesquisa acadêmica ou profissional.

SIM

## ANEXO

## Prontuário SUAS: Seção Convivência Familiar e Comunitária



## CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Há quantos anos a família mora neste estado:  anos ( ) a família sempre morou no estado

Há quantos anos a família mora no município:  anos ( ) a família sempre morou no município

Há quantos anos a família mora no bairro atual:  anos ( ) a família sempre morou no mesmo bairro

A família, ou algum de seus membros, é vítima de ameaças ou de discriminação na comunidade onde reside?

Sim  Não *Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.*

A família possui parentes que residam próximo ao seu local de moradia e que constituam rede de apoio e solidariedade?

Sim  Não *Caso sim, utilize a página ao lado caso queira anotar o nome, parentesco e contato destes parentes mais próximos.*

A família possui vizinhos que constituam rede de apoio e solidariedade?

Sim  Não *Caso sim, utilize a página ao lado caso queira anotar o nome e contato de algum vizinho mais próximo.*

A família, ou algum de seus membros, participa de grupos religiosos, comunitários ou outros grupos/instituições que constituam rede de apoio e solidariedade?

Sim  Não *Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.*

A família, ou algum de seus membros, participa de movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias, Conselhos ou quaisquer outras ações ou instituições voltadas para organização política e defesa de interesses coletivos?

Sim  Não *Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.*

Existe alguma criança ou adolescente do grupo familiar que não tem acesso a atividades de lazer, recreação e convívio social?

Sim  Não  Não se aplica (família sem criança/adolescente)

Existe algum idoso do grupo familiar que não tem acesso a atividades de lazer, recreação e convívio social?

Sim  Não  Não se aplica (família sem idoso)

Há pessoas dependentes (crianças, idosos dependentes ou pessoas com deficiência) que permanecem períodos do dia em casa sem a companhia de um adulto?

Sim  Não *Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações que sejam relevantes.*

## Relações de Convivência Intrafamiliares \*

Percepção/Avaliação do técnico sobre as relações conjugais na família, se for o caso	Nome do Técnico	Data (Mês/Ano)
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
Percepção/Avaliação do técnico sobre as relações entre pais/responsáveis e os filhos inclusive entre o padrasto ou madrasta com o(s) enteado(s), se for o caso	Nome do Técnico	Data (Mês/Ano)
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
Percepção/Avaliação do técnico sobre as relações entre os irmãos, se for o caso	Nome do Técnico	Data (Mês/Ano)
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___
( ) Conflituoso, com violência ( ) Conflituoso, sem violência ( ) Sem conflitos relevantes		___/___/___

\* A descrição ou detalhamento dos conflitos intrafamiliares, quando pertinente, poderá ser realizada na página ao lado.

Indique se há relações conflituosas envolvendo outros indivíduos que residam no domicílio?

Sim, com presença de violência. *Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações relevantes.*

Sim, sem presença de violência. *Caso sim, utilize a página ao lado para anotar as informações relevantes.*

Não há conflitos relevantes envolvendo outros indivíduos que residam no domicílio.

